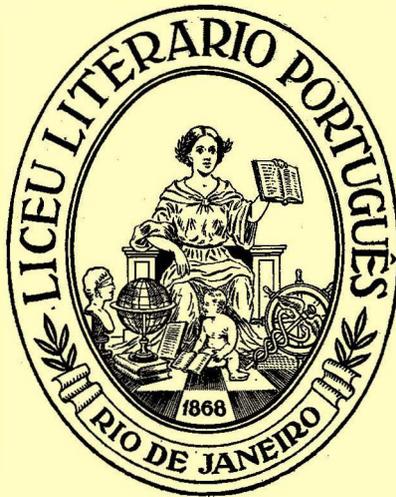


CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Per multum ad unum



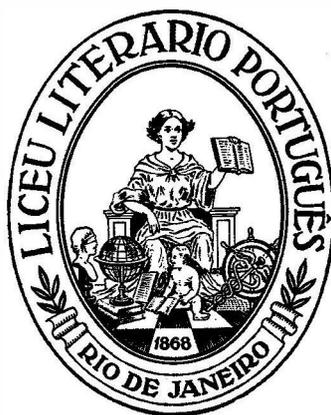
N.º 9 - 1.º semestre de 1995 - Rio de Janeiro

CONFLUÊNCIA

Per multiplum ad unum

*"As arnas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartição
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: peró
nã gastará doutrina, costumes,
linguagem, que os portugueses
nestas terras leixarem."*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor
da Nossa Linguagem*)



N.º 9 - 1.º semestre de 1995 - Rio de Janeiro

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

Presidente: Edison Chini

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS

Diretor: Antonio Gomes da Costa

DIRETORIA DO I.L.P.

Edison Chini (Presidente)

Sílvio Elia (Vice-Presidente)

Gladstone Chaves de Melo

Maximiano de Carvalho e Silva

Evanildo Bechara

Antônio Basílio Rodrigues

CONFLUÊNCIA

Diretor: Evanildo Bechara

Comissão de Redação:

Sílvio Elia

Gladstone Chaves de Melo

Maximiano de Carvalho e Silva

Antônio Basílio Rodrigues

Produção Gráfica

Editora Lucerna Ltda

Pede-se permuta

Přdese canje

On demande l'échange

Si chiede lo scambio

We ask for exchange

Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:

Liceu Literário Português

Rua Senador Dantas, 118

CEP 20031-201 - Rio de Janeiro - RJ

Brasil

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

Este número de *CONFLUÊNCIA* contou com o apoio especial da Secretaria de Estado da Cultura de Portugal, da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e da Tap – Air Portugal

SUMÁRIO

	Pág.
Editorial (ANTÔNIO GOMES DA COSTA)	5
Homenagem a Serafim da Silva Neto	7
O Mestre Serafim da Silva Neto	9

ARTIGOS

A Quarta Mão: um Manuscrito de <i>Clavis Prophetarum</i> do Padre Antônio Vieira (MARGARIDA VIEIRA MENDES E RITA MARQUILHAS)	13
Os Sufixos Verbais Frequentativo-diminutivos em Português (VALTER KEHDÍ)	23
Eslavo → Escravo: Estudo Histórico-etimológico (ANTÔNIO GERALDO DA CUNHA)	33
A Gramática Histórica de Eduardo Carlos Pereira (HEITOR MEGALE)	47
Conceito de "Difração" em Crítica Textual (MAURIZIO PERUGI)	55
Um Problema de Semântica (HORÁCIO ROLIM DE FREITAS)	61
Colocação de o(s), a(s) como Complemento de Infinitivo Regido de POR e PARA em Fernão Lopes (HILMA RANAURO)	69
Duas Notas de Linguagem à Feira dos Anexins (MARLIT BECHARA)	79
Sobre a Crítica Genética. I – Antecedentes (SÍLVIO ELIA)	83

TRANSCRIÇÃO	99
--------------------------	----

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO	103
-------------------------------------	-----

RESENHAS CRÍTICAS

COELHO, Adolfo. <i>Obra Etnográfica. Volume II. Cultura Popular e Educação.</i> (EVANILDO BECHARA)	109
SENNA, Homero (Org.). <i>O Mês Modernista.</i> (EVANILDO BECHARA)	111
CUNHA, Antônio Geraldo da. <i>Os Verbos Dar, Dizer, Estar e Fazer no Vocabulário Português Medieval</i> (EVANILDO BECHARA)	113

CUNHA, Euclides da. <i>Krieg im Sertão</i> (GERARDO G. DE FIGUEIREDO E WOLFGANG ROTH)	118
NOTICIÁRIO	121
COLABORADORES DESTE NÚMERO	129

EDITORIAL

VIAGEM PELA LUSOFONIA

Primeiro, foi no Brasil: e da Amazônia ao Rio Grande do Sul, do litoral às fronteiras do Oeste, ouvimos brancos e negros, mamelucos e mulatos, ricos e pobres, letrados e caboclos, gente de todas as etnias e de todos os credos, a falar o Português.

Com a unidade geográfica, resultado da conquista e da ocupação do território, ocorreu também a difusão da Língua, levada pelos colonizadores e pelos jesuítas, pelos “capitães do mato” e pelos bandeirantes, e hoje achamos até natural que de uma ponta a outra do país mais de 150 milhões falem, com a diversidade fônica, o mesmo idioma. Nem nos apercebemos da saga fantástica dos que, desde o início do século XVI, andaram dilatando os domínios da Língua.

Depois, ainda antes da Independência, visitamos alguns países da África e também não foi difícil confirmar que, a despeito dos dialetos e dos crioulos locais, o Português estava implantado como “Língua de cultura” e “Língua de comunicação” entre angolanos, moçambicanos, guineenses, caboverdianos e são-tomeenses e que podíamos manter contato com as populações autóctones sem dificuldades para nos entendermos e sem que sentíssemos a concorrência de outros idiomas estrangeiros. Nesses países não havia, como no Brasil, o conhecimento e o uso tão generalizado do Português; no entanto, era visível o esforço da antiga metrópole para o ensinar e difundir, nas cidades e no interior, nos musseques e nas fazendas, nas escolas e nas igrejas.

Em Timor-Leste nunca estivemos, mas quando descemos do avião em Malaca e fomos ao “Portuguese settlement”, até chorar choramos de emoção, ao ouvir as crianças malaias aproximarem-se e perguntar: “Ser português? Nós falar português.” Apesar da presença dos ingleses e holandeses por mais de 4 séculos, assim mesmo o “papiá cristão”, ali deixado pelos portugueses em suas andanças pelo Oriente, continua vivo naquela ponta da Malásia – transmitindo-se de pais para filhos, como o sobrenome das famílias daquele gueto de pescadores onde ainda se respira o Portugal dos Castros e Albuquerque e se sentem as aventuras e as piratarias da narrativa de Fernão Mendes Pinto.

Por isso, ao chegar pela primeira vez em Macau, no estuário do rio das Pérolas, apanhamos um susto: como era possível que naquele território, de pouco mais de 18 quilômetros quadrados, onde os portugueses chegaram na primeira metade do século XV, a língua predominante fosse o chinês? Corremos o comércio – e não ouvíamos uma única palavra do Português; entramos nos restaurantes – e os

cardápios estavam escritos em cantonês; andamos pelas ruas, atravessamos a ponte para a Taipa e Coloane – e ninguém falava o vernáculo!

O que teria acontecido de diferente em Macau? Que fracasso estaria por detrás de uma presença de 5 séculos para não se ensinar a população do território a falar Português, quando ali perto, a alguns quilômetros de distância, em Hong-Kong, os britânicos conseguiram em pouco mais de século e meio, depois da “guerra do ópio”, impor a hegemonia da língua inglesa?

É claro que em Macau também se fala Português e também se fala macaense. O primeiro está praticamente restrito ao pessoal da administração e às relações burocráticas. Serão 10.000 falantes numa população de 500.000 – ou seja 2%. E o macaense por sua vez está circunscrito às famílias tradicionais da terra. Mas a maioria esmagadora da população do território fala chinês. Ou melhor, o chinês de Cantão, embora cada vez seja maior a percentagem dos que falam o mandarim.

Pergunta-se: será esse fenômeno resultado do falhanço ou do desinteresse da administração portuguesa, como nos apetece dizer à primeira vista? Um pouco de análise mostrará que não: o mesmo Homem que no Brasil difundiu com êxito a Língua num território imenso; ou que irradiou por grande parte de Angola e de Moçambique, não iria falhar na mesma tarefa num pequeno território, onde a população era muito menor e não existia a diversidade étnica, nem a interiorização geográfica.

O que aconteceu em Macau, para além das eventuais desatenções da metrópole europeia, é que a maioria da população emigrou da China e não tem, nem nunca teve, necessidade de aprender Português.

Em abril, quando estive no Rio de Janeiro o Dr. Jorge Rangel, Secretário-Adjunto para a Administração, Educação e Juventude do Governo de Macau, para participar do Simpósio Internacional da Língua Portuguesa em África e no Oriente, promovido pelo Liceu Literário Português, ao analisar este fenômeno, afirmou, com toda a propriedade e conhecimento: “Para a grande maioria da população de Macau o Português nunca foi nem a língua materna, nem a principal língua de comunicação nas tarefas do quotidiano.” A partir desta realidade, com 95% da população de etnia chinesa, tem de se louvar o esforço que se vem fazendo para criar e consolidar uma sociedade capaz de compreender e defender o legado cultural que deu a Macau uma identidade própria.

Confiantes no trabalho da administração e de Homens como Jorge Rangel, estamos certos de que apesar das limitações e dificuldades o Português pode afirmar-se como língua de Cultura em Macau. Deus queira que se confirme essa previsão e que o território possa ser uma ponta entre a lusofonia e a China.

A. Gomes da Costa

**NÚMERO EM HOMENAGEM A
SERA FIM DA SILVA NETO**



**SERA FIM DA SILVA NETO
(1917 – 1960)**

O MESTRE SERAFIM DA SILVA NETO

Serafim Pereira da Silva Neto nasceu em 6 de junho de 1917 nesta cidade do Rio de Janeiro, onde veio a falecer em 23 de setembro de 1960. Casou-se com D. Cremilda Carvalho da Silva, e, dessa união, houveram dois filhos: David – Davizinho, como sempre carinhosamente o chamava – e Carmen Lúcia. O menino David faleceu num acidente e esse doloroso episódio marcou-lhe profundamente o espírito, como é fácil compreender.

Bacharelou-se em Direito, fez-se Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, muito ensinou, escreveu, publicou. A cadeira que regeu em duas Universidades, a PUC do Rio de Janeiro e a Federal do Rio de Janeiro foi Filologia Românica, matéria de sua predileção. Como professor-visitante, a nível de catedrático, pertenceu ao quadro da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que lhe outorgou o título de *Professor Honoris Causa*, e da qual só se afastou por motivo de doença.

A sua privilegiada inteligência e capacidade de estudo tornaram-no “o máximo filólogo de minha geração nas duas grandes pátrias da língua comum”, para repetir as palavras abalizadas do Prof. Gladstone Chaves de Melo, em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Filologia.

Estreou em livro em 1938, com *Fontes do Latim Vulgar*, O APPENDIX PROBI, trabalho de cunho universitário (a primeira Faculdade de Letras do Brasil somente foi instituída em nosso país em 1940, por lei federal), que situava a Filologia Portuguesa no âmbito da Filologia Românica, façanha (o termo é esse) que poucos, pouquíssimos antes dele (lembramo-nos de Antenor Nascentes e Augusto Magne) lograram fazê-lo. Contava então 21 anos de idade e houve até quem duvidasse da verdadeira autoria da obra... O livro introduziu entre nós um autor que não freqüentava as referências bibliográficas de nossos estudiosos: o do alemão Hugo Schuchardt, cujo fundamental estudo *Vokalismus des Vulgärlateins*, em 3 vol., reponta numerosamente em *Fontes*.

Serafim da Silva Neto era incansável em sua faina de atualização e informação bibliográfica. Assinava dezenas de revistas, estava a par das mais recentes publicações, sem que olvidasse as magnas lições dos antigos, correspondia-se com os mais importantes livreiros de dentro e de fora do país (principalmente com os de fora). A esse respeito, faz Albino de Bem Veiga, o seguinte comentário em sua colaboração, publicada em *Estudos Filológicos*, em homenagem a Serafim da Silva Neto:

Essa bibliografia cada vez mais lhe enriquecia a biblioteca, sua preocupação constante. Tinha-a em dia: edições raras, separatas, revistas, microfimes de incunábulo e de manuscritos, fotocópias – tudo adquiria. E não descansava

até a adquirir a última revelação, por telefone, por carta, por telefonema, mesmo quando estivesse acamado. (1967: 12)

Hoje acrescentaríamos: por fax ...

Certa vez (é ainda Bem Veiga que nos relata), desejando adquirir os *Kreolische Studien*, de seu venerado Schuchardt e não lhe sabendo o editor, recorreu às luzes de outro de seus mestres prediletos: Leite de Vasconcelos. O douto filólogo lusitano assim lhe respondeu: “Agradeço a promessa do seu *Latim Vulgar*. O que não é vulgar é latinidade em rapazola de 19 anos”. A facécia naturalmente acompanhava a indicação solicitada.

A obra de Serafim da Silva Neto, em seus 43 anos de vida, é prodigiosa, quer pela quantidade, quer pela qualidade e até variedade. Tanto mais quanto que, apesar de sua precocidade, os inícios da sua atividade filológica terão datado dos quinze anos, sem esquecer o haver passado por momentos de cruciante dor moral e os inevitáveis padecimentos físicos. Não poderíamos, porém, comprimi-la nestas páginas de preto e saudade. Por isso iremos apenas gizar os traços que melhor a definam.

Falamos em variedade. E, de fato, assim foi. Serafim Neto distinguiu-se eminentemente na Filologia Portuguesa, na Filologia Românica, na Dialectologia Brasileira, na Edição de Textos Medievais e Antigos, no estudo do Português do Brasil. Enumeremos apenas alguns livros-índices das supraditas áreas: *Fontes do Latim Vulgar* (1ª ed. 1938, 2ª ed. 1946, 3ª ed. 1956), *Manual de Filologia Portuguesa* (1ª ed. 1952, 2ª ed. 1957), *Guia para os Estudos Dialectológicos* (1955), *Textos Medievais Portugueses e seus Problemas* (1956), *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil* (1ª ed. 1950, 2ª ed. 1963, póstuma). O seu *opus magnum* é a *História da Língua Portuguesa* (2ª ed. 1970, 3ª ed. 1979 – em vida do autor, saiu em fascículos). Serafim da Silva Neto esteve sempre atento às novas direções que o pensamento lingüístico de seu momento histórico ia tomando. Foi, p. ex., o primeiro a dar notícia entre nós da publicação dos *Grundzüge der Phonologie*, do russo Nicolau S. Trubetzkoy, que incorporou os estudos de fonética da língua à corrente estruturalista. Fê-lo no n.º 10 da extinta *Revista Filológica*, de setembro de 1941, quando o mundo se achava em plena guerra e os contatos culturais com a Europa eram altamente precários (os *Grundzüge* vieram a lume em 1939, em Praga).

Serafim Neto trabalhou intensamente entre os anos 40 e 60. A sua formação fizera-se à base do método histórico-comparativo, que praticou com alertado espírito científico. Não o enfeudou nem às idéias do biologismo, nem às do fisicismo (ambas naturalistas) com que se constituiu. Ao contrário, via na Linguística uma ciência cultural, isto é “humana”, e não natural. Eis, p. ex., o que disse em *Língua, Cultura e Civilização* (o título do livro é expressivo):

A Lingüística é, pois, uma ciência “humana” por excelência: o lingüista deve sintetizar em si próprio toda a complexa rede da cultura e da civilização. O lingüista tem de estender o seu interesse a tudo aquilo que é humano; em verdade precisa interpretar e viver aquele conhecido verso de Terêncio: *Homo sum; humani nil a me alienum*. (1960: 21)

Curioso que Roman Jakobson, em artigo inserto nos *Essais de Linguistique Générale* I 1963 (o texto é anterior, de uma conferência de 1952, mas de circulação restrita) havia parafraseado esse mesmo verso do seguinte modo: *Linguista sum: linguistici nihil a me alienum puto.*

Compreende-se assim o empenho com que defendia as posições metodológicas da escola das palavras e das coisas (*Wörten und Sachen*) e da *Geografia Lingüística*, de Jules Gilliéron, de que foi o grande arauto em nossas plagas. A sua análise do movimento geográfico-lingüístico, que integra o capítulo sobre “Estudos de Dialectologia”, de seu modestamente intitulado *Manual de Filologia Portuguesa*, é simplesmente exemplar e de leitura obrigatória ainda hoje.

Em suas pesquisas de natureza histórica, Serafim Neto nunca separava a história interna da história externa, pois só esta seria capaz de dar conta dos fenômenos ocorrentes na primeira. Trabalhava, pois, na linha de um Menéndez Pidal, um Walter von Wartburg, um Meillet.

A sua preocupação de não apresentar o objeto língua como algo desvinculado da força criativa do espírito humano o aproximou muitas vezes de Vossler, autor, como se sabe, visto com desconfiança pelos mentores do comparativismo positivista. Registrem-se estas palavras inscritas na Introdução de sua *História da Língua Portuguesa*:

O objetivo desta obra é, pois, o de esboçar, tão clara e documentalmente quanto possível, a formação da língua portuguesa e a sua história como instrumento de uma coletividade humana. O que vale dizer, história da língua como história dos homens que a falam. (1979: 54)

Essa participação dos homens nos acontecimentos explica muito do que se comprova nos fatos lingüísticos. Isto é, a própria História não há de ser investigada puramente através de causas materiais ou materialisticamente interpretadas. Sirva de exemplo este trecho da *História da Língua* em que Serafim Neto assinala as raízes das lutas que levaram à independência do condado portugalense:

É evidente, porém, que a ambição de D. Teresa, como reconhece o Mestre [Menéndez Pidal], encontrava ecos profundos no sentimento dos súditos: e que é nestes, e não no ódio da condessa, que se há de ver o motivo do apartamento de Portugal. Nada poderia o ressentimento da filha natural, se não tivesse encontrado, no ânimo forte de seus vassallos, perseverantes mostras de desejo de emancipação.

Os homens podem conduzir, é verdade, os povos e os acontecimentos, mas nunca em contrário aos seus anseios e aspirações, mas nunca em oposição ao seu sentir profundo. Na independência do condado portugalense o essencial foi esse íntimo desejo, que traduzia uma diferenciação secular; a inimizade de D. Teresa entraria como fator acidental (o.cit.: 362-363)

Muito há e haveria que dizer a respeito da obra excepcional que Serafim da Silva Neto legou à cultura brasileira. Que as novas gerações não o esqueçam, que voltem a abeberar-se em suas lições, que prossigam na rota que ele traçou à Filologia no Brasil, onde abriu clareiras pelo seu saber e amor às coisas do espírito. Eis

tudo, ou um pouco do tudo, que desejaríamos este número homenagem de *Confluência* pudesse oferecer à inquietação intelectual dos nossos jovens estudantes de Letras.

A Direção

A QUARTA MÃO: UM MANUSCRITO DE *CLAVIS PROPHETARUM* DO PADRE ANTÔNIO VIEIRA

Margarida Vieira Mendes
e Rita Marquilhas
Universidade de Lisboa

1. O livro 122 ANTT e o original de Vieira

O livro nº 122 do núcleo do Conselho Geral do Santo Ofício, depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo¹, conserva no seu interior uma cópia de *Clavis Prophetarum* ou *De regno Christi in terris consummato*, Padre Antônio Vieira. Quem conhece a história da obra, tal como foi contada por Francisco Rodrigues e Serafim Leite, através de documentos da época (1697 a 1715), de proveniência jesuítica (cartas do Arquivo romano da Companhia, atual ARI), é levado a supor que esse exemplar do Conselho Geral do Santo Ofício será o mais próximo do original, senão o mesmo original, eventualmente emendado, ou cópia imediata dele.² Tais esperanças mostram-se infundadas ao examinarmos esse testemunho manuscrito confrontando-o com as informações codicológicas e textuais sobre o original: primeiramente, as do P. João A. Andreoni, secretário do reitor do colégio da Bahia, na carta de 23 de julho de 1697³, cinco dias após o falecimento de Vieira; em segundo lugar, e mais substanciais, as do qualificador jesuíta, o P. Carlos A. Casnedi, no texto da sua *Sentença, Compêndio ou Resumo*⁴ de 1714-15, feito a pedido do inquisidor geral, cardeal D. Nuno da Cunha Ataíde. O padre Andreoni declara que acaba de encerrar o original de *Clavis* numa arca fechada com duas chaves, tendo uma ficado na mão do reitor e outra na do Provincial do Brasil. Casnedi diz que tem consigo o original de Vieira, proveniente dum arca chegada da Bahia a Lisboa em 1714 – certamente a mesma arca. Quatro olhos de testemunha, separados por 17 anos e pelo mar Atlântico.

Segundo Casnedi, o original ou protótipo, cujo título era *De Regno Christi in terris consummato*, tinha 38 cadernos, faltando um (o segundo caderno do Livro II). Onze cadernos pertenciam ao primeiro Livro do *Clavis*, sete cadernos ao segundo, e os restantes cadernos não diziam respeito a nenhum dos Livros mas a tratados soltos: o *De sanctitate*, o *De pace* e o *De templo* (nove cadernos, ao todo), o *De universali predicatione*, inacabado e mais dois discursos, um sobre a duração do mundo (*Quare inter preallegatos*) e outro sobre a longevidade dos homens no terceiro estado da igreja ou reino de Cristo na Terra (*Utrum hominum*). Havia ainda

um caderno que iniciava mais um Livro (o terceiro, segundo a legítima suposição de Casnedi) com um capítulo I, inacabado, *An liceat futurarum rerum tempora*. Ficamos também a saber que nesse original muitas folhas se encontram em branco, e que só no primeiro Livro existe divisão em capítulos (doze) e parágrafos assinalados.

Da carta-catálogo de Andreoni – *Index manuscriptorum* – não retiramos qualquer dado físico do original. Apuramos, sim, um título e um sumário do conteúdo de *De Regno Christi* que coincide com o relato de Casnedi: três Livros, estando o primeiro e o segundo quase concluídos, o terceiro em marcha. Na margem acrescenta que haveria um 4º Livro mas apenas pensado.⁵

Ora o livro 122 ANTT tem 49 cadernos in-folio (617 fólios enumerados) e nem o título nem a organização da obra são os mesmos.

A folha de rosto (fl.lr.) inclui o seguinte texto, que não pertence a Vieira:

CLAVIS / PROPHETARUM / Verum eorum sensum aperiens / Ad
rectam Regni Christi in Terris consummati / intelligentiam
assequendam: / A PRE: ANTONIO VIEYRA SOCIETATIS JESU /
Summo studio elaborata, / Sed, morte praeveniente, non absoluta, /
nec ultima manu expolita. / Opus postumum, ac desideratissimum /
A Collegio Bahiensi / Ad adm~dm. Rdm~. Prem~. Nostrum Thyrsum
Gonzalez / Ejusdem Societatis Praepositum Generalem missum. /
ANNO MDCXCIX./

A data de 1699 inscrita neste rosto não corresponde à do manuscrito, produzido decerto entre 1712 e 1715,⁶ mas à de uma cópia anterior a ele. A letra usada no rosto e nos títulos (da mão A), quer na forma redonda (humanística poggiana) quer na forma inclinada (humanística niccolina), coincide com o desenho dos tipos utilizados pelos impressores; o pormenor da letra e a empaginação do texto são credoras da tipografia, criando a ilusão duma portada impressa.⁷ Toda a execução da folha de rosto (incluindo o desenho das letras e ornamentação, ao modo Vespasiano) parece saída de um manual de caligrafia.⁸

O sumário dos três Livros que compõem *Clavis* aparece na primeira página de texto. É copiado do original tanto no catálogo ou *Index* de Andreoni como na *Sentença de Casnedi*, e *ne varietur* nas melhores lições: *De Regno Christi in terris consummato Libri III. / De Regno Christi in terris consummato (ipso favente) acturi, disputationem universam in Libros tres dividemus. Primus aget de Regno ipso: Secundus de ejus in terris consummatione: Tertius de tempore, quo, et quando consummandum est, et quandiu duraturum.*

Vejamos os dados materiais que o livro 122 oferece ao exame codicológico: são os seguintes:

– o vestígio da intervenção de quatro mãos (três de tipo humanístico, a A, a B e a C, das quais só a primeira se pode considerar trabalho de um calígrafo, e uma quarta de tipo *cancelleresco*);

– a utilização de dois tipos de papel (para não falar de um terceiro, na encadernação), sendo um deles exclusivo da quarta mão, a mão D;

– uma estrutura de cadernos basicamente regular, com perturbações coincidentes com a intervenção gráfica dessa quarta mão.

As três primeiras mãos distribuíram o texto por cadernos de papel marcado por uma filigrana constante. O fato logo sugere logo a articulação, senão mesmo a simultaneidade das cópias, uma vez que há fronteiras nítidas entre elas. Quanto à origem da filigrana, ela é certamente romana. Representa o perfil direto de uma pomba com as patas pousadas sobre três montes ou pinhas. Apenas se encontram estas filigranas nos manuscritos do Conselho Geral cujo texto tem relação direta com a Sé Apostólica. Um outro códice deste fundo, o livro 180, contém mesmo uma filigrana absolutamente idêntica à que se observa no papel do livro 122: integramente documentos relacionados com o Vaticano, datados de 1721.⁹ O fato permite localizar o início da cópia do livro 122 já no primeiro quartel do século XVIII, e dados externos corroboraram essa data.¹⁰

A quarta mão é suportada por um papel diferente, com as armas de Gênova sobre círculos, filigrana que se encontra na Península em impressos da segunda metade do século XVIII. A estrutura dos cadernos, os quais são basicamente sênios, esclarece a importância desta última mão. Sete dos cadernos são irregulares, devendo-se essa irregularidade ao gesto refundidor deste último copista. As passagens para a sua mão fazem-se por encasamento de bifólios e pela colagem de fragmentos de papel. Nas três primeiras mãos (A, B e C) existe encasamento na rendição de A por B (17º caderno, fl. 195-210) e contiguidade imediata na substituição de B por C (a terceira mão principia no atual caderno 41º, fl. 513-524). Foram distribuídas a cada uma porções de um modelo, com dimensão diferente, já que o copista A se encarrega de menos de um quarto de texto. A quarta mão, porém, é de uma personalidade que se preocupou em preencher omissões de cópia, em deslocar cadernos para alcançar uma nova seqüência das partes do texto e em adicionar fólhos na sua letra, copiados dum outro modelo.

Deste modo, há que supor dois níveis de trabalho de cópia; um inicial, feito em Roma, no primeiro quartel do séc. XVIII, por três escribas que receberam três grupos contíguos de cadernos do modelo; e um segundo, feito em Portugal, com a reorganização do trabalho romano e preenchimento das suas lacunas: o da quarta mão.

Podemos confirmar estas suposições, fundadas materialmente, com a observação dos dados textuais. Para o texto copiado pelas três mãos foi possível identificar o ascendente direto. É o ms. 706 da Casanatense de Roma: a mão A copiou os 12 primeiros cadernos, a B copiou os 16 seguintes e a C copiou mais 16 desse códice romano (cerca de 280 fólhos do ms. 706 para a primeira, enquanto as outras se ocuparam de cerca de 400 cada uma). Um confronto sumário dos dois textos mostra o seguinte: primeiramente, sendo texto muito rasurado o da Casanatense, as correções do censor vêm copiadas tal qual na lição destas três mãos do livro 122; em segundo lugar, as partes expurgadas no ms. 706 também não constam nela; por último, vê-se que a seqüência das partes é a mesma, bem como a quantidade de

texto. Já a quarta mão acrescenta texto copiado do original enviado da Bahia em 1714, ou então de uma cópia dele; acrescenta também texto de tipo introdutório e explicativo que é trabalho de editor, certamente do próprio Casnedi, à data o melhor conhecedor da matéria.

A distinção entre as duas fases de cópia, baseada agora no texto que às diferentes mãos coube trasladar, permite logo uma outra conjectura sobre a existência de fases também na distribuição do texto por diferentes Livros. Logo no sumário da primeira página figurava aquele sintagma *Libri tres*. Este fato é importante, já que no primeiro estado textual do livro 122, as três mãos romanas copiam apenas os títulos *Liber I* e *Liber II*, estando soltos os outros discursos ou tratados, tal como acontece no ms. 706 de Roma. O que difere do *Resumo* de Casnedi é a falta do “capítulo I” que Casnedi supõe iniciar o Livro terceiro. Sabemos que este Livro só tinha o primeiro capítulo, aliás inacabado, intitulado *An liceat*. Desapareceu no ascendente (ms. 706) e por conseguinte não aparece na primeira fase da cópia do livro 122 - a das mãos A, B e C. Ao escrever no catálogo de 1697 que os Livros I e II se encontravam quase prontos, enquanto o terceiro apenas em uma fase de elaboração quando o autor morreu (e o quarto tão só meditado), o P. Andreoni estava a ver incluído no segundo Livro tudo o que as três mãos romanas do livro 122 irão colocar a seguir a ele, tal como o modelo da Casanatense. Se essa era a primitiva organização, ela foi alterado pelo refundidor, a quarta mão, pois deslocou os tratados *De universale predicatione*, *De pace*, *De sanctitate*, *De templo* para o Livro III, transformando-os e dividindo-os em capítulos.

A composição do livro 122 passou assim por dois estados textuais: o da cópia a três mãos, feita em Roma sobre o exemplar da Casanatense, e o da refundição pela quarta mão, com cópia de mais texto e alterações várias. Haverá mesmo um terceiro estado, pois esta quarta mão emenda-se a si própria, chegando a produzir duas versões dum trecho (o início do Livro III), certamente alheio a Vieira.

2. A constituição do texto pela quarta mão

É desta quarta mão a responsabilidade na nova sucessão dos capítulos dos Livros II e III, da inauguração do Livro III, das hesitações e emendas na numeração dos capítulos. Vê-se que seguia orientações muito precisas na nova articulação das partes. Podemos identificá-la, como a de um editor do texto, e não apenas a de um quarto copista dele. Com efeito, trata-se da mão do primeiro editor do *Clavis*, o primeiro a intentar a inteligência e fixação do texto. Por isso merece toda a atenção o seu trabalho. E também porque pudemos identificar com a do secretário do P. Casnedi, aquele que vertia em castelano as cartas italianas.¹¹ Deste modo, cresce a relevância de Casnedi: o primeiro *editor* da obra, quer na introdução (a *Sentença* ou *Compêndio*), quer na *constitutio textus*, trabalho que ficou enterrado no Arquivo: o livro 122 da Torre do Tombo. A lição que viria a circular foi outra, não sabemos se do mesmo Casnedi¹² se posterior (do P. André de Barros, p. ex., o qual teve nas mãos e editou muitos autógrafos de Vieira), mas muito provavelmente do jesuíta

italiano. De fato foi Casnedi quem descreveu e qualificou o texto, por mandado do cardeal da Cunha, nome que figura no título das lições Vulgata da obra.¹³

Em que consistiu esse primeiro trabalho crítico de *editing*, aliás inacabado? Consistiu na interpolação de texto, na deslocação, reordenação, renumeração e estabelecimento de capítulos. De fato, o texto da sua mão corresponde àquele que havia sido rasurado no exemplar da Casanatense de Roma (ms. 706), dado imediatamente visível após um cotejo. Se para a cópia das três mãos temos, assim, ascendente imediato, para a da quarta mão há que supor uma lição textual perdida, certamente o original ou filhos seus autógrafos. Corresponde às lições da Vulgata, tidas como as que copiam do original ou “protótipo”, embora com variantes.

2.1. Trabalho realizado

As tarefas levadas a cabo pela quarta mão tornam-se inteligíveis a partir do cotejo com o ms. 706, com a descrição do original, e com a lição Vulgata de *Clavis Prophetarum*.

Quanto ao texto das folhas arrancadas no testemunho modelo,¹⁴ e que foi restabelecido por este primeiro editor, temos: em primeiro lugar, um trecho do cap. 5º do Livro I (*Septimus titulus*); a quarta mão incluiu no caderno copiado em Roma (o 30º, fls. 355-376) os fólhos da sua mão, por encasamento, garantindo com mestria a articulação correta. Em segundo lugar, no Livro III, os capítulos numerados como 4º e 5º (relativos a discursos que faltavam no antecedente da Casanatense, *Utrum Barbari in sylvis* e *Utrum omnibus* do tratado *De universale predicatione*), no 34º caderno (fl. 407-437), tendo o cuidado de encapitular como 6º o que seguia. Em terceiro lugar, no último caderno, o 49º (fl. 612v-617), acrescentou a quarta mão o discurso *Utrum hominum aetates*, que rotulou com capítulo 13º, tornando o caderno irregular. Trata-se de texto autêntico de Vieira, agora restituído, texto que havia estado no testemunho mais antigo – o da Casanatense – e dele fora tirado. A quarta mão tê-lo-á copiado do original na posse de Casnedi.

Do texto interpolado que não se encontrava no ms. 706, anteriormente rasurado, nem no original da arca, segundo a descrição de Casnedi, a quarta mão redige ou copia os dois sumários no início do Livro II e do seu capítulo primeiro, em fragmento colado no fólho 266r; escreve ou transcreve a *Advertentia*, no final do Livro II, e o começo do Livro III (caderno 34º, fl. 473v e 474r, o que torna o caderno irregular). Trata-se de texto certamente da sua responsabilidade. Além disso, prefere excluir o fragmento *Quare inter preallegatos*, presente no original e na Vulgata.

É também da quarta mão o gesto de deslocar para o final do Livro III onze cadernos anteriores (contendo *De templo*, *De pace* e *De sanctitate*), com texto já copiado em Roma pela segunda e terceira mãos, ficando irregular o caderno 38º. Esta organização aparece como exclusiva e característica do testemunho 122 ANTT: reflete a hesitação insistentemente manifestada no *Compêndio* de Casnedi sobre a colocação desses tratados no Livro II ou no Livro III, Daí a redação de dois sumários diferentes no último Livro.

A numeração em capítulos (do 2º ao 10º), a partir do fólio 266v, i. é, a partir do início do livro II, é também tarefa da quarta mão, muitas vezes nas entrelinhas do texto já copiado quando não se encontrava dividido em capítulos; outras vezes, corrigindo números da cópia primitiva (no Livro II, p. ex., o 2º passa para 4º, fl. 286r, o 3º para 5º, fl. 288v). O mesmo acontece no Livro III, mas agora com todos os capítulos. Também é este editor que entrelinha numeração até cinco parágrafos (§.) no 2º capítulo do Livro II; tais parágrafos não estavam nem no ascendente conhecido, ms. 706, nem no desconhecido, ou seja, o original hoje perdido.

É ainda a quarta mão que, quando pretende salientar uma questão, a coloca em destaque como título de um capítulo, fazendo-a seguir da resposta subdividida em parágrafos numerados, igualmente intitulados.¹⁵

2.2. Trabalho não terminado

Se a quarta mão de Casnedi reviu parte do trabalho dos três copistas romanos a partir do cotejo com o original, não chegou a rever o pormenor, em ordem a desfazer por completo a refundição dos censores.¹⁶ Aliás, vê-se que a quarta mão, em Lisboa, não conhece fisicamente o despedaçado modelo de Roma. É por isso que a lição deste testemunho não é fidedigna no que diz respeito às variantes de menor dimensão.

Podemos concluir que o restauro deste primeiro editor não ficou acabado, no nível microscópico do texto, em geral, e sobretudo em muitos passos do tratado da Pregação Universal (*De universale*).

Ficaram também por terminar as operações de reordenamento das partes, pois a decisão de deslocar do Livro II para o final do Livro III os já referidos tratados-capítulos parece desajustada a uma segunda versão do início ou sumário do Livro III (fl. 364r): a mesma mão havia escrito um texto adequado a essa disposição; posteriormente, terá decidido voltar a inseri-los no Livro II, sem que jamais o haja efetivado, limitando-se à operação de elaborar outro sumário para o Livro III e colá-lo por cima do primeiro: no novo texto, refere-se ao conteúdo dos ditos tratados finais como fazendo parte do Livro anterior, o II, onde de fato não vêm inseridos. Essa nova versão do sumário é igual à da Vulgata, que de facto inclui esses tratados como capítulos do Livro II; a lição que ficou por baixo, pelo contrário, permanece única – lição singular – seguramente de Casnedi. Variante igualmente singular é ainda a do sumário do Livro II (fl. 266r), essa sim, adequada à exclusão dos referidos tratados-capítulos. Como se o editor ficasse a meio da tarefa de redistribuição dessas partes.

Finalmente, vê-se que a última página carece de ornamento final fundo de lâmpada, vê-se que falta um Índice das matérias e também o Cólófon.

3. Importância do livro 122 ANTT

Qual a utilidade do conhecimento deste manuscrito de *Clavis Prophetarum*? De imediato, vemos as seguintes vantagens:

1° Conhecer melhor a história da transmissão e as sérias dificuldades de edição, confirmadas aliás pelos filólogos jesuítas que deitaram mãos à obra: nenhum chegou a publicá-la, desde o P. André de Barros, no sc. XVIII, ao P. Pereira Gomes, no séc. XX, e tanto em Portugal como na Província do Brasil (?).

2° Desfazer as esperanças de ser esse o códice original idiógrafo, ou sequer o mais próximo do original: não pode, assim, servir de texto base numa futura edição, embora seja adjuvante imprescindível.

3° Conduzir ao protótipo (a cópia da quarta e não todo), que só pode ser examinado pelo cotejo com lições da Vulgata e com o *Compêndio* de Casnedi. De fato, o segundo estado textual do livro 122 é da responsabilidade daquele que teve diante dos olhos o original; pode dizer-se que esses fragmentos são os únicos verdadeiramente apógrafos.

4° Mostrar os momentos e os traços textuais alheios à autoria de Vieira, nomeadamente aqueles capítulos que ao serem instituídos podem quebrar a lógica das partes do discurso e dos Livros.

5° Atinar as decisões relativas a variantes.

6° Para qualquer edição de *Clavis* ou *Regno Christi*, seja diplomática seja crítica, o livro 122 é peça indispensável de cotejo, pois no que respeita a títulos, divisões e citações é lição mais apurada, que permite evitar eventuais dislates.

7° Pertencendo à quarta mão todo o texto que foi rasurado numa cópia romana, o livro 122 dá a ver imediatamente boa parte daquilo que foi considerado controverso no pensamento do jesuíta.

Mais serviços prestará com certeza o livro 122 do Conselho Geral do Santo Ofício, quando se levar a cabo a edição de *De regno Christi in terris consummato* do Padre Antônio Vieira.

NOTAS

- 1- A conta deste códice, um dos livros manuscritos do Conselho Geral, corresponde a uma numeração feita entre 1821 e 1824, período durante o qual se procedeu ao *Inventario dos papéis pertencentes ao Extincto Concelho geral do Santo Officio*, ordenado por portaria do Tesouro Público Nacional em 1821. Houve uma episódica mudança de cota quando se constituiu na Torre do Tombo a Livraria Especial, em 1836, passando a ser o livro 1357 dos Manuscritos da Livraria. A transferência foi desfeita pouco antes de 1990, com a retoma das cotas de origem (cf. Farinha 1990, pp. 16, 33, n.2 e 34, n..2,41, 49-51).

- 2- Cf. Francisco Rodrigues, “O P. António Vieira - Contradições e aplausos (à luz de documentação inédita)”, *Revista de História*, vol. XI, 1992, pp. 113 e 115, e Serafim Leite, “O P. António Vieira e as ciências sacras no Brasil – a famosa Clavis Prophetarum e os seus satélites”, *Verbum*, t.I, fasc. 3-4, Dez. 1944, pp.259 e 265.
- 3- ARSI, Bras. 4, 36-39, aproveitada por Sommervogel, *Bibliothèque de la Compagnie de Jesus*, 1898, t. VIII, col. 675, e Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. IX, 1949, p. 336, quando estabelece o catálogo dos manuscritos de Vieira.
- 4- Seguimos a lição do cod. BNL 2674, fls. 467-586, por ter o texto integral, ao contrário da maioria dos exemplares dessa *Sentença, Resumo*, ou *Sumário*, que proliferam nos arquivos, soltos ou apensos a exemplares de *Clavis*, como prólogo ou introdução. A sua primeira impressão nas *Obras Escolhidas* de Vieira, IX, Lisboa, Sá da Costa, 1953, por Hernâni Cidade, com tradução em português, apresenta muitos erros e lacunas textuais.
- 5- Na 2ª via da carta (ARSI, Bras. 4,38) o texto é o seguinte: *Clavis Prophetarum de Regno Christi in Terris consummato Libri tres. Primis agit de ipso Christi Regno, 2º De ejus in Terris consummatione, 3º de Tempore, quo et consummandum est, et quandiu duraturum. Horum 1. et 2. ferè absoluti. 3. perficiendo nunc allaborabat. Acrescenta na estrelinha: 4. um etiam meditabatur.*
- 6- Pode tratar-se do exemplar na posse do marquês de Fontes, embaixador no Vaticano. Numa carta sua de 18 de Junho de 1712, dirigida ao inquisidor cardeal da Cunha, pode ler-se: “(...) já está na minha mão o Clavis Prophetarum, assim o pode Vossa Eminência segurar a El Rey meu Senhor, cujo nome não me foi necessário empenhar para haver este livro, porque o padre Bonuci que o trouxe do Brasil, foi o que mo emprestou, e me prometeu muitos outros papéis do mesmo Padre António Vieira” (ANTT livro 109 Conselho Geral do Stº Ofício, fl. 15r). Casnedi diz ter na sua mão tanto a versão de Roma como o próprio idiógrafo de Vieira, que chegou a Lisboa, provindo da Bahia, em 1714.
- 7- Daqui não poderá concluir-se que esse copista tivesse consciência de estar a produzir um original para tipografia. Sabe-se que, na época, o trabalho de um calígrafo era tanto mais exímio quanto mais se aproximasse do desenho tipográfico.
- 8- Manual do tipo do que Manuel Andrade Figueiredo publicou em Portugal, *Nova escola para aprender a ler, escrever e contar*, Lisboa, 1719.
- 9- Briquet, falando de papel mais antigo, admite ser de trinta anos a sobrevivência de uma filigrana, e E. Heawwod (*Watermarks Mainly of The 17th and 18th Centuries*, Hilversum, The Paper Publication Society, 1957, d. 31) de pouco mais de sete anos, no máximo.
- 10-Cf. supra, nota 6.

- 11- O paleógrafo Dr. Antônio Gerra, a quem aqui agradecemos, identificou a caligrafia da quarta mão, pelo confronto com uma carta de Lisboa, de 21 de maio de 1713, pelo secretário de Casnedi (ARSI, Lus. 76, fl. 119).
- 12- O P. Antonio Casnedi viria a morrer em 1725.
- 13- Entendemos por Vulgata o ramo de lições (todas variantes) que seguem o chamado “protótipo”, atribuídas à responsabilidade do cardeal Nuno da Cunha, como se pode ver pelo frontespício da maioria dos testemunhos. Vimos oito integrais e duas parciais. Apenas divergem dela os testemunhos singulares ANTT 122 e Casanatense 706. A mais antiga cópia com data é de 1745 (ANTT 2570-2572 Livraria). Vd. Margarida Vieira Mendes, “Contributo para a edição crítica de Clavis de Vieira”, em publicação num próximo número do *Boletim de Filologia*.
- 14- No ms. 706 da Casanatense, as páginas expurgadas são fisicamente assinaladas, pois a numeração não muda, o riscado a tinta e o papel branco colado por cima são visíveis e até chocantes. Esse manuscrito apresenta dois estados textuais: o primeiro mantém fisicamente visível as ausências e cortes; o segundo estado é o resultado das rasuras, expurgas e substituições. É este último que as três mãos do livro 122 ANTT copiam fielmente.
- 15- Cotejar, p. ex., a fl. 270 com a 247 de uma lição Vulgata – ms. Greg. 597 – e com a p. 429 do ms. Casan. 706.
- 16- Por exemplo, na p. 932 do ms. 706, o censor riscou *pompa miraculorum* e substituiu por *copia miraculorum*, e na fl. 386r do livro 122, a mão C trasladou *copia*, já na Vulgata, ou seja, nos testemunhos que copiam dum modelo feito a partir do dito “protótipo”, reaparece *pompa* (cf. ms. Greg. 597, p. 571). Em muitos passos se repete idêntico fenômeno. Mais grave no livro 122 é o caso de trechos que ficaram por recompor, como os do tratado da Pregação Universal, fls. 452r-458r (cf. rasuras das pp. 1080-1092 do ms. 706). Noutros momentos, pelo contrário, a quarta mão preenche pequenos trechos que haviam sido rasurados (p. ex. fl. 520v, onde o trecho acrescentado na margem, pela quarta mão, não é igual ao riscado mas sim ao da Vulgata). São, todavia, casos mais raros.

OS SUFIXOS VERBAIS FREQUENTATIVO-DIMINUTIVOS EM PORTUGUÊS

Valter Kehdi
USP

Os principais sufixos verbais frequentativo-diminutivos do português têm sido apresentados por lexicógrafos e gramáticos, com ligeiras divergências, o que pode levar-nos a crer que há uma relativa unanimidade no que se refere ao estudo desses morfemas.

J.F. Caldas Aulete, no *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portuguesa* (ed. de 1884), considera que *-icar*, *-iscar* e *-inhar* são compostos de *-ico*, *-isco* e *-inho* + *-ar*. Embora não dê a eles especial destaque, F. Adolpho Coelho, no *Diccionario Manual Etymologico da Lingua Portuguesa*, propõe a mesma análise, o que se depreende do exame de alguns verbetes; assim, *chuviscar* e *namoricar* são apresentados como derivados de *chuvisco* e *namorico*, respectivamente. Também fiel a essa posição, temos, mais recentemente, o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de A.G. da Cunha.

Em contraposição a esses autores, mencionemos o importante estudo de Joseph H.D. Allen Jr., *Portuguese Word-formation with Suffixes*, em que se alia a perspectiva diacrônica à contrastiva, pelo cotejo constante com o espanhol, sem desprezar as possibilidades de esclarecimento que pode oferecer uma análise em constituintes imediatos; Allen Jr. reconhece como composto apenas *-iscar*.

Neste artigo, enfocaremos os sufixos *-icar*, *-iscar*, *-ilhar*, *-inhar* e *-itar*, apresentados nessa ordem, em função de critérios que explicitaremos mais adiante. Com exceção de *-inhar*, cremos que os demais são sufixos simples, como procuraremos mostrar ao longo destas páginas. Os exemplos examinados foram extraídos do *Dicionário de verbos e regimes* de Francisco Fernandes, que realizou um levantamento exaustivo, de mais de 10.000 verbos.

Esclarecemos, também, que nos colocamos numa perspectiva sincrônica, em virtude de contemplarmos apenas os casos em que esses sufixos são claramente depreensíveis no português atual. Ressalte-se, contudo, que o enfoque diacrônico foi utilizado como complementar, quando contribuía para explicar certos fatos, alicerçar algumas conclusões ou mesmo revelar curiosas oposições entre as duas perspectivas de análise.

1. O sufixo *-icar*. Apresentado como um sufixo composto, com base no verbo *namoricar* (de *namorico* + *-ar*), – em que o sufixo diminutivo pertence ao substantivo, ao qual se acrescenta a desinência verbal *-ar* –, é, na verdade, um sufixo simples, como o mostra uma análise mais profunda do próprio exemplo citado. Lembre-se que, em castelhano, temos os verbos *enamorar* e *enamorar*; considerando-se que, nessa língua, não existe o substantivo **enamorico*, *enamorar* só pode ter sido formado a partir de *enamorar*, com o acréscimo do sufixo *-icar*. Pode-se, assim, concluir que, em português, *namoricar* também se formou com base em *namorar*, forma aferética de *enamorar*; *namorico* é, portanto, um deverbal regressivo e não um primitivo (o que é confirmado pelo significado dinâmico do substantivo).

Notem-se, ainda, os pares: *adocicar/adoçar*, *corricar/correr*, *cosicar/coser*, *depenicar/depenar*, *gemicar/gemer*, *mordicar/morder*, *tossicar/tossir*. As formas em *-icar* são posteriores às simples e resultam do acréscimo do sufixo ao radical verbal; o valor freqüentativo e/ou de pouca intensidade da ação expressa pelos verbos em *-icar* confirma que eles são derivados das formas simples correspondentes.

Pelo cotejo com os demais pares apresentados, pode-se concluir que *adocicar* e *depenicar* não são formações parassintéticas (com base em *doce* e *pena*); da mesma forma que *corricar* é derivado de *correr*, *adocicar* procede de *adoçar* (este sim parassintético).

Alguns verbos, como *bebericar*, *mexericar*, *paparicar* e *saltaricar*, constituem formações curiosas, em que o sufixo se atrelou aos infinitivos simples, e não aos radicais verbais.

O sufixo latino *-icare*, freqüentativo ou diminutivo, acrescentado a radicais nominais ou verbais, evoluiu normalmente para o português através das formas *-igar*; *-egar*; *-gar* e, mais raramente, *-icar* e *-car* (cf. J. Allen Jr. - *op.cit.*, § 152). Ao contrário do que afirma o autor, *-icar* não figura apenas em formas cultas (como *claudicar*); os exemplos acima mostram-nos que *-icar* readquire em português a sua produtividade (à semelhança do que ocorre com a vogal de ligação latina *li*, em vocábulos como *cacaucultor* e *cafelcultor*).

2. O sufixo *-iscar*. Igualmente dado como sufixo composto de *-isco* + *-ar* (cf. Aulete - *op.cit.*, p.1007; A.G. Cunha - *op.cit.*, s.v., p.447). Contudo, o exemplo mais citado, *chuviscar*, analisado como derivado de *chuvisco*, pode ser interpretado de outra maneira.

A existência de pares como *comiscar/comer*, *lambiscar/lamber*, *torriscar/torrar* sugere que *chuviscar* se associa a *chover*. Formas como *lambisco* e *lambiscadela* (com o sufixo *-dela*, que exprime ação e se prende, portanto, a um radical verbal), indiscutivelmente deverbais de *lamber*, reforçam a hipótese da relação de *chuviscar* com *chover*. Acrescente-se, ainda, que no REW está registrada a forma *chouviscar*, derivada de *chouver* (cf. n.º 6610); o *Novo Dicionário Popular da Língua Luso-brasileira*, de A. Lopes Vieira, adota a grafia *chovisco* (cf.p.260), que remete a *choviscar*. Confirmam-no, também, o catalão *plovisca* (de *ploviscar*) e a

forma asturiana *lloviscar*. Essas observações permitem, portanto, estabelecer a derivação: *chover* > *choviscar/chuviscar* > *chovisco/chuvisco*, o que faz da última forma um deverbal regressivo.¹

O sufixo *-iscar* pode ligar-se a radicais substantivais, como *amoriscar* e *fariscar*. Surge, assim, a dúvida relativa à formação de *neviscar*: procede de *neve* ou de *nevar*? O exame do vocábulo, isoladamente, permite interpretá-lo como derivado de um ou de outro; entretanto, o cotejo com os pares como *lambiscar/lamber*, *mordiscar/morder*, *torriscar/torrar* sugere que a derivação mais provável é a partir de *nevar*.

Paralelamente a *-iscar*, temos a variante *-uscar* em alguns poucos verbos: *chamuscar*, *coruscar* (ao lado de *coriscar*), *rebuscar/rabuscar* (de *rebusco/rabusco*), junto a *rabiscar*.

A referência ao sufixo *-iscar*, como específico de determinada língua românica, está em F. Diez (*Gramm. des Langues Romanes* - v.II,p.376), que chama a atenção para a variante *-uscar*, em *chamuscar*, mas não discute a origem do sufixo. A *Gramm. des Langues Romanes*, de Meyer-Lübke, nem mesmo o menciona. Segundo J.Allen Jr., *-iscar* resulta do ascrécimo de *-ar* a substantivos que contenham o sufixo *-isco*. Posteriormente, *-iscar* estende-se a outros radicais, como *fariscar*, de *faro* (cf. *op. cit.*, § 156). Os primitivos de que parte (*chovisco*, *lambisco*) são, na realidade, deverbais regressivos, como já o assinalamos.

Creemos que os exemplos dados por Diez nos fornecem pistas para a explicação da origem do sufixo; *mordiscar*, *pellizcar/beliscar* e *petiscar* são formas ibéricas. Com efeito, *-iscus*, de origem controvertida, só mantém o *-i-* no português e no espanhol; é, portanto, plausível supor que *-iscar* tenha surgido de verbos em *-iscu(s) + -are*, utilizados na Península Ibérica, no latim medieval, onde deve ser investigada a forma que serviu de modelo. A confirmar essa hipótese, temos as variantes em *-uscar*, já apontadas; lembre-se que *-isco* apresenta as variantes *-asco*, *-esco* e *-usco*². É também possível, com base nos exemplos de Diez, entrever outra explicação: *mordiscar* é posterior a *mordicar* e constitui caso de permuta de sufixos; *pellizcar/beliscar*, em função das variantes que apresentam (sobretudo em espanhol), e os diferentes sentidos de *petiscar* sugerem cruzamentos que poderiam elucidar o problema.

3. O sufixo *-ilhar*. Segundo A.G. Cunha, este sufixo resulta da combinação de *-ilho* com a desinência *-ar* e os exemplos apresentados são *dedilhar*, *fervilhar* e *polvilhar* (cf. *op.cit.*, s.v. *-ilhar*, p.424).

O primeiro e o último exemplos são suficientes para mostrar-nos que essa análise é problemática. Não existe, em português, o diminutivo *dedilho*, embora seja comum em espanhol; tampouco podemos pensar num castelhano **dedillar*, forma inexistente nessa língua (o verbo utilizado é *teclear*). No caso de *polvilhar*, o radical é indiscutivelmente um castelhanismo; contudo, dada a inexistência dessa forma verbal em espanhol (onde o correspondente é *(es)polvorear*, antes *polvorar*),

podemos concluir que esse verbo se formou em português, pelo acréscimo de *-ar* a *polvilho*.

Aliás, há vários exemplos de substantivos em *-ilho(a)*, provenientes do castelhano, que entram na formação de verbos da 1ª conjugação, em nossa língua, mas que não têm correspondentes verbais no idioma vizinho. A título de ilustração, destacamos dois exemplos:

<i>Espanhol</i>		<i>Português</i>	
substantivos	verbos	substantivos	verbos
<i>cedilla</i>	–	<i>cedilha</i>	<i>cedilhar</i>
<i>estribillo</i>	–	<i>estribilho</i>	<i>estribilhar</i>

Obviamente, não temos, aqui, o sufixo *-ilhar*, e sim o acréscimo de *-ar* a nomes que já contêm o sufixo *-ilho(a)*, como o confirma uma análise em constituintes imediatos.

Portanto, só existe o sufixo *-ilhar* em formas em que essa terminação se anexa a radicais verbais (como *cortilhar* e *fervilhar*) ou nominais que não admitem um diminutivo em *-ilho* (como *dedilhar*). Esses aspectos distribucionais (válidos também para os demais sufixos aqui estudados) mostram que não se trata de um sufixo composto, contrariamente ao que afirma A.G. Cunha. Com efeito, do ponto de vista diacrônico, *-ilhar* é o resultado da evolução normal do latim vulgar *-iculare* (cf. Meyer-Lübke - *Gramm...* (II), § 581; J. Allen Jr. - *op.cit.*, § 154).

4. O sufixo *-inhar*. Cremos ser este um sufixo originariamente composto, de formação vernácula, resultante do acréscimo de *-ar* a *-inho* (cf. Aulete - *op.cit.*, s.v., p.970; A.G. Cunha - *op.cit.*, s.v. *-inhar*, p.436).

Diacronicamente, considera-se que *-inhar* é a evolução normal de *-inare* (cf. J. Allen Jr. - *op.cit.*, § 155). Saliente-se, porém, que *-inare* não evolui normalmente para *-inhar* em português, como o indicam os exemplos: *nominare* > *nomear*; *ruminare* > *rumiar* e *seminare* > *semeiar*³. O castelhano, que tem também o sufixo *-iñar*, apresenta as formas *nombrar* e *sembrar* (de *nominare* e *seminare*).

Essas observações levam-nos a crer que a origem de *-inhar* é outra, provavelmente vernácula. Curiosamente, alguns verbos em *-inhar* têm como radicais nomes de animais, com os quais é comum o emprego do sufixo diminutivo *-inho*, popular: *passarinhar*; *patinhar*; *raposinhar*. Acrescente-se, ainda, que *cuspinhar* pode ser derivado de *cuspe* (ou de *cuspinho*, forma mais utilizada em Portugal). Não seria, portanto, absurdo supor que a esses diminutivos se anexou a desinência *-ar*, do que resultou a criação do sufixo composto *-inhar*, com a posterior perda da consciência do processo de formação.

Há casos em que *-inhar* se apresenta como variante de *-inar*: *encoquinhar* (var. de *encoquinar*), por provável influência de *cozinhar*; *esgraminhar* (var. de *esgraminar*), em que a vogal anterior determinou a palatalização da nasal (explicação também válida para *encoquinhar*) e *rapinhar* (ao lado de *rapinar*), por influência castelhana.

Em virtude dos aspectos apresentados, é preferível considerar que, atualmente, *-inhar* não se apresenta como sufixo composto e procurar apreciar os casos em que ele figura, através de um enfoque sincrônico. Examinemos os verbos *passarinhar* e *patinhar*, analisados por Aulete como derivados de *pássaro* e *pato*, acrescentados do sufixo *-inhar* (cf. *op. cit.*, p.1306 e 1310). Para Antenor Nascentes, *passarinhar* é formado de *passarinho* + desinência *-ar* (cf. *Dicionário Etimológico Resumido*, s.v, p.557); *patinhar*, por sua vez, é derivado de *pato* + *-inhar* (ibid., p.559). A análise de Aulete parece-nos a mais correta: segmenta duas formas paralelas da mesma maneira (o que é mais coerente) e pode ser confirmada por uma análise em constituintes imediatos. Ao expor os princípios que norteiam esse tipo de análise, E. A. Nida propõe, em primeiro lugar, que as divisões devem amoldar-se às relações significativas (cf. *Morphology*, p.91); ora, os significados de *passarinhar*, “andar à caça dos pássaros”, e de *patinhar*, “bater ou agitar a água como faz o pato” (cf. Aulete - *op.cit.*, p.1306 e 1310) estão mais de acordo com as divisões *pássaro/pato* + *-inhar*. Ressalte-se, entretanto, que o uso corrente de *passarinho*, por *pássaro*, pode também justificar a divisão *passarinho* + *-ar*.

Um exemplo esclarecedor é o verbo *abespinhar*. Pode ser analisado como derivado de *bespa* (cf. Aulete - *op.cit.*, p.8) ou de *bespinha* (cf. R.F.M. Guérios - *Dicionário de Etimologias ...*, p.2). Como se trata de uma formação parassintética, a comparação com outros parassintéticos em *-inhar* possibilita a proposta de um quadro mais homogêneo e coerente: *estracinhar*; *esverdinhar* e *esturvinhar*, de base nominal (*traça*, *verde* e *turvo*, respectivamente), mostram que o sufixo é *-inhar*. Portanto, é mais plausível reconhecer em *abespinhar* a base *bespa* (como em *espezinhar*, a base *pé*).

Acrescentem-se aos exemplos acima os pares *acocorar/acocorinhar*; *cuspir/cuspinhar*; *escrever/escrevinhar*, em que a adjunção do sufixo aos radicais verbais, associada ao valor frequentativo das formas em *-inhar* (em oposição às formas primitivas) indica que estas são posteriores e que o sufixo em questão não pode ser interpretado como composto⁴.

As observações acima sugerem que é mais coerente decompor *passarinhar* e *patinhar* como fez Aulete e reconhecer nesses verbos o sufixo *-inhar*.

Não devemos destacar um sufixo *-inhar* em formas verbais em que *-inho* já faz parte do radical: *daninhar* e *escarninhar* procedem dos adjetivos *daninho* e *escarninho*; *campainhar* é derivado de *campainha*; *esfarinhar* é parassintético, cuja base é *farinha*. Nesses exemplos, uma análise em constituintes imediatos revela que o sufixo verbal *-ar* se acrescentou a nomes em *-inho*. Lembre-se que essa análise implica também o exame do significado do vocábulo. Se *passarinhar* pode ser decomposto em *passarinho* + *-ar*, em *patinhar* e *raposinhar* os significados indicam que a melhor segmentação é *pato* + *-inhar* e *raposa* + *-inhar*. Temos, aqui, um sub-

sistema com radicais representados por nomes de animais; é mais econômica a análise que propõe um tratamento homogêneo para o conjunto.

5. O sufixo *-itar*. É o único sufixo que, diferentemente dos acima arrolados, não é dado como composto. De fato, do ponto de vista diacrônico *-itare* foi anexado a radicais verbais (ou a verbos em *-tare*) para a formação de verbos freqüentativos, aos quais se acrescentava o valor intensivo⁵. Com o desaparecimento de muitos dos verbos simples correspondentes, os derivados em *-itare* passaram a substituí-los e perderam, assim, o valor freqüentativo intensivo que tinham inicialmente.

Temos, em português, alguns verbos em *-itar*, na maioria formações cultas. Ressalte-se, contudo, que o exame desse conjunto revela que ele não é homogêneo.

Inicialmente, consideremos os quatro verbos apontados como freqüentativo-diminutivos: *chupitar*, *dormitar*, *saltitar* e *volitar*, formados com base em radicais verbais. Sem dúvida, a idéia de repetição opõe-se à amplitude da ação, o que implica a associação do valor freqüentativo ao diminutivo; parece-nos, todavia, que o valor predominante é o iterativo. Em decorrência da associação com *-ito* (injustificável do ponto de vista etimológico) e, por conseguinte, com os demais sufixos diminutivos aqui apontados, foi-se introduzindo o valor diminutivo. Confirma-o o fato de terem surgido, em português, formas paralelas em *-inhar*: *chupinhar*, *dorminhar*, *saltinhar/saltarinhar*, ainda não registradas na edição de 1884 do *Dicionario* de Aulete.

Notem-se, ainda, alguns verbos mais recentes em *-itar*, que expressam vozes de animais, portanto de valor essencialmente freqüentativo: *cucuritar* (ao lado de *cucuricar*, por *cocoricar*), *gracitar* (por *grasnar*), *pipitar* (ao lado de *pipilar*, anterior), *rugitar* (de *rugir*). (Terão sofrido influência analógica de *crocitar*, mais antigo?).

Merecem, também, destaque alguns verbos em *-itar*, de valor causativo, formados a partir de bases adjetivas: *capacitar*, *debilitar*; *facilitar*, *habilitar*; *nobilitar*, *possibilitar*. Alguns radicais são cultos, o que indica tratar-se de formações tardias. Note-se que, aqui também, se pode perceber o caráter pouco produtivo de *-itar*, pois alguns desses verbos foram substituídos por outros em *-izar*, causativo por excelência: *agilitar* e *imbecilitar*, hoje *agilizar* e *imbecilizar*.

6. Permuta de sufixos. Nos parágrafos anteriores, tivemos a ocasião de apontar alguns exemplos de permuta entre os sufixos examinados. Aqui, retomamos e desenvolvemos esse importante aspecto.

Inicialmente, cabe esclarecer que a troca de sufixos é relativamente comum na morfologia nominal e verbal do português, como o mostram os pares seguintes: *beldade/beleza*, *raivecer/raivejar*, *(a)formosear/(a)formosentar*. Esse fenômeno ocorre em virtude de semelhanças fonéticas ou de sinonímia entre os sufixos; às vezes, estabelecem-se diferenças entre as formas ou, então, uma delas pode cair em desuso.

No caso dos sufixos verbais freqüentativo-diminutivos, *-inhar* substitui-se com maior freqüência aos outros: ao lado de *pontilhar*, temos *pontinhar*; e também: *chuviscar/chuvinhar*; *peguilhar/peguinhar*⁶.

Digna de nota é, também, a extensão de *-iscar*, embora menos comum que a de *-inhar*: *mordicar / mordiscar*, *namoricar / namoriscar*, *torricar / torriscar*. Os exemplos indicam que *-iscar* normalmente substitui *-icar*, provavelmente em decorrência da semelhança fonética. *Mordicar* é forma mais antiga que *mordiscar*, o grande número de verbos em *-icar* que não conhecem variantes em *-iscar* levamos a supor que é *-iscar* que invade o terreno de *-icar*, e não o contrário. Todavia, essa conclusão só pode ser alicerçada pela verificação de datações precisas⁷.

Alguns dos sufixos aqui estudados podem alternar com outros, como *-ecer*, incoativo: *enturvecer/enturviscar*, *escarnecer/escarnicar*; *-ear*, freqüentativo: *escoicear/escoicinhar*. Compreende-se, assim, que esses sufixos tendam a perder seu significado primitivo básico ou a adquirir novos valores.

*

O valor freqüentativo dos sufixos aqui examinados associa-se normalmente à idéia de diminuição, pois a repetição opõe-se à amplitude da ação. Eis por que devem ser considerados como sufixos freqüentativo-diminutivos⁸. Todavia, cumpre esclarecer que nem sempre o valor freqüentativo se liga ao diminutivo; levem-se em conta, p.ex., os verbos em *-ejar*: *apedrejar*, *chamejar*, nos quais não se observa a idéia de diminuição. Pode-se, portanto, afirmar que o valor diminutivo decorre de um traço morfológico, isto é, do reconhecimento de segmentos correspondentes aos sufixos diminutivos *-ico*, *-isco*, *-ilho*, *-inho*, nos morfemas verbais aqui arrolados. As permutas que ocorrem entre eles e com outros justificam a perda ou a atenuação do valor diminutivo, o que mostra que, atualmente, não é esse o seu valor básico.

Com exceção de *-inhar*, não apresentam o caráter de sufixos compostos, embora, do ponto de vista diacrônico, tenham resultado do acréscimo da terminação verbal a sufixos nominais⁹.

A ordem de apresentação adotada baseou-se em critérios morfológicos. Em primeiro lugar, os sufixos simples: *-icar*; *-iscar* (em virtude da freqüente substituição deste último àquele) e *-ilhar*. Em seguida, *-inhar*, composto provavelmente de formação vernácula. Finalmente, *-itar*, por não estar vinculado a nenhum sufixo nominal e figurar em um grande número de cultismos.

Encerrando nossas considerações, salientemos que o exame detido desses sufixos verbais permite, também, esclarecer importantes questões relativas à morfologia portuguesa. A discussão do caráter simples ou composto remete a problemas de segmentação morfemática que, uma vez elucidados, possibilitam um tratamento mais detalhado de alguns processos de formação vocabular: *chuvisco* e *namorico* são, a rigor, deverbais regressivos; *adocicar* não é parassintético, e sim derivado sufixal, pois é formado a partir de *adoçar*. Dessa forma, um estudo

acurado das derivações regressiva e parassintética, em alguns de seus aspectos, apoia-se necessariamente em muitas das observações acima apresentadas.

NOTAS

- 1- A associação direta de *chuvisco* com *chuva* deve ter contribuído para a grafia com *-u-*.
- 2- Sem dúvida, a explicação proposta por J. Allen Jr. é a que mais se aproxima de nossa hipótese. As únicas ressalvas a fazer é que ele apresenta a origem do sufixo no português, sem levar em conta o espanhol, e alguns dos exemplos (*chovisco*, *lambisco*) não correspondem a primitivos.
- 3- A única exceção que conhecemos é *cozinhar* < lat.tardio *cocinare*.
- 4- Observe-se que ocorre fenômeno semelhante com alguns verbos em *-icar*, como já o assinalamos (cf., aqui, p.2).
- 5- Para maiores detalhes, consulte-se T.H. Maurer Jr. - *Gramática do Latim Vulgar*, p.277-8.
- 6- Ressalte-se que estamos levando em conta apenas a permuta dos sufixos verbais. Assim, no par *esfarelar/esfarinhar*, não temos extensão de *-inhar*, pois os dois verbos são parassintéticos, cujas bases são *farelo* e *farinha*, respectivamente.
- 7- Note-se, também, *troviscar* (por *trovejar*), analógico de *coriscar*.
- 8- Cf. A., Werner - *Diccionario de Terminología Lingüística Actual*, s.v. *disminutivo* (p.158-9).
- 9- Cf. T.H.Maurer Jr. - *op.cit.*, p.275 (*-icare*) e 276 (*-ulare*).

BIBLIOGRAFIA

I. Textos teóricos

- ALLEN Jr., Joseph H.D. - *Portuguese Word-formation with Suffixes*. Supplement to *Language*, Baltimore, Maryland, 17 (2): 1-143, April-June, 1941.
- DIEZ, Frédéric - *Grammaire des Langues Romanes* (traduit par A. Morel-Fatio et. G. Paris). (v.2) Paris, A. Franck, 1874 (v.2).
- MAURER Jr., Theodoro Henrique - *Gramática do Latim Vulgar*. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1959.

- MEYER-LÜBKE, W. - *Grammaire des Langues Romanes* (trad. franc. par A. Doutrepoint et G. Doutrepoint). (v.2) Paris, G.E.Stechert, 1923 (v.2).
- NIDA, Eugene A. - *Morphology*. 2nd ed. Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1949.

II. Dicionários

- ABRAHAM, Werner - *Diccionario de Terminología Lingüística Actual* (versión española de Francisco Meno Blanco). Madrid, Gredos, 1981.
- AULETE, J. F. Caldas - *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portuguesa*. Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1884 (2v.).
- COELHO, F. Adolpho - *Diccionario Manual Etymologico da Lingua Portuguesa*. Lisboa, P. Plantier, (s.d.)
- CUNHA, Antônio Geraldo da - *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- FERNANDES, Francisco - *Dicionário de Verbos e Regimes*. 4.ed. Porto Alegre, Globo, 1974.
- GUERIOS, R. F. Mansur - *Dicionário de Etimologias da Língua Portuguesa*. São Paulo, Edit. Nacional/Edit. da Univ. Fed. do Paraná, 1979.
- NASCENTES, Antenor - *Dicionário Etimológico Resumido*. Rio de Janeiro, INL/MEC, 1966.
- VIEIRA, A. Lopes - *Novo dicionário Popular da Língua Luso-brasileira*. Lisboa, Avelar Machado, 1936.

ESLAVO → ESCRAVO

ESTUDO HISTÓRICO-ETIMOLÓGICO

Antônio Geraldo da Cunha
Fundação Casa de Rui Barbosa

1. PRELIMINARES.

1.1 A fim de tornar mais evidentes as íntimas relações histórico-etimológicas entre os vocábulos *eslavo* e *escravo* e as interferências recíprocas na formação dos seus derivados, compostos e cognatos, julgou-se conveniente estudá-los aqui em conjunto.

2. ORIGEM REMOTA DO ETNÔNIMO ESLA VO.

2.1 Na *Germania*, de Tácito, escrita no primeiro século da Era Cristã, ocorre, talvez, a mais antiga referência histórica aos eslavos, os quais são aí denominados *Venethi*:

“Venethi multum ex moribus traxerunt; nam quidquid inter Peucinos Fennosque silvarum ac montium erigitur latrociniis pererrant” *Germania*, xlv.

2.1.1 Ptolomeu (séc. II d.C.) chama ao mar Báltico *Oúenedikós kólpos* “golfo eslávico” e afirma que os eslavos residiam nas suas proximidades.

2.1.2 Conquanto alguns autores façam restrições a esta identificação dos *Venethi* (*Oúenedai*) com os eslavos, alegando que nessa época remota os povos balto-eslávicos pouco se diferenciariam entre si, convém ressaltar o fato, muito ca-racterístico, de que o vocábulo foi posteriormente adotado pelos finlandeses (*Venäläinen*) para designar, precisamente, os russos.

2.1.3 *Venethi* (*Oúenedai*) é de procedência germânica (cp. alemão *Wenden*, antigo nórdico *Vindland* “Pomerânia”).

2.1.3.1 São duas as hipóteses mais prováveis para justificar a razão pela qual os eslavos foram designados por uma palavra de origem estrangeira: 1ª) segundo alguns eslavistas, eles teriam transitado em um território ocupado pelos *Venethi* e, por isso, receberam esta denominação; 2ª) outros supõem, ainda, que esta denominação se relaciona com o céltico **vindos* “branco”, que ocorre em alguns topônimos. Esta segunda hipótese é bastante razoável, tendo em vista as referências cons-tantes dos autores da antiguidade à pele clara dos eslavos.

2.2 Foi, contudo, só na primeira metade do século VI que o etnônimo *eslavo* apareceu documentado em alguns textos redigidos em grego bizantino. No Pseudo-César (c525 d.C.) e em Procópio (historiador bizantino falecido no ano 565 d.C.) documenta-se *sklabenós*; *skláboi* ocorre em Mauricius Strategus e em Teofanes; neste autor documentam-se, ainda, *sklauinoi* e *sklabinoi*; a forma tardia *sthlobenói* aparece em Klimenta.

2.2.1 No latim medieval do século VI documentam-se os plurais *sclavini* e *sclavi* em Jordanus (c552 d.C.):

“Quorum nomina licet nunc per varias familias et loca mutantur, principaliter tamen Sclavini et Antes nominantur” *De Origine actuque Getarum* (ed. Panckoucke, 1842, pág. 228). “Sed nihil valet multitudo in bello, praesertim ubi et multitudo armata advenerit; nam hi, ut initio expositionis, vel catalogo gentis, dicere coepimus, ab una stirpe exorti, tria nunc nomina reddidere, id est Veneti, Antes, Sclavi” (id. págs. 284 e 286).

2.3 O grego bizantino *sklabenós* reproduz, com certa fidelidade, o eslavo **slovenin'* (pl. **slovene*). Não é difícil explicar a transcrição do *-v-* eslávico pelo *-b-* grego, uma vez que, como é sabido, no período bizantino o *-b-* grego já se tornara fricativo. Menos evidente, embora bem provável, é a hipótese de que a passagem de *-sl-* a *-skl-* é devida ao fato de que o grupo *-sl-* é contrário às tendências fonéticas do grego.

2.3.1 O substantivo *sklábos* (plural *skláboi*) é derivado regressivo do adjetivo *sklabenós*; a terminação *-enós* teria sido associada à desinência *-inós* de adjetivos gregos da 2ª declinação.

2.4 Há ainda controvérsias sobre o étimo de **slovenin'*. Eis as hipóteses mais difundidas: 1ª) eslavo comum *slava* “glória”; admitida esta hipótese, os eslavos ter-se-iam atribuído o cognome deveras elogioso de “os gloriosos”; para Safarik, *apud* Preobrazenskii II.318, este étimo é infundado, tendo em vista que a forma primitiva é **slovenin'* e não **slavanin'*; 2ª) eslavo comum *slovo* “palavra”, admitido por Schrader, entre outros; alega-se, em defesa desta hipótese, que os eslavos se denominariam “aqueles que falam inteligivelmente”, em oposição aos povos vizi-nhos, os alemães, a quem eles chamavam de “mudos, que falam ininteligivelmente”; compare o antigo eslavo eclesiástico *nem' č'* “alemão”, o russo *némeč* “idem”, etc., que derivam de *nem'* “mudo”.

2.4.1 Preobrazenski, *l.c.*, cita mais três hipóteses: 1ª) segundo Dobrovski, o vocábulo proviria do topônimo *Slowy*; 2ª) outros autores associam-no à segunda parte de palavras compostas do tipo do antropônimo *Svato-slav'*; Constantino Porfirogeneto, escrevendo em meados do século X, adota o grego *Sphendosthlábos* para traduzir este termo; 3ª) na opinião de Mikkola, a palavra deve ser confrontada com o grego *lāFós* (de **slāFós* “povo”) e o irlandês *slúag* “tropa, cortejo, exército”.

2.4.2 Vasmer II. 656-657, depois de aludir às diferentes etimologias acima mencionadas, as quais ele também considera improváveis, pondera que o vocábulo talvez proceda de um potamonímico. Para comprovar esta hipótese, cita o russo *Slovutic*

(cognome do rio Dniepre) e *Sluja* (nome de um afluente do rio Vazuza), de onde procedem outros nomes de rios, como o polaco *Slawa*, o servo-croata *Slavnica*, etc. Na sua opinião, todos estes potamonímicos estão etimologicamente relacionados com as palavras gregas *klyzo* “lavar”, *klyzei* “lava”, *plémmyrei* “faz onda”, *rhéei* “correr”, *bryei* “emana”, *klydon* “embate de ondas” e com as latinas *cluo* “lavo” e *cloaca* “esgoto”. Segundo ele, são infundadas, também, as hipóteses etimológicas que ligam o vocábulo ao gótico *slawan* “ser mudo” (*gaslawan*, *anaslawan* “emudecer”) ou ao grego *aloe* “área cultivada, vinhedo”.

3. EXPANSÃO DO VOCÁBULO ESLAVO (SEUS DERIVADOS, COMPOSTOS E COGNATOS) NAS LÍNGUAS DE CULTURA DO OCIDENTE.

3.1 Em sua acepção própria, o termo *eslavo* designa o “membro de um dos mais importantes e numerosos grupos étnicos da Europa, o qual compreende os russos (russos propriamente ditos, russos brancos e ucranianos), búlgaros, iugoslavos (sérvios, croatas e eslovenos), checoslovacos (checos, eslovacos e morávios), polacos e lusácios”. Por extensão, “grupo de línguas indo-européias faladas por estes povos, o qual se subdivide em *eslavo oriental* (russo, russo branco ou bielo-russo e ucraniano), *eslavo meridional* (servo-croata, búlgaro, macedônio e esloveno) e *eslavo ocidental* (checo, eslovaco, polaco e lusácio)”.

3.1.1 O etnônimo português *eslavo* ocorre, com a grafia *esclavo* (do latim medieval *sclavus*, aparentado com o grego bizantino *sklábos*) na *Crônica da Ordem dos Frades Menores*, manuscrito do século XV (c1470), neste trecho:

“estavam hy [em Roma] gregos e latinos e françezes e theotonicos e esclavos [Nota de J.J Nunes: Por cima desta palavra lê-se, de outra mão, e de *escravonia*] e ingreses e outros de diversas linguas” (vol. I, pág.226).

3.1.1.1 Pela mesma época, o etnônimo ocorre, com a grafia *escravo*, na *Vida e feitos de Júlio César*, manuscrito também do séc. XV (a1466), nesta passagem:

“Hi veerom os Pisãaos e os Escravos e os d’Aravia” (IV.4§1.3).

3.1.1.2 É importante assinalar que, tal como na *Crônica da Ordem dos Frades Menores*, também na *Vida e Feitos de Júlio César* o topônimo *Esclavônia* ocorre com a grafia *Escravonia* (*escl-* → *escr-*):

“Vós veedes que reis e principes se juntam de todas partes por nos vingar. Vulterius he morto no mar d’Escravonia” (III.9§2.4).

3.1.2 Quanto ao significado do termo *esclavo*, que ocorre no mesmo texto da *Vida e feitos de Júlio César*, convém expender aqui algumas considerações. Eis o trecho:

“E depois desto enviaram os senadores de Roma Julio Cesar aa derradeira Espanha por fazer dereito e por endereçar os feitos daquela comarqua. E tanto andou que chegou a hua cidade d’Eslavos, e entrou em huu templo dos pagãaos, honde Hercoles, seu deus, era adorado” (I.5§ 3.2).

3.1.2.1 No texto francês, intitulado *Li Fet des Romains*, do qual o português constitui mera tradução, por vezes literal, lê-se:

“il [Júlio César] vint a Gades, une cité d’Esclavons”.

O texto francês, por seu turno, é tradução livre da *Vida de Júlio César*, de Suetônio (c70 - c140). Ora, como nesta obra do historiador romano não há qualquer alusão aos eslavos, pois o texto latino diz apenas “Gadesque venisset”, é muito provável que aquela referência explícita do texto francês à “cité d’Esclavons” é devida ao autor (ou a algum copista) do *Li Fet des Romains*, o qual teria confundido a cidade de *Gades* (modernamente Cádiz, na Espanha) com alguma outra cidade eslávica.

3.1.2.2 É interessante observar que o tradutor português não traduziu o francês *Esclavon* por *Esclavom*, como seria de esperar; isto, porém, é indício de que lhe teria causado estranheza a afirmação do texto francês de que *Gades* era uma cidade de *esclavões*. Tudo leva a crer, portanto, que o tradutor português preferiu traduzir o francês *Esclavon* (= *esclavão*, *eslavo*) por *esclavo* (= *escravo*), tendo em vista a impossibilidade de considerar *Gades* uma “cidade de eslavos”.

3.1.3 Do latim medieval *sclavus* (pl. *sclavi*) “eslavo” derivam, além do antigo português *esclavo*, o antigo francês *sclave*, de 1573 (cf. TLF), o antigo inglês *sclave*, de c1387 (cf. OED), etc.

3.2 No latim medieval, a par de *sclavus* (pl. *sclavi*), ocorre, também, desde o século X (c951), a variante *slavus* (pl. *slavi*).

3.2.1 Nas línguas modernas prevalecem as grafias com (*e*)*sl-* inicial, enquanto que em épocas mais remotas predominavam, quase exclusivamente, as grafias com (*e*)*scl-*.

3.2.2 Do latim medieval *slavus* procedem, além do português *eslavo*, de 1706 (cf. IELP), o francês *slave*, de 1713 (cf. TLF), o inglês *slav* (*slave* em 1788; cf. OED), etc.

3.3 Estão diretamente relacionados com o vocábulo português *eslavo* os derivados *eslávico*, *eslavismo*, *eslavista*, *eslavizar* (e *eslavizante*) e os compostos híbridos *eslavófilo* e *eslavofilismo*.

3.3.1 O adjetivo *eslávico* (< *eslav’o* + *-ico*) “relativo aos eslavos” já se documenta em 1651, na *História Universal*, de Frei Manuel dos Anjos, nesta passagem:

“Alem das particulares de cada Prouincia vsão [os polacos] de huma lingoa géral com que todas [as nações da Sarmácia européia] se communicão, chamada Slauica ou Sclauonica, que se falla em dezanoue naçoens, sem que em alguma se corrompa a formalidade della, sendo para todos como connatural, natiua, & propria” (I.xxx.l91).

3.3.2 O substantivo *eslavismo* (< *eslav’o* + *-ismo*) designa o “sistema político que preconiza o agrupamento de todos os eslavos numa só nação e o progresso desta” e foi formado pelo modelo de *germanismo*; designa, também, “palavra ou expressão de origem eslávica introduzida em outra língua” (cp. anglicismo, italianismo, etc.). O vocábulo vem registrado em 1899 na 1ª edição do *Dicionário* de Cândido de Figueiredo.

3.3.3 *Eslavista* (< *eslav'o* + *-ista*) “relativo ao eslavismo” “partidário do eslavismo e/ou versado nos assuntos eslavicos” ocorre em 1924, com a grafia *sla-vista* (cf. IELP).

3.3.4 O verbo *eslavizar* (*eslav'o* + *-izar*) “tornar(-se) eslavo ou semelhante a eslavo na nacionalidade, na língua, nos costumes, etc.” ocorre, também em 1924, na forma do particípio e com a grafia *slavizado* (cf. IELP).

3.3.4.1 *Eslavizante* (< *eslaviz'ar* + *-ante*) “que se interessa pelos assuntos eslavicos, eslavista” vem registrado, em 1958, no *Vocabulário Ortográfico* de A. S. Amora.

3.3.5 *Eslavófilo* “amigo, partidário dos eslavos”, composto de *eslavo-* + *-filo* (< latim *philus* < grego *philos* “amigo”, em compostos do tipo *theóphilos*, *paidóphilos*, etc.) já se documenta, com a grafia *slavophilo*, em 1906 (cf. IELP),

3.3.5.1 *Eslavofilismo* (< *eslavófil'o* + *-ismo*) “doutrina ou sentimento dos eslavófilos” documenta-se em 1935 (cf. IELP).

3.4 O latim medieval *Sclavonia*, documentado desde o século XIV (1346), pelo menos, designava a região ocupada pelos eslavos do sul, a qual correspondia à costa oriental do mar Adriático e a grande parte da Iugoslávia. Daqui o português *Esclavônia*, italiano *Schiavonia*, francês *Esclavonie*, etc.

3.5 Estão diretamente relacionados com o topônimo *Esclavônia* os derivados *esclavão* (feminino *esclavona*), *esclavonesco*, *esclavônico* e *esclavônio*, todos já documentados no século XVI; mais modernos e possivelmente influenciados por *eslavo* (*escl-* → *esl-*), *eslavão*, *eslavônico* e *eslavônio*.

3.5.1 O substantivo *esclavão* (feminino *esclavona*), tal como o inglês *sclavon*, documentado em 1555 (cf. OED), deve ser adaptação do francês *esclavon* (feminino *esclavon(n)e*) do século XII e, este, do latim medieval **sclavone* (cf. TLF).

3.5.1.1 Convém ressaltar que os vocábulos portugueses *esclavão/esclavona*, quer como adjetivos “pertencente ou relativo à Esclavônia”, quer como substantivos “natural da Esclavônia” “língua eslavica do grupo meridional falada pelas populações que viviam nas proximidades do Adriático”, já se documentam no século XVI. O etnônimo *esclavão* data do primeiro quartel do século XVI, numa carta de Pedro Gomes Teixeira para o rei D. Manuel, datada de Cochim, a 2 de novembro de 1520 :

“nom sei porque Vossa Alteza consente ca estes estrangeiros e por que nom manda ter sobre isso um aviso na cassa da India por que dous esclauões marinheiros fogirom em huma almadia no streito e vam em busca dos rumes” (*Carta das Novas*, pág. 136).

3.5.1.2 O vocábulo volta a ocorrer em 1566 no *Itinerário* de Mestre Afonso: *lingua esclauona*; no mesmo ano de 1566 na *Crônica de D. Manuel*, de Damião de Góis : *Sclauões*, & *Venezianos* e, noutra passagem: *liuros em latim, Italiano, Alemão, Esclauom*, & *Françes, Castelhana*, & *algus em Portugues*; e, em 1593, no *Itinerário* de Frei Pantaleão de Aveiro: *era o Governador Sclavão da mesma patria do Padre Bonifacio* (cf. IELP).

3.5.1.3 O feminino *esclavona* adquiriu uma acepção extensiva ainda no século XVI e passou a designar, também, certo tipo de espada, talvez de procedência esclavônica. Com este novo significado o termo *esclavona* ocorre na *Aulegrafia* (c1555), de Jorge Ferreira de Vasconcelos (cf. IELP), e, com a grafia *escravona*, vem registrado no dicionário de Jerônimo Cardoso, de 1562.

3.5.2 O adjetivo *esclavonesco* “pertencente ou relativo à Esclavônia, esclavão”, de 1565 (cf. IELP), deriva do latim medieval *sclavonescus*, provavelmente através do italiano *schiaivonesco* (cf. DEI), em razão do sufixo *-esco*, característico de empréstimos italianos nas demais línguas de cultura (cp. *burlesco*, *carnavalesco*, *grotesco*, etc.).

3.5.3 Enquanto o adjetivo *esclavônio* (< *Esclavôn'ia* + *-io*) “pertencente ou relativo à Esclavônia” já se documenta em 1593, o substantivo *esclavônio* “natural da Esclavônia” só aparece a partir de 1627 (cf. IELP).

3.5.4 O adjetivo *esclavônico* (< *Esclavôn'ia* + *-ico*) “pertencente ou relativo à Esclavônia” aparece em 1593, no *Itinerário* de Frei Pantaleão de Aveiro (cf. IELP).

3.5.5 Como se referiu anteriormente, os termos *eslavão* e *eslavônio*, ambos documentados em 1781 (cf. IELP), são bem posteriores aos sinônimos *esclavão* e *esclavônio*, respectivamente. Mais moderno ainda é *eslavônico*, que vem registrado pela primeira vez em 1899, no dicionário de Cândido de Figueiredo.

3.5.6 *Eslovaco* (*slovaque* em 1878, *slovaco* em 1911; cf. IELP) “pertencente ou relativo à Eslováquia” “natural da Eslováquia” “língua eslávica do grupo ocidental” é adaptação do francês *slovaque* (de 1841; cf. TLF) = inglês *slovak* (de 1842; cf. OED), etc. < eslovaco *slovak* (plural *slováci*) = polaco *slowak* = russo *slovak*, etc. Estes vocábulos eslávicos relacionam-se com o radical *slov-*, do eslavo *slovenin'*; quanto à terminação *-ak*, comparem-se *bosníaco*, *polaco*, etc.

3.5.7 *Esloveno* (*slovena* em 1878, *sloveno* em 1920; cf. IELP) “natural da Eslovênia” “língua eslávica do grupo meridional” é adaptação do francês *slovène* (de 1875; cf. TLF), do esloveno *slovene* e, este, do antigo eslavo **slovene*, plural de **slovenin'*.

3.5.7.1 No antigo português ocorre o termo *esclavino*, no fólio 53 do *Livro da Origem dos Turcos*, de Frei Diogo de Castilho, publicado em 1538:

“Ho mesmo fizeraom os Cristaons deuidindo sua gente de pee he de caualo hem tres partes iguais, a primeira que era dos Esclauinos, os quaes viuem entre os Rios Drauo he Sauo”.

Os rios Dravo e Savo – formas aportuguesadas dos termos eslávicos Drava e Sava –, ambos afluentes do Danúbio, são, de fato, os limites naturais do território da Eslovênia. Frei Diogo de Castilho refere-se, pois, em sua obra, aos habitantes eslavos da Eslovênia. A forma *esclavino* deriva do latim medieval *sclavini* (do século VI), anteriormente citado, o qual corresponde ao grego bizantino *sklabenós*; com efeito, o *-b-* e o *-e-* do grego bizantino correspondem ao *-v-* e ao *-i-* latinos, respectivamente.

4. ORIGEM REMOTA DO VOCÁBULO ESCRAVO E SUA DIFUSÃO NAS LÍNGUAS DE CULTURA DO OCIDENTE.

4.1 Depois de longas e cruentas guerras, Carlos Magno (c742-814) e seus sucessores e, contemporaneamente também, os gregos bizantinos, exterminaram, na região dos Balcãs, grande número de eslavos, e aprisionaram muitos deles, tornando-os cativos. Por este motivo, o grego bizantino *sklábos*, por que já eram conhecidos os eslavos, desde o século VI, tomou a acepção pejorativa de escravo, a partir dos séculos IX-X. Por esta época, já se documenta, na Alemanha, o latim medieval *sclavus*, nesta acepção.

4.2 Do latim medieval *sclavus* (= grego bizantino *sklábos*) procedem o francês *esclave* (do século XII; cf. TLF), italiano *schiaivo* (do século XIII; cf. DEI, DELI), provençal *esclau* (do século XII; cf. TLF), catalão *esclau* (do século XIII; cf. DECLC), inglês *slave* (médio inglês *sclave* em 1290; cf. OED), alemão *Sklave* (médio alto alemão *slave* em 1275; cf. Kluge-Mitzka, Pfeifer), etc..

4.2.1 É interessante assinalar que, enquanto em francês, italiano, provençal, catalão, inglês e alemão o vocábulo já aparece documentado nos séculos XII e XIII, em português e em castelhano ele só ocorre a partir do século XV. Esta ocorrência tardia é devida, provavelmente, à concorrência de *cativo/cautivo*, os quais já se documentam nestes dois idiomas, com as mesmas acepções de *escravo*, em época muito anterior.

4.2.1.1 Para Corominas (cf. DCECH) o castelhano *esclavo* procede diretamente do catalão *esclau* (feminino *esclava*), o qual, por seu turno, teria sido influenciado pelo francês *esclave*.

4.2.2 Em português o vocábulo ocorre, já no século XV, com as grafias *scravo* (cf. *Livro de Cavalgar* – c1438 – de D. Duarte), *esclavo* (cf. *Crônica do Infante Santo* – c1450 – de Frei João Álvares) e *escravo* (cf. *Descobrimientos Portugueses* – 1457) (cf. IELP).

5. DERIVADOS, COMPOSTOS E COGNATOS DO VOCÁBULO ESCRAVO.

5.1 São derivados vernáculos de escravo: *escravagem*, *escravaria*, *escravatura*, *escravidão*, *escravismo*, *escravista*, *escravizar* (e *escravização*, *escravizador* e *escravizante*).

5.1.1 *Escravagem* (< *escrav'o* + *-agem*) “estado ou condição de escravo, escravidão” ocorre na *Suma Oriental* (a1515) de Tomé Pires, neste trecho:

“E destes pates que sam em Jaða na beira do mar que ajmda nom tem a fidalguja tamto em peso como os de demtro por que haa tres dias que vem descrauagem” (pág. 324).

5.1.1.1 A variante *esclavagem* “espécie de colar, que as mulheres usavam como adorno”, que vem registrada, em 1713, no *Vocabulário* de Bluteau e, na sua esteira,

nos dos dicionaristas posteriores, talvez proceda do francês *esclavage*, de 1704 (cf. GLLF, DHLF).

5.1.1.2 *Escravagismo* “doutrina que justifica e apoia o regime da escravidão”, registrado em 1891, na 8ª edição do dicionário de Morais, talvez proceda, também, do francês *esclavagisme*, de 1877 (cf. TLF).

5.1.1.3 *Escravagista* “partidário do escravagismo” ocorre, em 1872, na página 4702 do número 588 da revista carioca *Semana Illustrada*, e vem registrada, em 1873, no dicionário de Domingos Vieira; a variante *esclavagista* vem registrada, em 1891, no dicionário de Francisco de Almeida. O francês *esclavagiste*, que teria influenciado a formação do vocábulo português, data de 1861 (cf. TLF)

5.1.2 *Escravaria* (< *escrav’o* + *-aria*) “multidão de escravos” “conjunto de escravos de uma propriedade” documenta-se já em 1549 numa carta de Duarte Coelho:

“Outro si pessoas nobres e poderosas que lla estão no Reino e qua povoam e outros que querem povoar por seus feitores e jemte e escravaria” (pág.69).

5.1.2.1 Com a grafia atual, volta a ocorrer em textos de 1557 (cf. MNóbrC 257), 1558 (in MMA II. 433), 1564 (cf. IELP), 1569 (in DHA III.6), etc.

5.1.3 *Escravatura* (< *escrav’o* + *-atura*) “escravaria” data de 1770 (cf. IELP).

5.1.4 *Escravidão* (< *escrav’o* + *-idão*) “estado ou condição de escravo, cativoiro” “sujeição, falta de liberdade” já se documenta em 1671 (cf. IELP)

5.1.5 *Escravismo* (< *escrav’o* + *-ismo*) “doutrina dos escravistas” “influência do sistema da escravatura” data de 1885 (cf. IELP).

5.1.6 *Escravista* (< *escrav’o* + *-ista*) “relativo a escravos” “partidário da escravidão” ocorre em 1882 (cf. IELP).

5.1.7 *Escravizar* (< *escrav’o* + *-izar*) “reduzir à condição de escravo” “submeter, tornar dependente” já vem registrado, em 1836, no dicionário de Constâncio.

5.1.7.1 *Escravização* (< *escraviz’ar* + *-ação*) “ação de escravizar” está registrado na 2ª edição (1913) do dicionário de Cândido de Figueiredo.

5.1.7.2 *Escravizador* (< *escraviz’ar* + *-ador*) “que escraviza, que subjuga, que sujeita” data de 1900 (cf. IELP).

5.1.7.3 *Escravizante* (< *escraviz’ar* + *-ante*) “que escraviza, escravizador” documenta-se em 1934 (cf. IELP).

5.2 O composto *escravocracia*, de *escravo*- + *-cracia* (< latim *-cratía* < grego *-kratía*, em compostos do tipo *aristocracia*, *democracia*, etc.), foi influenciado pelo inglês *slaveocracy* (de 1848; cf. OED), que teria servido de modelo para a formação do vocábulo português. No inglês dos Estados Unidos o vocábulo já ocorre em 1840 (cf. Mathews). Como pondera o OED, s.v. *slavocracy*, este termo foi indevidamente aplicado ao “governo (ou domínio) exercido sobre os escravos”, quando, etimologicamente, ele deveria significar “governo exercido pelos escravos”, como *aristocracia* é o “governo exercido pelos nobres”, *democracia* é o “governo exercido pelo povo”,

etc. A variante *esclavocracia* ocorre em 1872, na pág 4699 do número 588 da revista carioca *Semana Illustrada*.

5.2.1 *Escravocrata* “senhor de escravos” “partidário, defensor da escravatura”, de *escravo-* + *-crata* (< latim *-crates* < grego *-krates*, de *krátos* “governo, poder, autoridade”), sofreu a influência do inglês *slavocrat* (de 1842; cf. OEDS). O português *escravocrata* já se documenta em 1887, no número de 8 de novembro, na Seção “Parolando”, do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro.

5.3 O português *eslabão*, na acepção de “gancho de prender a candeia de garavato”, vem registrado por Bento Pereira, no *Thesouro* (1647), e por Morais, Constâncio, etc. Com o significado de “tumor mole que se desenvolve na dobra do joelho do cavalo” data de 1679 (cf. IELP). Em qualquer destas duas acepções, o vocábulo deriva do castelhano *eslabón* (*esclavón* no século XIII; cf. Corominas DCECH); segundo Corominas, “se comparó el *eslabón* con un esclavo por la imposibilidad de separarse de su cadena”. É interessante observar que, na acepção de “ferro aguçado com que se feria a pederneira para produzir lume”, também, provavelmente, proveniente do castelhano, o vocábulo aparece em Gil Vicente, no *Auto dos Reis Magos* (c1503) e na *Comédia sobre a divisa da cidade de Coimbra* (c1527), mas sempre em contexto castelhano (cf. IELP).

5.4 *Esclavina* “espécie de murça que os romeiros e peregrinos usavam sobre a túnica” “opa de escravo ou de cativo resgatado” já se documenta no século XIV, na *Visão de Tündalo*, no parágrafo 24 da edição de 1985:

“E vyo muitas almas cayr no fundo. E vyo viir huu pelegrim que passava per aquella ponte muy sem medo cõ sua escryvina vestida e cõ sua palma na mão”.

5.4.1 O português, tal como o castelhano *esclavina* (século XIV; cf. DCECH), o catalão *esclavina* (século XV; cf. DECLC), o francês *esclavine* (século XII; cf. TLF) e o italiano *schivina* (século XIV; cf. DEI), procede do latim medieval *sclavina* (século XII; cf. TLF). O étimo remoto deve ser o grego bizantino *sklabenós* “eslavo”; neste caso, por alusão às vestimentas simples dos eslavos, que iam em peregrinação a Roma e à Terra Santa. Talvez se possa admitir, com maior probabilidade de acerto, que o vocábulo proceda daquela palavra grega, porém na acepção de “escravo”; nesta hipótese, o termo *esclavina* aludiria aos trajes toscos e modestos dos escravos.

5.4.2 A forma atual *esclavina*, que já ocorre em 1593, no *Itinerário* de Frei Pantaleão de Aveiro (cf. IELP), talvez tenha sido influenciada pelo italiano *schivina*, tendo em vista que no *Itinerário* são bastante numerosos os italianismos.

5.5 Terá alguma relação com os vocábulos acima estudados, o antigo português *escravoneta*? Ao que parece, o termo só se documenta uma vez no século XVI, com a grafia *scrauneta*, no capítulo 57 da 3ª parte da *Crônica de D. Manuel* (1567), de Damião de Góis:

“pedras preciosas aque nós [sc. os italianos] chamamos scrauonetas ou rubis, nam contrafeitos, nem polidos, mas rudos, & simples, assi quomo se trazem dos lugares em que se acham, com seu só resplandor natural”.

5.5.1 Neste capítulo, Damião de Góis transcreve, traduzindo do latim para o português, uma carta do italiano Alberto do Carpe ao Imperador Maximiliano, datada de 17 de março de 1514. Em certo trecho da carta, na tradução portuguesa de Góis, Alberto do Carpe alude, como se viu acima, às “pedras preciosas aque nós chamamos scrauonetas ou rubis”. Na impossibilidade de consultar o original latino, é difícil decidir se aquele *scrauoneta* constitui ou não tradução literal de uma forma italiana **schiavonetta*. Admitida a existência, aliás muito provável, do hipotético **schiavonetta* (diminutivo de *schivona*, feminino de *schivone*), pode formular-se a seguinte hipótese sobre o étimo remoto do antigo português *scrauoneta*.

5.5.2 O italiano **schiavonetta* teria significado, primitivamente, “*escravinha*”; daqui, por uma associação bastante expressiva, o vocábulo passaria a designar, também, os “pequenos elos de uma cadeia” (compare-se, a propósito, a evolução paralela do castelhano *esclavón*, acima estudado); como, em certas pulseiras os “elos” eram incrustados com pedras preciosas, poderá admitir-se, ainda, que, por metonímia, **schiavonetta* teria passado a designar, não apenas os “elos”, mas também “as pedras preciosas neles incrustadas”. Em resumo, a evolução semântica seria a seguinte: 1 “*escravinha*” → 2 “elos de uma cadeia” → 3 “elos de jóias (colares, pulseiras, braceletes, etc.) incrustados de pedras preciosas” → 4 “pedras preciosas, rubis”. Convém mencionar, ainda, em apoio desta hipótese, o antigo português *esclavagem* (< francês *esclavage* < *esclave*), que designava uma “espécie de colar” e que, remotamente, está também relacionado com o vocábulo *escravo*.

6. CONCLUSÃO.

6.1 Boa parte da matéria aqui tratada foi extraída de um antigo trabalho nosso, publicado, de 1953 a 1956, na Revista da Academia Fluminense de Letras, intitulado *Influências eslávicas na língua portuguesa* (IELP). No curso deste artigo citamos freqüentemente esse trabalho, pois, apesar de decorridos 39 anos, poucas alterações tivemos de introduzir na sua redação primitiva.

6.2 É claro que, com base na nova documentação hoje disponível, basicamente com relação aos grandes dicionários estrangeiros publicados nos últimos anos, pudemos atualizar, aqui e ali, algumas daquelas informações. Fizemos referência aos grandes dicionários estrangeiros, e só a eles, porque, infelizmente, no que diz respeito à lexicografia histórica de língua portuguesa, pouco ou quase nada foi feito nestas últimas quatro décadas. Voltamos a afirmar que a nossa lexicografia continua num estado de lamentável atraso.

BIBLIOGRAFIA

(Registram-se aqui tão-somente as principais obras citadas no corpo do artigo)

- Almeida, Francisco de = *Novo Diccionario Universal Portuguez*. 2 vols. Lisboa, 1891.
- Amora, Antônio Soares = *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. São Paulo, 1958.
- Anjos, Frei Manuel dos = *Historia Universal, em que se descrevem os Imperios, Monarchias, Reynos, & Provincias do mundo ...pelo padre* – Em Coimbra. Anno 1651.
- Aveiro, Frei Pantaleão de = *Itinerario da Terra Santa ... Sétima edição conforme à primeira [de 1593]. Revista e prefaciada por António Baião*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927.
- Bluteau, Pe. Rafael = *Vocabulario Portuguez e Latino pelo P.* – 8 vols. em fol. e 2 de Suplemento. Coimbra- Lisboa, 1712-1728.
- Cardoso, Jerônimo = *Hieronymi Cardosi Lamacensis Dictionarium ex Lusitanico in Latinum Sermonem*. Ex officina Ioannis Aluari typographi Regij. M.D.LXII.
- Carta das Novas = Armando Cortesão e Henry Thomas. *Carta das Novas que vieram a elrei nosso senhor do descobrimento do Preste João* (Lisboa, 1521) Texto original e estudo crítico com vários documentos inéditos. Lisboa, 1938.
- Castilho, Frei Diogo de = *Liuro da Origem dos Turcos ...Collegidos por ho Padre – monge do Mosteiro Dalcobaça*. Impresso em Louuem... anno de 1538.
- Coelho, Duarte = *Cartas [1542-1550] de Duarte Coelho a ElRei*. Reprodução facsimilar, leitura paleográfica e versão moderna anotada por José Antônio Gonsalves de Mello e Cleonir Xavier de Albuquerque. Imprensa Universitária. Recife. Pernambuco, 1967.
- Constâncio, Francisco Solano = *Novo Diccionario Critico e Etymologico da Lingua Portugueza*. Paris, 1836.
- Corominas (Joan) y Pascual (José A.) = *Diccionario Critico Etimológico Castellano e Hispánico* (= DCECH). 6 vols. Madrid, 1980-1991.
- Coromines (Joan) = *Diccionari Etimològic i Complementari de la Llengua Catalana* (= DECLC). 9 vols. Barcelona, 1980.
- Crónica da Ordemdos Frades Menores* (1209-1285). Manuscrito do século XV (c1470), agora publicado inteiramente pela primeira vez e acompanhado de introdução, anotações, glossário e índice onomástico por José Joaquim Nunes. 2 vols. Coimbra, 1918.
- DCECH → Corominas.
- DECLC → Coromines.
- DEI = Battisti (Carlo) - Alessio (Giovanni). *Dizionario Etimologico Italiano*. 5 vols. Firenze, 1950-1957.

- DELI = Cortelazzo (Manlio) - Zolli (Paolo). *Dizionario Etimologico della Lingua Italiana*. 5 vols. Bologna, 1979-1988.
- DHA = Instituto do Açúcar e do Alcool. *Documentos para a História do Açúcar*. Vol. II. Engenho Sergipe do Conde. *Livro de Contas* (1622-1653). Rio de Janeiro, 1956. – Vol. III. Engenho Sergipe do Conde. *Espólio de Mem de Sá* (1569-1579). Rio de Janeiro, 1963.
- DHLF = *Dictionnaire Historique de la Langue Française*. Sous la direction de Alain Rey. Dictionnaires le Robert. 2 vols. Paris, 1992.
- Figueiredo, Cândido de = *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2 vols. Lisboa, 1899. 2a. ed. 1913. – 3a. ed., 1922. -- 4a. ed., 1926.
- GLLF = *Grand Larousse de la Langue Française*. 7 vols. Paris, 1971-1978.
- Góis, Damião de = *Crônica do Felicíssimo rei D. Manuel* composta por -. Nova edição conforme a primeira (de 1566: partes I e II; e 1567: partes III e IV). Coimbra. Por ordem da Universidade. 4 vols [reimpressão da edição revista por David Lopes, de 1926] 1949, 1953, 1954 e 1955.
- IELP = A. G. Cunha *Influências Eslávicas na Língua Portuguesa*. [Separatas dos volumes VI, VII, VIII e IX da Revista da Academia Fluminense de Letras] Niterói, 1953-1956.
- Kluge (Friedrich)- Mitzka (Walther) = *Etymologisches Wörterbuch der Deutschen Sprache*. 21 Auflage. Berlin, 1975.
- Mathews, Mitford M. = *A Dictionary of Americanisms, on Historical Principles*. Second impression. Chicago, 1956.
- Mestre Afonso = *Ytinerario de Mestre Afonso ...* [reprodução de manuscrito de 1566] in *Itinerários da Índia a Portugal por Terra*. Revistos e prefaciados por Antônio Baião. Coimbra, 1923.
- MMA = *Monumenta Missionaria Africana*. Coligida e anotada pelo Padre Antônio Brásio. Agência Geral do Ultramar. Lisboa, vol. I-, 1952-.
- MNóbrC → Nóbrega.
- Nóbrega, Manuel da = *Cartas do Brasil [1549-1567] e mais escritos* do P- (Opera omnia). Com introdução e notas históricas de Serafim Leite S.I. Coimbra, Por ordem da Universidade, 1955.
- OED = *The Oxford English Dictionary...* edited by James A. H. Murray, Henry Bradley, W.A. Craigie, C.T. Onions. Oxford at the Clarendon Press, 1933 (12 vols. + 1 vol. de Suplemento).
- OEDS = *A Supplement to the Oxford English Dictionary*. Edited by R. W. Burchfield. 4 vols. Oxford at the Clarendon Press, 1972-1986.
- Pereira, Bento = *Thesouro da Lingua Portuguesa*. Lisboa, 1647.
- Pfeifer, W. = *Etymologisches Wörterbuch des Deutschen*. 2 vols. 2 Auflage, durchgesehen und ergänzt von Wolfgang Pfeifer. Berlin, 1993.

- Pires, Tomé = *A Suma Oriental* [c1515] de Tomé Pires e o *Livro* [c1514] de Francisco Rodrigues. Leitura e Notas de Armando Cortesão. Por ordem da Universidade. Coimbra, 1978.
- Preobrazenskii, A. = *Etymologiceskii Slovar' Russkogo Iazyka* [Fascículos 1-14: a-suleia]. Moskva, 1910-1918.
- TLF = *Trésor de la Langue Française. Dictionnaire de la Langue du XIXe et du XXe Siècle (1789-1960)*. Publié sous la direction de Paul Imbs [até o vol. VII, de 1979; do vol. VIII até o vol. XVI, sob a direção de Bernard Quemada]. 16 vols. Paris, 1971-1994.
- Vasconcelos, Jorge Ferreira de = *Comedia Aulegrafia* [c1555] feita por Iorge Ferreira de Vasconcellos...Em Lisboa. Por Pedro Craesbeeck. Anno 1619.
- Vasmer, Max = *Russisches Etymologisches Wörterbuch*. 3vols. Heidelberg, 1950-1958.
- Vida e Feitos de Júlio César*. = Maria Helena Mira Mateus. *Vida e feitos de Júlio César*. Edição crítica da tradução portuguesa quatrocentista [al466] de “Li Fet des Romains”. Fundação Calouste Gulbenkian. 2 vols. Lisboa, 1970.
- Vieira, Frei Domingos = *Grande Dicionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portugueza*. 5 vols. Porto, 1871-1874.
- Visão de Túndalo* = *Visão de Túndalo*. [texto do século XIV conservado no códice alcobacense CCLVI (= ANTT, ms. de Livraria 2274) do século XV] ed. Patricia Villaverde Gonçalves in *Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense*. Edição dirigida por Ivo Castro. Separata da *Revista Lusitana*, nova Série, Lisboa, n. 4 (1982-1983) e n. 5 (1984-1985).

Nota final – Por inexistência de recursos gráficos, não se indicou a quantidade longa de vogais nem a nasalidade do *u*.

A GRAMÁTICA HISTÓRICA DE EDUARDO CARLOS PEREIRA

Heitor Megale
USP

À época em que Eduardo Carlos Pereira (1855-1923) lançou sua *Gramática Histórica*¹, com esse título, salvo engano, havia uma entre nós e outra em Portugal, aqui, o livro de Pacheco Júnior;² lá, o de Ribeiro Vasconcelos.³ Do *Compêndio de Gramática Histórica*, de José Joaquim Nunes,⁴ só havia uma síntese na introdução de sua *Crestomatia Arcaica*, de 1906,⁵ cuja primeira versão embrionária havia sido “Fonética Histórica Portuguesa”, artigo de 1895, na *Revista Lusitana*.⁶ Além desses títulos mais próximos da obra de Eduardo Carlos Pereira, convém lembrar os outros autores, cujos nomes ele cita no já referido prólogo, declarando ter-se socorrido de amplos subsídios deles: Gonçalves Vianna, Leite de Vasconcelos, Ernesto Carneiro, Mário Barreto, João Ribeiro, Lameira de Andrade e Júlio Moreira.⁷

Avaliamos que o grande mérito da *Gramática Histórica* de Eduardo Carlos Pereira está na sintaxe. Por isso nos decidimos tratar dela. Antes porém, cabem algumas observações acerca da obra como um todo.

De início, é preciso, ao trabalhar obras do mesmo gênero e da mesma época que essa, não perder nunca de vista o caráter didático de que se revestem. Não se pode avaliar uma obra como essa, do ponto de vista das exigências de um trabalho acadêmico, com critérios científicos do Ensino Superior, muito embora se perceba que seu conteúdo só conseguiria atingir, nos dias de hoje, o ensino universitário específico de nossos cursos de Letras. Ao chamar atenção para esse aspecto, insistimos em que não encontraremos, por exemplo, as indicações bibliográficas com o rigor das normas atuais, nem tampouco as indicações precisas dos exemplos arrolados. Não raro, o estudioso que pretenda conferir citações defronta-se com dificuldades, porventura intransponíveis. Fazem falta igualmente os índices analítico e onomástico. O primeiro se beneficiaria bastante da disposição que Eduardo Carlos Pereira deu à matéria: em parágrafos numerados, um avanço, para a época, entre nós.

Entre outros avanços para época, é justo apontar mais estes: um é que os fatos gramaticais são examinados rigorosamente do ponto de vista diacrônico: tanto a teoria como os exemplos, melhor dizendo, as abonações partem do período de formação da língua ou até são buscados a partir do latim clássico e chegam à expressão contemporânea do autor; e o outro é que, com muita frequência, o autor

estabelece inteligente confronto com outras línguas românicas, revelando o quanto valoriza o efeito contrastivo e comparativo para a elucidação de fatos lingüísticos.

A quem pretendesse apontar alguma deficiência no repertório dos textos pesquisados para colher abonações, lembraríamos que, no começo do século, o repertório não era o mesmo de que dispomos hoje. Em relação aos textos medievais, muito pouco havia sido lido, e menos ainda, publicado. Muitas abonações procedem de livros de natureza didática, como a *Crestomatia Arcaica*, de José Joaquim Nunes e *O Antigo Vernáculo*, de Sílvio de Almeida, para dar um exemplo português e outro nacional.⁸ A sintaxe é a parte da Gramática Histórica de Eduardo Carlos Pereira que lhe confere certo pioneirismo. Tal afirmação fundamenta-se no fato de a sintaxe ocupar pouco mais da metade de seu livro de quinhentas e noventa e seis páginas, enquanto o congênere português de Ribeiro de Vasconcelos dedica-lhe apenas quinze das duzentas e dezesseis páginas de texto.

Para Eduardo Carlos Pereira, a sintaxe é o estudo da frase, como a lexeologia é o estudo da palavra.⁹

A matéria desenvolve-se nos subtítulos: processos fraseológicos do português (p. 271), estrutura oracional românica (p. 273), processos relacionais do latim e das línguas românicas (p. 276), a que seguem a descrição dos termos da oração. Ordem (p. 303), topologia pronominal (p. 311), regência (p. 321), e concordância (p. 336) são tópicos preparatórios para o estudo do período gramatical (p. 342) desmembrado em período composto e complexo (p. 347), que conduzem à classificação das proposições (p. 348) e ao desenvolvimento histórico de algumas proposições (p. 353). Muito exaustivamente é tratada a sintaxe histórica das palavras variáveis e invariáveis (p. 357 a 586), com abertura para as conseqüências da descrição de cada classe de palavras, como no caso do adjetivo (p. 375): concordância (p. 377), e grau (p. 382); do verbo (p. 464): voz ativa (p. 473), voz passiva (p. 478), voz reflexiva (p. 486), verbos impessoais (p. 490), verbos perifrásticos (p. 494), modos (p. 497), tempos (p. 503) flexão pessoal do infinitivo (p. 512), emprego do infinitivo pessoal e impessoal (p. 515), regras para o emprego do infinitivo pessoal e impessoal (p. 526) e participios, gerúndio e supino (p. 529).

Entre os vários tópicos que mereceriam exame mais detido, escolhemos a posição do atributo, pela simples razão de termos à mão um parâmetro, em estudo recente, que a seguir apresentaremos.

A posição do atributo é estudada nos parágrafos 447 e 448.¹⁰ Eduardo Carlos Pereira retomando Diez, afirma que a posição do atributo, seja adjetivo qualificativo ou determinativo, em relação ao substantivo é em geral determinada pelo acento oratório e rítmico da expressão, muito embora haja no *romance* a tendência de colocá-lo depois do substantivo.¹¹ No grupo nominal substantivo/adjetivo, o acento principal recai sobre o segundo termo: *homem bom, bom homem; belo campo, campo belo*. E conclui que o atributo, quando exprime qualidade inerente ou pouco característica tem a tendência de antepor-se ou substantivo.

Seguem-se as regras para a colocação do adjetivo, sendo que a primeira retoma a conclusão anterior. Distribuindo os exemplos entre os dois casos, teríamos: qualidade inerente: *branca neve, negro corvo, doce mel, fresca rosa, tímidas ove-*

lhinhas, mansos cordeiros; qualidade pouco característica: *linguagem crua*, a que acrescentaríamos estes: *erro crasso, campa tangida ou campa tanjuga*¹², *bezerro abelheiro, molher pelliõa*.¹³ Outro caso de anteposição, segundo Eduardo Carlos Pereira, é diante de nome próprio: *o grande Camões, o velho Portugal, o sábio Pasteur; a bela Paris, a célebre Cleópatra*. Esse caso é dado como corolário do anterior. A exceção apontada entre ambos fica por conta dos provérbios e do contraste: *Água mole em pedra dura tanto bate até que fura*.

Ao descrever os casos de posposição, Eduardo Carlos Pereira aponta: qualidades materiais, como forma, cor, sabor: *mesa redonda, céu azul, café amargo*; relações externas ou estados corporais: *opinião comum, gênero humano, defeitos naturais, código civil...*, cabendo aqui os adjetivos oriundos de nomes próprios: *leis manuelinas, biblioteca camoniana, pátria brasileira*; e adjetivo ampliado: *menino desejoso de aprender, pessoa inclinada a bem viver*.

Razões de estilística justificam a não observância dessas regras: *Viva a gente que sulca a azul campina*. (Fab. 60) *Soltaste pela azul imensidade*. (A.C., Fast. 3.7) *A cônsul vai o curul marfim ser nobre assento*. (Ib. 1.11)¹⁴

Dois adjetivos referentes a um substantivo admitem a intercalação do substantivo, quando um deles forma com o substantivo um grupo nominal, sobre que recai ou pode recai a modificação do outro: *ilustre escritor português* (= *ilustre + escritor português*); *formoso cavalo tordilho* (= *formoso + cavalo tordilho*); *valentes soldados brasileiros, bela música italiana, sábias leis manuelinas*.

A esse grupo, pode-se ainda antepor qualquer adjetivo determinativo: *a bela língua italiana; este difícil problema aritmético*.

A intercalação nessas frases é de rigor, e só deixa de o ser quando a modificação do outro adjetivo pode deixar de recai sobre o grupo: *a larga senda dolorosa, ou a senda larga e dolorosa; a bela canção popular, ou a canção bela e popular*.

Numerais cardinais precedem ao substantivo, exceto quando têm valor ordinal: *vinte e duas páginas, página vinte e dois; quarenta números, número quarenta*.

Razões estilísticas justificam posposição: *venturas mil*.

Ambos pode-se antepor ou pospor: *ambas as petições, as petições ambas*. *Mui conformes são estas petições ambas ao lugar e ao tempo* (A. V. Obs. S. I, 9).

Os ordinais pospõem-se ao substantivo, exceto quando se quer salientar a ordem expressa pelo numeral: *Pedro I (primeiro), Leão X (décimo), livro segundo* (cf. *o primeiro e segundo Afonsos, primeiro capítulo, o segundo livro; Dom João segundo do nome (...)*) *Dom João, o terceiro em Portugal deste nome* (Gil Vicente).

Os outros adjetivos determinativos antepõem-se em regra ao substantivo: *cada terra tem seu uso, cada roca tem seu fuso, muita parra e pouca uva, tantas cabeças quantas sentenças*.

Ênfase ou mudança de sentido justificam anteposição: *este menino e menino este; aquele negócio e negócio aquele; meu filho e filho meu; algum perigo e perigo algum; o homem todo e todo o homem (...)* *a própria casa e a casa própria*.

Na concorrência de um determinativo e um qualificativo, aquele precede a este: *este belo livro; meu grande cavalo*.

Essa ordem era freqüentemente transgredida no português antigo e entre nossos clássicos: *e pera maior seu contentamento chegaram outros dois motivos* (Dec. I. 462) *Veio a ele um cossário que depois foi grande nosso amigo* (Ib. 363) *O padre frei Isidoro da Luz que é grande meu amigo* (A. V., C. 107) *...liberdade a todos os cristãos e grandes outras esperanças de florecer aquela igreja* (Ib. 213).

Para comentar o trabalho de Eduardo Carlos Pereira, trazemos como parâmetro o estudo recente de Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen, *Syntactic Change in Portuguese: Relative Clauses and the Position of the Adjective in the Noun Phrase*, tese de doutoramento defendida na Unicamp, em 1989, porventura o único estudo específico acerca da posição do atributo, em língua portuguesa.¹⁵

Ao sumariar as posições de romanistas tradicionais como Marouzeau, Väänänen, Maurer Jr. e Adams, conclui Cohen que, genericamente, para esses autores, AN → NA (Adjetivo/Nome evoluiu para Nome/Adjetivo) é uma evolução pré-histórica que ocorreu, o que não impede que NA (Nome/Adjetivo) seja uma ordem básica do latim, nos textos mais antigos, tendo AN (Adjetivo/Nome) como variante.¹⁶ Mediante gráficos de porcentagens de ocorrência dos adjetivos *bom* e *grande*, do século XIV ao XX, a autora traz dados de sua pesquisa em *corpus* definido para cada século. Distingue os casos de anteposição do adjetivo com valor subjetivo daqueles com valor objetivo, enumerado entre estes idade, cor, propriedade física, propensão humana, e aponta as *set phrases* ou compostos.¹⁷

As conclusões a que chega Cohen revelam que a ocorrência da anteposição decaiu progressivamente de 1300 a 1900, enquanto a da posição cresce, sendo que as linhas se cruzam em fins do século XV e meados do XVI.¹⁸

É interessante observar que as conclusões de Cohen estão muito próximas da informação de Philippe Ménard, com relação ao francês: “no francês antigo, nos textos em prosa, diz o autor, o adjetivo epíteto é colocado, correntemente, antes do nome – o determinante precede o determinado.”¹⁹

Pergunta-se o autor se não será uma influência germânica, uma conservação do latim em que o adjetivo precedia o substantivo, quando lhe estava estreitamente unido como epíteto (*pulchra domus*). Seja como for, observa, o fato de colocar o adjetivo antes do nome é uso muito difundido que não implica nenhuma ênfase particular. Por outro lado, a posição do adjetivo é uma construção expressiva que destaca o adjetivo. Essa descrição de Ménard da posição do adjetivo em relação ao substantivo para o francês antigo contrasta com o que se passa no francês moderno em que o adjetivo normalmente vem depois do nome.²⁰

O que se pode observar é que o modo de descrição do lugar do adjetivo em relação ao substantivo, em estudos muito recentes, ainda está muito próximo ao de Eduardo Carlos Pereira, o que prova que as teorias sintáticas de sua *Gramática Histórica* não envelheceram. O que nosso autor denomina “qualidade inerente ou pouco característica”,²¹ com tendência para a anteposição, Cohen descreve como

“adjetivos que formam com o nome uma espécie de composto ou frase feita na qual o adjetivo está estreitamente ligado ao nome, como em *ingens metus*, *turpis fame*, *mala mens* e *bonus animus*, atribuindo à posposição, nesses casos, um significado restritivo. Então *metus ingens* seria *o medo que era enorme*.”²²

Já as “qualidades materiais, como forma, cor, sabor” ou as “relações externas ou estados corporais”, de Eduardo Carlos Pereira,²³ recebem designação praticamente equivalente em Cohen: “aparência, cor, profissão, significado objetivo”, quando não “dimensão, forma, temperatura, sabor e constituição física”: *statua aurea*, *vita pastoricia*, *tribunus militaris*, *canalem rotundam*, *unguem caldum*, *aquam salsam*, *gallinas teneras*, *pabula matura*.”²⁴

As razões estilísticas causadoras de inversão, duas vezes lembradas por Eduardo Carlos Pereira, também estão presentes no estudo de Cohen. Excusa dizer que Eduardo Carlos Pereira consta da bibliografia de Cohen e seu trabalho é muito aproveitado ao tratar do assunto.

Seja-nos permitido concluir afirmando que, se a Fonética e a Morfologia da Gramática Histórica de Eduardo Carlos Pereira poderiam ser consideradas prescindíveis, visto que estudos posteriores as superam, o mesmo não se poderia dizer de sua Sintaxe, porque revela percepções teóricas agudas, hoje, apenas descritas em termos lingüísticos mais precisos.

NOTAS

- 1- Eduardo Carlos Pereira. *Gramática Histórica*, 8. e., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933. (A primeira edição é de 1916).
- 2- Manuel Pacheco da Silva Júnior. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* (compendiada para uso dos alunos do 7º ano do Imperial Colégio Pedro II, das Escolas Normais e de todos os que estudam o idioma nacional), Rio de Janeiro, 1878.
- 3- Antônio Garcia Ribeiro de Vasconcelos. *Gramática Histórica da língua portuguesa*, Lisboa, Aillaud & Cia. Casa Editora e de Comissão, s/d. (?) Joseph Huber, em sua *Gramática do Português Antigo*, e Serafim da Silva Neto, em seu *Manual de Filologia Portuguesa*, datam-na de 1901.
- 4- José Joaquim Nunes. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa* (Fonética e Morfologia), 8. e., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1975. Segundo a notado editor, à p. 198, a primeira edição é de 1918. Joseph Huber e Serafim da Silva Neto datam-na de 1919.
- 5- José Joaquim Nunes. *Crestomatia Arcaica* (Excertos da Literatura Portuguesa desde o que mais antigo se conhece até ao século XVI), 8. e., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1981. (A primeira edição é de 1906).

- 6- José Joaquim Nunes. “Fonética Histórica Portuguesa” *Revista Lusitana*, v. III, 1895, p. 251 - 307.
- 7- Júlio Moreira. *Estudos de língua portuguesa. Primeira série: Subsídios para a sintaxe histórica e popular*, Lisboa, 1907.
- 8- Para José Joaquim Nunes, v. nota 5. Sílvio de Almeida. *O Antigo Vernáculo*, São Paulo, 1898.
- 9- Eduardo Carlos Pereira. *Gramática Histórica*, p. 270.
- 10- Atributo: atualizando a terminologia, equivaleu aos também já antigos “adjetivo qualificativo e adjetivo determinativo; o primeiro modificava o substantivo indicando alguma qualidade, e o emprego ajuntava-se ao substantivo para determiná-lo, indicando alguma circunstância externa. O adjetivo determinativo era distribuído em sete classes: articulares, demonstrativos, conjuntivos, interrogativos, possessivos, numerais, indefinidos.” (Eduardo Carlos Pereira. *Gramática Expositiva. Curso Superior*, e. 63., (Adaptada à ortografia atual por Laudelino Freire), São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944, p. 104). Hoje equivale tanto ao adjetivo quanto ao pronome adjetivo. “Adjetivo é a expressão modificadora que denota qualidade, condição ou estado de um ser. Pronome adjetivo é o pronome caracterizado por uma referência ao substantivo; os pronomes podem ser: pessoais, possessivos, demonstrativos (abarcando o artigo definido), indefinidos (abarcando o artigo indefinido), interrogativos e relativos. Há pronomes que são apenas adjetivos, enquanto outros podem aparecer nas duas funções.” (Evanildo Bechara. *Moderna Gramática Portuguesa*, 14. e., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968). Sintaticamente, os adjetivos e os pronomes adjetivos exercem a mesma função de adjunto adnominal.
- 11- Friedrich Diez. *Grammatik der romanischen Sprachen*, Bonn, 1871-1876.
- 12- “Documento das Bentas do Porto de 1420”, apud Viterbo, *Elucidário...*, edição crítica de Mário Fiúza, Porto, Lisboa, Livraria Civilização, 1984.
- 13- “Óbito. Ano 1569 (Ms. ARE, fol. 14 v.) apud Viterbo, *Elucidário...*, cf. nota anterior.
- 14- As dificuldades a que já aludimos e com as quais se defronta o consulente da *Gramática* de Eduardo Carlos Pereira ficam bem evidentes nas abonações aqui registradas. Não há indicações completas de bibliografia, ora comparece o autor, com nome completo ou com iniciais, ora uma obra com título abreviado, nem sempre listado no rol de abreviaturas do começo do livro.
- 15- Maria Antonieta Amarante Mendonça Cohen. *Syntactic Change in Portuguese: Relative Clauses and the Position of the Adjective in the Noun Phrase*,

doutoramento em Lingüística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1989.

- 16- Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen. *Syntatic change...*, p. 19.
- 17- Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen. *Syntatic change...*, p. 35 - 63.
- 18- Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen. *Syntatic change...*, p. 65.
- 19- Philippe Ménard. *Syntaxe de l'Ancien Français*, 3e. ed., Bordeaux, Editions Biere, 1988, p. 118.
- 20- Philippe Ménard. *Syntaxe de l'Ancien Français*, p. 118.
- 21- Eduardo Carlos Pereira. *Gramática Histórica*, p. 307.
- 22- Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen. *Syntatic change...*, p. 24.
- 23- Eduardo Carlos Pereira. *Gramática Histórica*, p. 308.
- 24- Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen. *Syntatic change...*, p. 23.

CONCEITO DE “DIFRAÇÃO” EM CRÍTICA TEXTUAL

Maurizio Perugi
Universit  de Gen ve

O chamado “método lachmanniano” foi teorizado e formulado pelo filólogo alemão Karl Lachmann, como método científico aplicado   fenomenologia da transmissão manuscrita dos textos, com o objetivo final da reconstru o do original perdido.

Um dos conceitos fundamentais elaborado por Lachmann   o da “lectio difficilior”, quer dizer, o da li o mais difícil. Quando os testemunhos manuscritos divergem, apresentando variantes,   precisamente a mais difícil que tem a probabilidade maior de conservar a li o original.

Isso acontece porque o copista, quando encontra no texto uma palavra difícil – rara ou desusada – sempre se inclina   banaliza o. O copista vai substituir a palavra difícil por outra mais compreensível para o público ao qual a obra está destinada.

Esta  , aliás, uma preocupa o comum aos editores e operadores culturais de toda época, pois o seu produto tem que ser proporcionado   capacidade dos leitores para o entender e aproveitar: basta pensar, por exemplo, na veste ling stica “italianizada” dos manuscritos que difundiram a lírica trovadoresca em Itália durante os séculos treze e catorze. Como o público destinatário daqueles cancioneiros era italiano, a língua original foi adaptada ao novo ambiente ling stico para facilitar a recep o.

Ora bem, infelizmente nem sempre o filólogo consegue individuar a “lectio difficilior”. Na tradi o manuscrita trovadoresca, por exemplo, a relativa ignorância que nós temos da língua provençal antiga, torna difícil, e até impossível, escolher, entre duas li es, a variante que tem a maior probabilidade de ser aquela do original.

Fala-se, neste caso, de variantes adiaforas, ou seja, indiferentes, pois todas são igualmente corretas e todas podem teóricamente pertencer ao original. Tem que ficar bem claro, porém, que a adiaforia muitas vezes   só um pretexto para esconder a nossa incompetência ling stica – uma falta que depende,   claro, do conhecimento ainda imperfeito que nós temos da língua medieval (neste caso, da língua provençal antiga, e sobretudo do seu patrim nio lexical).

Acabamos de ver, portanto, o que é “lectio difficilior” e o que é variante adiáfora. Existe mais uma possibilidade, isto é, quando nenhuma das variantes transmitidas pode ser aceita, apesar de não ser manifestamente errônea.

Esta terceira possibilidade é a que propriamente corresponde à chamada “difração”.

O primeiro caso de difração resolvida encontra-se numa recensão feita pelo filólogo alemão Adolf Tobler à edição crítica do poema de *Saint Alexis* publicada por Gaston Paris em 1872, que é considerada o primeiro exemplo de edição *stricto sensu* lachmanniana no âmbito dos textos medievais.

Ao comentar a solução escolhida por Paris, a propósito do v.155, entre as variantes propostas pelos testemunhos manuscritos, Tobler não só acredita que a solução não é correta, mas argumenta também que nenhuma das variantes existentes tem a mínima probabilidade de representar a lição original: de fato, todas são errôneas por uma ou por outra razão. Vamos seguir detidamente a própria argumentação do Tobler.

O *Saint Alexis*, poema anônimo do século onze, é um dos textos mais antigos da literatura francesa. Trata-se de um poema hagiográfico, em que se narra a vida – idealizada – de santo Aleixo, cujo culto foi muito popular na França da Idade Média.

O *Saint Alexis* (que serviu também de modelo ao autor da *Chanson de Roland*) está escrito em versos assonantados de dez sílabas (que, como sabe, tornam-se onze se a sílaba final do verso é feminina, ou seja, quando o verso tem acento na penúltima).

No trecho do poema discutido por Tobler (vv.154-155 da edição citada), a mãe e a esposa estão chorando e lamentando a morte do santo:

Plainons ensemble le dol de nostre ami,
Tu del seinor, jo'l ferai por mon fil.

(trad.: ‘choramos juntas morte do nosso amado: tu por teu esposo, eu por meu filho’).

Vamos agora analisar as lições dos testemunhos que nos transmitem o poema:

ms. L	tu de tun <i>seinur</i> , jo'l frai pur mun filz
ms. A	tu pur tun <i>sire</i> e je pur mun chier filz
ms. P	tu pur tun <i>seignor</i> , je'l ferai por mun fiz
ms. p ²	tu tun <i>seignur</i> , je'l ferai por mun filz
ms. S	l'une son fil et l'autre son ami

De fato, nem uma das lições existentes pode-se dizer correta. O ms. A não respeita a chamada declinação imparissílaba, que o francês antigo ainda guardava:

pois o latim distinguia entre um sujeito *senior* e outros casos, todos com acento tônico sobre a vogal -o- (*seniōris, seniōrem* etc.); analogamente o francês tinha um caso sujeito *sire* e um chamado "cas régime" *seignor*, o qual abrangia todos os casos indiretos. Contrariando esta norma gramatical muito rígida, o ms. A emprega *sire* em lugar de *seignor*: portanto há aqui um erro, uma forma inaceitável na época em que foi composto o original, a qual já não era um erro, evidentemente, para o copista que transcreveu o texto em época mais recente.

Outro m., siglado P, escreve corretamente *seignor*; mas, neste caso, o erro concerne ao número de sílabas, que são onze em lugar de dez: portanto, fica uma sílaba a mais, demonstrando que também esta lição, embora seja gramaticalmente correta, não pode remontar ao original.

Temos uma confirmação desta exegese no ms. p², o qual está evidentemente relacionado com o precedente. O ms. p² também conserva o "cas-régime" *seignor*, mas, percebendo a conseqüente hipermetria, procura reconduzir o verso à medida correta, eliminando outra sílaba considerada desnecessária ao sentido geral da frase.

Modificação análoga é adotada pelo ms. L, onde *frai* (= ferai) conta evidentemente por uma sílaba só: trata-se, como se sabe, dum manuscrito anglo-normando, quer dizer escrito num dialeto em que já a vogal -e- em sílaba átona tende a não ser pronunciada, antecipando uma característica própria do francês moderno.

O último testemunho, o ms. S, muda o verso inteiro com uma intervenção radical, fornecendo mais uma prova de que o trecho do poema de que falamos está desgastado, e por assim dizer deturpado, no conjunto da tradição manuscrita.

Uma prova ulterior, acrescentada por Contini, é que o mesmo editor Gaston Paris não estava totalmente convencido do acerto da lição escolhida, e por isso mudou a sua opinião nas edições seguintes do *Saint Alexis*, aceitando sem reservas a proposta de Tobler:

tu por ton *per*, jo'l ferai por mon fil.

Com efeito, o exame da tradição manuscrita não pode senão conduzir à conclusão seguinte: o original trazia um substantivo monossílabo, sinônimo de *seignor*, que os copistas ou não compreenderam ou, mais provavelmente, julgaram oportuno glosar, isto é, substituir por uma palavra do mesmo significado. A solução da incógnita é precisamente, o substantivo *per*, derivado da palavra latina *par, paris*: trata-se na verdade dum tecnicismo jurídico, utilizado para designar o casado dum ou do outro sexo; na época sucessiva ao *Alexis* já se tornara um termo raro, desusado que os copistas quiseram mudar, sem contudo alterar o sentido complexo da frase.

A brilhante solução proposta por Tobler contém um ensino metodológico que escapou ao mesmo estudioso alemão, o que Contini teve o mérito de pôr em relevo e de desenvolver em todas as suas implicações, a partir duma conferência feita em 1958: *O "Saint Alexis" e a arte de editar os textos antigos*.

Naquela ocasião, Contini formulou o conceito de “difração”, utilizando uma metáfora ótica: “difração” designa propriamente o fenômeno pelo qual um raio de luz, passando através dum prisma, se decompõe nas várias cores do arco-íris.

De maneira análoga uma “lectio difficilior”, no momento de ser transmitida pelos testemunhos da tradição manuscrita, pode ser que perca a própria identidade, divergindo numa série de lições que podem ser tanto errôneas como adiáforas, mas de toda maneira mais fáceis (“faciliores”) com respeito à palavra original.

O caso resolvido por Tobler é uma difração “in absentia”: que dizer, nenhuma das variantes transmitidas conserva a lição do original, que se perdeu e agora precisa ser reconstruída através da comparação das lições supérlites.

A certeza de que se trata duma difração está diretamente proporcionada ao número dos testemunhos divergentes: quanto mais alto é o número das variantes, tanto mais alta é a probabilidade que nenhuma delas represente o original.

Nem sempre é possível reconstruir a lição perdida com uma margem de aproximação aceitável: neste caso, o editor terá que limitar-se a assinalar a natureza difraccional do problema, na espera que o progresso dos conhecimentos filológicos e lingüísticos permita propor uma solução razoável. O que fica certo, porém, é que admitir a impossibilidade de resolver um problema é muito melhor do que editar uma lição que, com muita probabilidade, ou até com absoluta certeza, é “facilior”.

Como já vimos, as variantes difracionais não são necessariamente errôneas. Trata-se muitas vezes de lições que seriam irrepreensíveis, ou de qualquer maneira aceitáveis do ponto de vista gramatical ou lexical, a não ser que o quadro difraccional no seu conjunto demonstre de maneira evidente a sua natureza de lições banalizadas ou trivializadas, e portanto não originais.

A pergunta quer se tem que fazer é a seguinte: uma palavra perfeitamente compreensível, quer dizer uma lição fácil para entender, por qual razão teria provocado uma desordem tão grande e uma divergência tão marcada nos testemunhos manuscritos?

Isso mesmo é a melhor demonstração de que já está superado aquele princípio paleo-lachmanniano que por um lado considera boa qualquer lição, só porque é formalmente correta, mas, por outro lado, considera erros as lições que não sejam imediatamente compreensíveis, pois a mesma experiência nos ensina que a verdade quase sempre se esconde nas lições mais obscuras e mais árduas para compreender.

Além das difrações “in absentia”, também existem difrações “in praesentia”, ou seja difrações em que uma das variantes representa efetivamente a lição original: neste caso o problema é não reconstruir, mas sim reconhecer, identificar com certeza a “lectio difficilior” no grupo das variantes banalizadas ou errôneas.

Uma vez mais, são considerações de ordem lingüística que nos permitem decidir se uma lição é por si capaz de provocar uma situação difraccional (ou não).

P.S. – Todas as contribuições que Gianfranco Contini dedicou ao conceito de “difração” foram recolhidas pelo mesmo Autor no volume *Breviário de Ecdótica* (Milano-Napoli, 1986; agora disponível também na edição econômica publicada por Einaudi, Torino). Entre os estudos mais recentes, ocupam-se especialmente com a “difração” os artigos de Guglielmo Gorni, “*Divinatio*”, “*lectio difficilior*” e *difrazione nella filologia di Contini*, e de Maurizio Perugi, *La dimensione linguistica nell’ecdótica di Contini*, publicados ambos na Miscelânea de homenagem *Super Gianfranco Contini*, «Filologia e Critica», XV, II,III, 1990, pág. 230-258, 259-280 (Roma, Salerno Editore).

UM PROBLEMA DE SEMÂNTICA

Horácio Rolim de Freitas
UERJ

Na nomenclatura dos estudos semânticos, lidamos com dois termos que, freqüentemente, trazem ambigüidade, gerando a natural confusão entre os estudiosos. Trata-se de *homonímia* e *polissemia*.

A maioria de nossas gramáticas distingue os dois termos, considerando *homonímia* o caso de palavras ou vocábulos com a mesma pronúncia, mas de significações diferentes, e *polissemia* como palavra ou vocábulo com mais de uma significação. Exemplificando, teremos no primeiro caso: *sã o* (verbo), *sã o* (adjetivo) e *sã o* (substantivo); no segundo caso, *m a n g a*, que pode significar *fruta* ou *parte de indumentária*.

Acresce que o ponto de vista que norteia tal distinção, baseia-se no conhecimento diacrônico. Os estudiosos vêem, na origem histórica, a *convergência* para *são* das palavras *sunt* (verbo), *sanu* (adjetivo) e *sanctu* (santo, substantivo). Ou uma palavra, como *lima*, que pode funcionar no contexto, com a significação de *ferramenta* ou *fruta* (laranja).

Matoso Câmara¹ fez a seguinte distinção:

– *homonímia*: “duas ou mais formas distintas pela significação ou função têm a mesma estrutura fônica”

– *polissemia*: “uma forma com várias significações num contexto.”

É preciso, porém, explicar-se o conceito de forma e de palavra. Em *são*, por exemplo, devemos considerar uma ou duas ou três palavras?

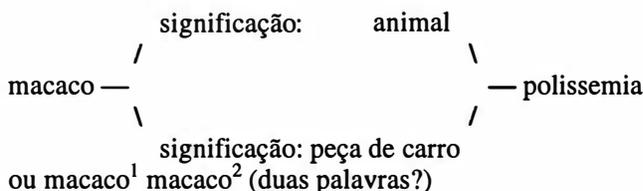
Kurt Baldinger², na obra *Teoria Semântica*, só aceita distinção entre *homonímia* e *polissemia*, no campo diacrônico. No campo sincrônico, dá-se o seguinte impasse:

a) duas palavras, por exemplo: *rio* (substantivo) e *rio* (verbo) podem sentir-se como *uma palavra* com duas significações:

(1) rio ——— significação de *rir* (verbo) ——— homonímia

(2) rio ——— significação de *rio* (substantivo) ou *rio* (uma palavra?)

b) uma palavra com duas significações: *macaco*, significando *animal* ou *peça de carro*, pode sentir-se como duas palavras:



Se, no primeiro caso, as duas palavras “rio” forem ditas como *uma* com duas significações, a homonímia passará a polissemia. No 2º caso, a palavra *macaco*, sendo interpretada como *duas*, com duas significações, a polissemia passará a homonímia. A essa conclusão chegou Baldinger³: “Así, pues, en el plano de la sincronia ... la homonimia puede llegar a ser polissemia, la polissemia homonimia.”

Sendo a *palavra* uma unidade construída, de caráter formal”, como a definiu Pottier⁴, o exemplo anterior (*macaco*) pode constituir *uma* ou duas palavras. Para evitar tal ambigüidade, o referido lingüista distingue *palavra* de *lexia*. Esta representa uma *unidade de comportamento, memorizada*, de caráter funcional. Num contexto, distinguir-se-ão duas lexias: *macaco* (animal) e *macaco* (peça de carro).

Outros lingüistas têm-se insurgido contra a distinção entre homonímia e polissemia. John Lyons⁵, na obra *Linguistique Générale*, assim se pronuncia: “A distinção entre homonímia e polissemia ressalta, claramente, a organização dos dicionários dos quais nos servimos constantemente: quando o lexicógrafo reco-nhece *homônimos*, encontram-se registros separados, ao passo que, onde ele só considera uma palavra única polissêmica, não haverá mais que um só registro. A distinção entre homonímia e polissemia é indeterminada e arbitrária.”

Também, Ullman⁶ ressalta a dificuldade de tal distinção, como se pode observar no seguinte trecho: “A passagem da polissemia à homonímia põe o mesmo problema que o processo inverso. Uma vez que não é possível medir o grau de proximidade dos significados, como afirmou Bloomfield, é difícil dizer nos casos particulares onde termina a polissemia e onde começa a homonímia.”

Queremos crer que tal dificuldade de distinção, ou ausência de possibilidades, reside no fato de misturarem-se planos distintos da língua. Enquanto a homonímia pertence aos campos *mórfico* e *fônico*, isto é, coincidência formal e fônica, polissemia refere-se à semântica.

A distinção, em cada campo da língua, dar-se-á da seguinte maneira:

no campo mórfico

– *homonímia*: um significante representando mais de uma significação: *são* (significação¹, significação², significação³)

– *heteronímia*: mais de um significante representando uma significação, como, por exemplo: *diabo*, *cão*, *capeta*, etc. que traduzem a idéia de “diabo”.

no campo semântico

– *monossemia*: um significado correspondente a um significante, É o caso dos termos em Química: *ferro*, por exemplo, substituível sempre pelo símbolo Fe (exemplo de J. Dubois⁷ in *Dicionário de Linguística*)

– *sinonímia*: um significado representado por vários significantes, como “diabo” por *capeta*, *cão*, *diabo*, etc.

– *polissemia*: vários significados representados por um significante, como *são* (verbo), *são* (adjetivo) e *são* (substantivo) — *sã o*

Observa-se, portanto, que a indistinção dos campos *mórfico* e *semântico* é que acarreta a ambigüidade de conceitos. O termo *sã o*, por exemplo, tanto pode ser enquadrado na *homonímia* – três palavras com igualdade fônica e significações diferentes – como na *polissemia*, uma palavra com mais de uma significação.

À distribuição no campo semântico acresceu John Lyons⁸ a distinção entre *sinonímia* e *hiponímia*. Enquanto, na primeira, a implicação no significado é *bilateral*: dizer-falar / falar-dizer, na *hiponímia* “a relação de significado existente entre dois termos é *unilateral*”. Assim, o termo hipônimo está incluído no outro, sem que suceda o inverso: *escarlate* está em *vermelho* (o inverso não acontece); *tulipa* está em *flor* (mas toda flor não é uma tulipa).

Mas o aspecto que deve, realmente, ser levado em consideração é o referente ao valor contextual. Este princípio é defendido por A. Martinet⁹, ao afirmar que “qualquer elemento linguístico só tem realmente valor quando integrado em contexto ou em situação. Um monema ou signo comporta virtualidades semânticas realizadas efetivamente no discurso.”

Exemplifica Martinet:

a) Mon cousin Charles m’a écrit.

(Meu primo Charles escreveu-me)

b) Les cousins ne résistent pas au fly-tox.

(Os mosquitos não resistem ao fly-tox.)

Sob esse princípio haverá três monemas: *são* (verbo), *são* (adjetivo) e *são* (substantivo). A coincidência formal e fônica (homografia e homofonia) não pertence ao campo semântico. A homonímia só cabe no campo do significante.

Segundo Pottier¹⁰ (1968), haverá polissemia quando dois sememas análogos mantêm uma certa afinidade. Exemplifica com a palavra *cubierta* (capa, cobertura) de livro, de cama. Semelhantemente, teríamos polissemia em expressões como: *folha de papel*, *folha de árvore*.

Não concordamos com a existência de polissemia, também, nesses casos, visto que o elemento núcleo (*cubierta*, *folha*) depende de um determinante, que o especificou, e os semas (traços semânticos pertinentes) de cada expressão irão, ob-

viamente, distingui-los. Logo, não será a palavra *cubierta* (ou *folha*) que apresentará mais de uma significação, mas o núcleo e os elementos determinantes, constituindo um sintagma semântico, um todo significativo, com o valor contextual determinado.

Em obra posterior,¹¹ e ¹² Pottier propõe a seguinte distinção:

homonímia – relação entre dois signos tendo um mesmo significante e duas substâncias do significado totalmente separadas.

signo 1– raio (foco luminoso)

signo 2– raio (distância dos pontos de uma circunferência)

signo 1– rádio (osso de antebraço)

signo 2– rádio (aparelho emissor e receptor)

polissemia – relação entre substâncias do significado que se cruzam parcialmente, com um único significante.

significado: *pena*

substância do significado 1– pena (de pássaro)

substância do significado 2– pena (de escrever)

Ambos têm um *só significante*.

Ainda nessa segunda abordagem do assunto, não vemos solucionada tal distinção. Tanto em *raio*, *rádio* (homonímia), como em *pena* (polissemia), trata-se de duas substâncias do significado com um só significante.

Ao explicar a evolução da palavra *pena*, Pottier conclui:

“Há com efeito um *dinamismo*, ligado à história da língua, no caráter da relação. Uma polissemia pode nascer, reduzindo-se paulatinamente a uma homonímia.”

Ora, a mesma conclusão cabe para os exemplos *raio* e *radio*. Só a diacronia nos poderá dizer se houve, ou não, cruzamento das substâncias do significado. Logo, sobre o assunto três afirmações podem ser feitas:

1ª. a coincidência formal não pertence ao campo semântico;

2ª. os sememas se realizam no contexto, onde são depreendidos seus valores;

3ª. a lição de Baldinger é válida: só diacronicamente se pode distinguir homonímia e polissemia.

A visão de E. Coseriu

Ainda sobre o assunto é oportuno lembrar que E. Coseriu apresenta outro enfoque na determinação de polissemia, caracterizando-a como um fato de língua. Trata-se, diz-nos Coseriu, “de distintas unidades funcionais, de conteúdos lingüísticos distintos.”

Assim, haverá polissemia em:

- a) Musa, *entre* por aquela porta!
- b) O livro estava *entre* a coluna e a estante. (os exemplos são nossos.)
- c) Quem *casa* quer *casa*.

Os dois termos *entre* (1) e *entre* (2) constituem unidades funcionais distintas, reconhecidas no contexto frasal. Chamamos a atenção de que se trata do campo semântico, não se fazendo referência, porque imprópria, aos campos formal e fônico. Outra não é a opinião de Coseriu, quando esclarece “somente por casualidade coincidem na expressão material” (cfr. op.¹³ Coseriu, pág. 187)

Ensina-nos o mestre que não se deve confundir *polissemia*, pertencente à língua, com *polivalência*, fato do discurso, da fala, caso em que se trata “sempre da mesma unidade funcional, de um só significado, ao qual se juntam várias acepções, pelo contexto e pela *designação*, isto é, pelo conhecimento dos “estados de coisas extralinguísticas.”

Cumpra, aqui, explicitar a distinção que faz Coseriu entre *designação* e *significado*.

A *designação* situa-se no *mundo extralinguístico*, refere-se a uma coisa ou estado de coisas numa situação determinada. O *significado* é o *conteúdo linguístico* como *valor* de língua, historicamente determinado; diz respeito ao saber idiomático. Enquanto a *significação* é conceitual, a *designação*, ao contrário, é objetiva. Esta, portanto, pertence ao *discurso*, e, aquela, à *língua*.

É sugestivo o exemplo colhido em Baldinger (op. cit. pág. 37), onde a palavra *vivo* se destaca pela designação contextual de “esperto, ladino, astuto, embromador”.

- Quantos filhos você tem?
- Sete
- Todos vivos?
- Não, um trabalha.

Diz-nos, ainda, Coseriu que “as relações de significação são as relações entre os significados e os signos linguísticos”.

Ilustra bem o exemplo clássico de Saussure. Em Inglês, *sheep* e *mutton* designam a mesma classe de objetos: “carneiro”, porém têm significações diferentes. *Sheep* significa o carneiro animal, ao passo que *mutton* significa a carne de carneiro, que se come na refeição.

Já as relações de *designação* são as relações entre o *signo linguístico* e os *objetos*, isto é, traduzem a *realidade* a que se referem e a qual representam no discurso.

Por pertencer à língua, só o significado pode ser estruturado nas línguas, o que não ocorre com a *designação* que depende do extralinguístico, das acepções do contexto.

Aplicamos o conceito de Coseriu ao poema *Catar Feijão*, de João Cabral de Melo Neto, para exemplificação de *polivalência*.

Catar feijão se limita com escrever:
 joga-se os grãos¹ na água do alguidar
 e as palavras na da folha de papel;
 e depois, joga-se fora o que boiar.
 Certo, toda palavra boiará no papel,
 água congelada, por chumbo seu verbo;
 pois para catar esse feijão, soprar nele,
 e jogar fora o leve e oco, palha e eco.

Ora, nesse catar feijão entra um risco:
 o de que os grãos² pesados entre
 um grão³ qualquer, pedra ou indigesto,
 um grão⁴ imastigável, de quebrar dente.

Certo não, ao catar palavras:
 a pedra dá à frase seu grão⁵ mais vivo:
 obstrui a leitura fluviante, flutual,
 açula a atenção, isca-a com o risco.

(João Cabral, 1979: 18-19)

Destaquemos os valores que apresenta a palavra *g r ã o*:

Grão 1 – significado próprio (grão de feijão)

Grão 2 – comparação entre feijão e palavra

Grão 3 e 4 – diferente (pedra, detrito)

Grão 5 – palavra

Constatamos que no emprego de Grão 3, 4 e 5 o poeta atribui-lhes valores outros. No 5º emprego, comparada à pedra, a palavra tem, contudo, outro objetivo. Enquanto a pedra entre os grãos de feijão apresenta o risco de quebrar dente, a palavra dá à frase viço, vigor, substituindo a leitura rotineira, corrente, pelo interesse em descobrir o que ela representa, como diz o poeta “açula a atenção”, logo o risco no catar, selecionar as palavras é positivo, é o trabalho do escritor, para transmitir a mensagem a que se propõe.

Trata-se da mesma unidade funcional: *grão* (substantivo), de um só significado que adquire na criação poética outros valores, acepções contextuais. Há, portanto, segundo a teoria de Coseriu, polivalência, não polissemia.

BIBLIOGRAFIA

- 1- CÂMARA, J. Mattoso - *Dicionário de Filologia e Gramática*, 2ª.ed., Rio, Ozon-Editor, 1964.
- 2- BALDINGER, Kurt - *Teoria Semántica*, Madrid, Ediciones Acalá, 1970.
- 3- _____ idem, ibidem, pág. 43.
- 4- POTTIER, Bernard - *Presentación de la Lingüística*, trad., Madrid, Ediciones Acalá, 1968, pág. 54.
- 5- LYONS, John - *Linguistique Générale*, Paris, Librairie Larousse, 1970, pág. 312.
- 6- ULLMANN, S. - *Semântica - Uma Introdução à Ciência do Significado*, trad., 2ª.ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, pág. 369.
- 7- DUBOIS, J. et alii - *Dicionário de Lingüística*, trad. S. Paulo, Editora Cultrix, 1978.
- 8- LYONS, John - op. cit. pág. 346.
- 9- MARTINET, A. - *Elementos de Lingüística Geral*, trad., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1964.
- 10- POTTIER, B. - *Lingüística Moderna y Filologia Hispánica*, Madrid, Editorial Gredos, 1964, pág. 132.
- 11- _____ *Lingüística Geral - Teoria e Descrição*, tradução e adaptação de Walmírio Macedo, Rio, Presença / Universidade Santa Úrsula, 1978, pág. 88.
- 12- COSERIU, E. - *Principios de Semántica Estructural*, Madrid, Editorial Gredos, 1977.
- 13- POTTIER, B. - *Linguistique Générale - Théorie et Description*, Paris, Klincksieck, 1974 (glossário).

COLOCAÇÃO DE O(S), A(S) COMO COMPLEMENTO DE INFINITIVO REGIDO DE POR E PARA EM FERNÃO LOPES

Hilma Ranauro
UFF

Na pesquisa realizada por ocasião da nossa tese de Doutorado (“Contribuição ao estudo semântico da preposição: *POR* e *PER* na Crônica de D. João I, 1ª parte, de Fernão Lopes”), tivemos a oportunidade de observar fatos gramaticais interessantes, curiosos. Muitos foram por nós registrados para futura pesquisa. Chamou-nos a atenção, em especial, a colocação dos pronomes *o(s)* em relação ao infinitivo regido das preposições *POR* e *PERA*, por nós levantada de forma exaustiva.

Os contextos em que ocorrem as noções de *FIM*, *OBJETIVO*, *INTENÇÃO*, *FINALIDADE*, são introduzidos por *POR* e *PERA*, com predomínio desta: 31 ocorrências de *POR*, em toda a primeira parte e 71 ocorrências de *PERA*, levantadas somente até a p.101. Com referência àquelas noções, *POR* e *PERA* coocorrem, em distribuição livre, com ou sem a ocorrência de *o(s)*, *a(s)* como objeto do infinitivo. Em contextos semelhantes, ora ocorre uma, ora outra:

SEM A PRESENÇA DE PRONOMES: “... , que nom fosse nehũ tam ousado de hir aa Judaria *por* fazer mal a Judeus; ...” (XIX:30); “... , ho mandou duas vezes dAllam – quer a Atouguia com çertos homeẽs que levava comsigo, *pera* aguardar que com ssa esto possesse em obra, lho trouvesse preso alli homde estava, ...” (XXI:39); “...; e *por* allimpamento de sua comçiemçia antre as cousas que primerio fez, chamou Vaasco Porcalho, ...” (XVII: 34); “... , ja vos aqui teemdes *pera* a despesa doje.” (X: 20)

COM A PRESENÇA DOS PRONOMES: “...: e *por os defemderem* aaquella hora, forom muitos feridos, ...” (CXXXV: 234); “... , nom emtemdaaes, que elles soos deffemdiã as gallees sem outrem pelle jar *por as deffemder*, ...” (CXXIX:245); “...; e nom a dar a quem tamtos trabalhos e periigos de morte soportou *por o deffemder*, ...” (CLXXXVII:359) //”... , e veedo no Meestre tamta autoridade, que *pera os deffemder* era perteeemçemte, ...” (XX:37); “... , tomarom as molheres e os filhos dos que demtro eram *pera o deffemder*, ...” (XLIV:77); “... mas hi avia tâtas companhas e assi abastantes *pera a deffemder*, ...” (CXXXIX); “... , e os fazer entrar nas galles *pera as defemder*.” (CXXXIX:246)

Nas 31 ocorrências em que *POR* se faz seguir dos pronomes pessoais *o(s)*, *a(s)* na função de objeto do infinitivo, verificam-se 20 ocorrências em que ela se combina com os pronomes e 11 em que não ocorre a combinação.

SEM COMBINAÇÃO (20 ocorrências): “Sahrom estomçe a elles, Gomçallvez que era dhi Dayam, e Meem Peres Chamtre, e outros Beneficiados, *por os desviare* da teemçom que tragiam, ...” (XLV: 80); : ..., salvo que sse lamçaria com a Rainha demtro na villa *por a tirar* do poder del Rei de Castella, ...” (LXXX:136) *porem* que dezia de praça *por os comfrontar*: (CIV:177); “...; e quem conhecer Pero Rodriguez, faça muito *por o pröder*, ...” (CV: 179). E mais 16 outras ocorrências: XIII:27 CXXIII:212; CXXXV: 234²; CXXXVI: 235; CXLI: 252; CXLII: 253; CXLVII:263; CXLVII:267; CXLVIII:268; CLIII:283; CLV:288; CLVIII:297; CLXXI:320; CLXXXVII:359; CLXXXVIII:361.

COM COMBINAÇÃO (11 ocorrências): “..., deziã ainda mais *pollo desviar*, ...” (LVII:90); “..., que amdamdo nos pella terra *polla deffemder*, ...” (XCI:151 “..., quem nos tamto trabalho deu *pollo avermos de livrar*; ...” (CIII:716); “..., temendo que lhes fariam dono *pollas empachar*, ...” (CXXXIII:230). E mais 7 ocorrências: CXXXIII: 231; CXXXIX: 244; CXLIV: 257; CLII:280; CLIX:300; CLXXIII:324; CLXXIV: 326.

Podemos afirmar que não ocorre a ênclise dos pronomes *o(s)*, *a(s)* ao infinitivo regido de *POR* e *PERA*.

Reexaminando todas as ocorrências em que *POR* e *PERA* regem infinitivo, passamos a observar a colocação de outros pronomes átonos, que não *o(s)*, *a(s)*. Verificamos que, nesses contextos, também não ocorre a ênclise. Não se observa, pois, a ênclise de qualquer pronome átono em relação a infinitivo regido de *POR* e *PERA*.

COM *POR*: “..., *por* lhe depois aazar.” (I:3); “... *por* lho fazer vodas ...” (III:7); “..., *por* sse hir a pressa ...” (III:7) “... *por* sse poer ...” (IV:9); “... *por* vos fazer nojo ...” (XIII:27); “... *por* nos espedir.” (XXVIII:50); “... *por* se aazar a morte ...” (XXXVI: 62); “... *por* nos deffemder e emparar.” (CXXII:209).

COM *PERA*: “... *pera* sse avisar ...” (III:7); “... *pera* sse todo melhor fazer ...” (VIII:15); “...*pera* lho gallardoar ...” (XXXVII:65); “... *pera* lhe poer a praça.” (LXXI:122); “..., *pera* lhe nojo fazer ...” (LXXXVI:145)

Observando-se contextos como os que se seguem: “... *por* me nom teerdes ...” (LXXXIII:141; “... *por* as nom tomarem ...” (CXLII:253); “... *por* se nom, emxergar ...” (CLXXIV:325), podemos observar que a preposição *POR* não só leva à próclise ao infinitivo, como se faz a seguir imediatamente do pronome. Isto ocorre mesmo quando da existência de partículas negativas, que, no português atual, pelo menos no Brasil, se fazem seguir diretamente do pronome átono. Isto também ocorre quando do emprego de *PERA*: “*pera* sse nom livrarem ...” LIX:102). Mesmo em contextos em que ocorrem vários outros termos entre a preposição, o pronome e o verbo, é após ela que o pronome vem a se colocar: “*pera* o todos

averem de creer ...” (CLXXXV:350). Mesmo sem a presença da preposição (qualquer) este fato-intercalação da negativa entre o pronome e a forma verbal – é observado: “... que o nom devia de fazer ...” (XLVI:81) “... posto que o nom sahissem a rreçeber ...” (LXXIII:124); “..., que os nom dessem a elRei; ...” (LXXXIII:140).

Em relação a outras preposições, num levantamento por amostragem, é igualmente a próclise ao infinitivo que se observa.

Também nestes contextos, o pronome segue a preposição:

“... de o poer em obra, ...” (V:11); “... de o poder fazer ...” (V:11); “... de o ell nem outrem querer fazer ...” (X:11); “... de o fazer assi ...” (VI:12); “... de o poer ...” (VI:12); “... começaram de o convidar ...” (IX: 17); “... voomtade tiinha de o matar ...” (IX:19); “... e comtoulhe o geito que os da çidade queriam teer em no combater; ...” (XLI:72).

Com as formas verbais finitas, não regidas, pois, de preposição, é comum a ênclise:

“...; mas eram lhe presentes taes, ...” (VI:12); “... e beijouho no rosto ...” (VI:13); “... poreo comsselhoulhe que nom fosse la.” (VII: 13); “... dizeo que ouveste voomtade de lho dar, e destelho; ...” (XLI:71).

Mesmo nas locuções verbais com infinitivo não regido de preposição, o pronome não aparece enclítico a ele, mas à outra forma verbal: “... e mandouho devassar ...” (XLI:72).

Creemos poder deduzir que a ênclise do pronome átono ao infinitivo não ocorre na *Crônica de D. João I*, em sua 1ª parte, em qualquer contexto.

A curiosidade nos levou à leitura de, pelo menos, o Prólogo de 2ª parte de *Crônicas*. E nos deparamos com os contextos:

“... que nom ousamos de o fazer ...” (p.01); “... per que o grandemente possa fazer, ...” que odyo e malqueremça o fez demouer a esto.” (p.01); “... muytos tomarom deuaçom de as rezar ...” (p.02); “... pera lhe dar graças e lououres ...” (p.02)

Pelo observado, parece não haver a ênclise ao infinitivo, em nenhum contexto, na *Crônica de D. João I*, nas 1ª e 2ª partes.

ESTENDO A PESQUISA A OS LUSÍADAS E À DEMANDA DO SANTO GRAAL

Acabamos por estender nossa pesquisa a Os Lusíadas num levantamento exaustivo, com base no *Índice Analítico de Vocabulário de Os Lusíadas*, de A.G.

Cunha, e à *Demanda do Santo Graal* (MAGNE, 1944), num levantamento por amostragem. À pesquisa dessas obras nos levou a curiosidade em relação ao que teria ocorrido no século posterior e no anterior à Crônica.

A *Crônica de D. João I* teria sido a última escrita por Fernão Lopes. Especialmente em sua 1ª parte, pode-se verificar seu apogeu como historiador e escritor. Nela, se encontram os melhores momentos da prosa literária do séc. XV. Por ela igualmente se mostra e revela a língua portuguesa deste século. Do ponto de vista lingüístico-literário, ela nos apresenta o séc. XV preparando-se para o apogeu do séc. XVI com *Os Lusíadas*, obra-marco deste século.

EM OS LUSÍADAS

Em *Os Lusíadas*, com referência à colocação dos pronomes pessoais *o(s)*, *a(s)* em relação ao infinitivo, em contextos em que ocorrem as noções de FIM, OBJETIVO, INTENÇÃO, FINALIDADE, registram-se 5 ocorrências de *PERA*, 2 de *POR* e, curiosamente, 1 de *PER*. Nas duas ocorrências de *POR*, registra-se a sua combinação com o pronome: “O batel de Coelho foi depressa/*Polo tomar*, mas, antes que chegasse, /Um etíope ousado se remessa/A ele, por que não se lhe escasse”. (V:32); “Fazendo-a a várias gentes subjugadas, /Pola ilustrar, no fim de tantos anos, /Co senhorio de inclitos Hispanos.” (IV:61).

Com *PER* registra-se igualmente a combinação com o pronome: “Olha que dezessete Lusitanos/Neste outeiro subidos, se defendem, /Fortes, de quatrocentos Castelhanos, /Que em derredor, *pelos tomar*, se estendem, “ (VIII:35)

PER cabe lembrar, não é registrado na Crônica, neste contexto.

Com *PERA*, dos 5 contextos existentes, registra-se 1 com a ocorrência da próclise ao infinitivo: “Porque o piloto falso prometido, /Que toda a má tenção no peito encerra, / *Pera os guiar* à morte lhe mandava, /Como sinal das pazes que tratava.” (I:94)

Nas demais (4), ocorre a ênclise:

“Sabe também dar vida, com clemência, /A quem *pera perdê-la* não fez erro”, /Apto *pera mandá-los e regê-los*, / Mem Rodrigues se diz de Vasconcelos.” (IV:24); “Por que, saindo nós *pera tomá-lo*, /Nos pudessem mandar ao reino escuro, /Por nos roubarem mais a seu seguro” (V:36); “Que o nome “Cristianíssimo” quiseste, /Não *pera defendê-lo* nem *guardá-lo*, /Mas *pera* ser contra ele e *derribá-lo*. (VII:6).

Em *Os Lusíadas*, predomina o emprego de *PERA* no contexto em estudo. Com referência à colocação de *o(s)*, *a(s)* em relação ao infinitivo por ela regido, coocorrem a próclise e a ênclise, com predomínio desta. Com *POR* e *PER* (!), ocorre a próclise do pronome, com o qual elas se combinam.

NA DEMANDA DO SANTO GRAAL

Na *Demanda*, num levantamento por amostragem (p.37 a 101, capítulos I a VIII e p. 205 a 323, capítulos XXI a XXXVII), colhemos alguns exemplos em que a ênclise é observada com relação ao infinitivo regido *PERA*: “Quando os cavaleiros ouviram esto, fizeram-se afora os mais daqueles, que se queriam provar, *pera sacá-la*.” (Vol.I,II,11:49), por exemplo.

Em relação às ocorrências com *POR*, a ênclise não se dá. Predomina sua combinação com o pronome pessoal proclítico ao verbo:

“Esta espada trouxe eu aqui *polo conhecerdes e polo fazerdes* aqui ficar,..” (V.30:70); “E *pola nom entenderem* tornou-se aa sua câmara e leixou-a cair em seu leito. (VII.40:83); “E o escudeiro após ele *polo teer*. (VIII.49:94).

Com relação a outros pronomes que não *o(s)*, *a(s)*, curiosamente coocorrem a ênclise e a próclise. Em contextos semelhantes, ora deparamos com uma, ora com outra:

“ – Senhor, disse ela, *por vos fazer* quanto serviço e quanta honra poder.” (Vol. I, XXIII, 171:225); “Ai dom Boorz! que me nom viindes sacar deste perigo de morte em que entrei *por livrar-vos*, ...” (Vol.I,XXIV,178:235). Confronte-se este último enunciado com outro colhido na p.60, em que se observa, em contexto semelhante, a próclise: “ ..., ca Deus no-lo enviou *por nos livrar* a terra das grandes maravilhas e das estrãias aventuras ..” (Vol.I,III, 19:6).

Lembremo-nos que a *Crônica* data do séc.XV e a *Demanda* supõe-se datar de meados (quando muito do terceiro quartel) do séc. XIII, tendo sido copiada, porém, nos séculos XIV e XV, por vários copistas que, coincidentemente ou não, lhe teriam introduzido particularidades da língua falada em sua época. É de Augusto Magne a afirmação de que a única transcrição que nos resta deste texto, existente no manuscrito de Viena, é uma cópia “parcialmente modernizada do séc. XV”. (MAGNE, vol.I:27).

O(s), *a(s)* COMO SUJEITO DE INFINITIVO REGIDO DE *POR*

Na *Crônica*, registram-se duas ocorrências em que *POR* se faz seguir dos pronomes pessoais *o(s)*, *a(s)* na função de sujeito de infinitivo, este contexto não foi registrado nas outras duas obras.

“E *por os fazerem remder* mais asinha, tomarom as molheres e os filhos dos que eram para o deffemder, ...” (XLIV:77); “E~~mtom~~ hordenaram de os lamçar fora *por os nom verem morrer.*” (CXXXVI:235)

EMPREGO EM AUTORES MAIS MODERNOS

O emprego da preposição *POR* seguida dos pronomes pessoais *o(s)*, *a(s)* na função de objeto direto do infinitivo por ela regido era freqüente nos escritores mais antigos, sendo comum a combinação da preposição com os mesmos: “... que *pollo ueer* em esto jogo lhe som demonstradas como dito auemos, ...” (*Livro de Montaria*, capít.III,p.15-20, da 2ª edição da Academia de Ciências de Lisboa – *apud* NUNES:166).

Há registro do emprego tanto de *POR*, quanto de *PER*:

“Os tempos mudam ventura – bem o sei *pelo passar* –” (*Crisfal versos*, 91-92); “... cai Barnabé, que se agarra às pernas de D. Jerónimo, o qual se esforça *pelo sacudir* de si.” (Garrett, *Teatro*, IV:97); “... fique assentado que o gasto ordinário convém que se entregue à mulher, *pela contentar, pela ocupar, pela confiar* por lhe dar aqueles cuidados, por lhe desviar doutros”. (D. Francisco Manuel, *Cartas*:87. *apud* SILVEIRA: 38-39). É de se registrar, neste último exemplo, a ocorrência de *POR* em contextos em que a preposição não se faz seguir de *o(s)*, *a(s)* e a ocorrência de *pelo(s)*, *pela(s)* quando da ocorrência desses pronomes, com a conseqüente combinação da preposição com os mesmos.

A forma em que ocorre a combinação dos pronomes com *PER* é retomada por Rui Barbosa em “Fiz antes de mais nada *pelo depurar* de barbarismos e solecismos” (*Réplica*:59) e Alberto de Oliveira em “... *pelo melhor guardar.*” (*Poesias*, 2ª ed.:101). (*ibid*:39).

Emprego semelhante se encontra em Monteiro Lobato (*Idéias de Jeca Tatu*, 7ª ed.:39) “... mas *pela não termos* hoje, é absurdo negarmo-nos direito à fisionomia.” (*apud* LAPA:196). Para Rodrigues Lapa, a construção “seria talvez mais eloqüente” se com a preposição *POR*, que nos daria: “... mas *pola não termos* hoje ...”, (*ibid*).

Cabe lembrar a tendência *e/ou* pendores classicizantes de Alberto de Oliveira e Rui Barbosa, bem como a grande admiração de Monteiro Lobato pela linguagem camiliana.

Para Sousa da Silveira, o uso de tais combinações em autores mais modernos é bastante artificial (*ibid*). Na realidade, não cabem, no português de nossos dias, pelo menos no Brasil, essas construções, com ou sem a combinação. Firmou-se a ênclise ao infinitivo. A ressuscitar-se, porém, a construção antiga, caberia amoldá-la aos usos que se foram firmando na língua, quais sejam, com *POR* nos contextos

em que não ocorre a combinação e com *PER* nos em que ela ocorre, tal como aconteceu nos contextos em que essas preposições se fazem seguir de *o(s)*, *a(s)*, artigos definidos.

Na *Crônica*, *POR* e *PER* coocorrem, em distribuição livre, combinadas com o artigo definido, predominando, em muito, a combinação com *PER*. Das 123 ocorrências de *POR* seguida de artigo definido, em 98 não ocorre a combinação. Com *PER*, ao contrário, das suas 234 ocorrências nesse contexto, somente em 14 delas não se registra a combinação. Em *Os Lusíadas*, não se observa mais a não combinação dessas preposições com o artigo definido. Também nesta obra predomina a combinação com *PER*: 25 ocorrências de *POR* e 134 de *PER*, que aparece também combinada com *o(s)*, *a(s)*, pronome pessoal objeto do infinitivo, que, na *Crônica*, é contexto de emprego exclusivo de *POR*. Na *Lírica*, de Camões, ainda se registra a não combinação da preposição com o artigo definido.

Na *Demanda*, ao contrário, predomina a combinação de *POR* com os artigos definidos, uso que veio a se firmar no galego. No português, porém, veio a se firmar a combinação com *PER*.

Curiosamente, num enunciado em que se depreende a noção de *CAUSA*, Gonçalves Dias vem a empregar *POR* e *PER*, combinando-as a *os*, pronome pessoal, na função de objeto direto do infinitivo por elas regido: “Não fiquei com ele pelos não querer. Se de algo me pesa a mi é só polos não ver mais”. (*apud* AULETE, *s/v* *POR*). Na *Crônica*, neste contexto, registra-se a não combinação com *o(s)*, *a(s)*, artigos ou pronomes, nos contextos em que, tal como ocorre no enunciado colhido em Gonçalves Dias, a preposição não se liga diretamente a eles, mas a todo o contexto em que eles se inserem;” ...; e por os defemderem aaquella hora, foram muitos feridos, ...” (CXXXV:234); “..., desi por a terra assi seer aazada, ...” (XXXV:61). Caso semelhante se observa, por exemplo, em enunciado colhido em texto de Braamcamp Freire: “Poder-se há talvez explicar o fato por o testamento ser escrito por Fernão Lopes, ...” (LOPES, vol.I:XL).

Nos contextos em estudo, relacionados a *FIM*, *OBJETIVO*, *INTENÇÃO*, *FINALIDADE*, tal como nos exemplos colhidos em Gonçalves Dias, em que se depreende a noção de *CAUSA*, a preposição, no que se refere ao plano sintático, não se liga diretamente a *o(s)* *a(s)*, pronomes ou artigos definidos, mas a todo o contexto em que eles se inserem. A se observar o plano sintático, não caberia, pois, a combinação. A vizinhança, a proximidade entre as partículas propicia a que, no plano fonético, ocorra a aglutinação das mesmas, aglutinação esta que vem a ser registrada no plano morfosintático. Caso semelhante vem a ocorrer em enunciados do tipo “Está na hora da (de a) onça beber água.”, comuns no português mais recente.

Podemos perceber como os usos da língua se impõem ou são impostos. Uns se firmam pelo uso em si mesmos, outros são de certa forma impostos pelos que os querem manter ou retomar, malgrado o estranhamento que provocam por sua inadequação ao momento e ao contexto em que são inseridos. Para tanto, retomam-se autores e/ou obras tidas ou tomadas como marco, referência ou ideal do bom escrever e que o terão sido num determinado momento e num contexto específico da

história da língua. Cabe lembrar Vaugelas, para quem só há um mestre das línguas, qual seja, o uso, e concluir com Sousa da Silveira:

Embora o prestígio dos grandes escritores e a ação do ensino, sobretudo na escola primária e na secundária, possam de algum modo intervir na evolução natural de um idioma, não é possível nem à gramática filosófica, nem às regras formuladas pelos observadores da língua, reter completamente a marcha evolutiva desta, nem restaurar um *uso* complicado, já abandonado há vários séculos (grifo nosso)

(op.cit.:35)

Cabe observar que a próclise dos pronomes ao infinitivo, o não emprego da ênclise em nenhum momento nesses contextos, é que levaram aos empregos e controvérsias aqui levantados. Fica a curiosidade: a partir de que momento e/ou autores se terá introduzido e firmado a ênclise dos pronomes pessoais átonos ao infinitivo, regido ou não de preposição?

É de se supor que o contexto que maior resistência ofereceu ao emprego da ênclise dos pronomes pessoais átonos ao infinitivo terá sido o em que se registra a ocorrência de *o(s)*, *a(s)* como objeto direto desta forma verbal quando quando regida de *POR*, em contextos em que se depreendem as noções de FIM, OBJETIVO, INTENÇÃO, FINALIDADE. Nesse contexto, quando da ocorrência de *PARA* (*PERA*), já se registra a ênclise do pronome em *Os Lusíadas* e na *Demanda do Santo Graal*. Na *Crônica de D. João I*, porém, é exclusivo o emprego da próclise quando da ocorrência desta preposição, que coocorre em distribuição livre com *POR*.

CONCLUSÃO

Na *Crônica de D. João I*, de Fernão Lopes, não se registra o emprego da ênclise dos pronomes átonos *o(s)*, *a(s)* ao infinitivo regido das preposições *POR* e *PERA*. Nesses contextos, em que ocorrem as noções de FIM, OBJETIVO, INTENÇÃO, FINALIDADE, exercendo *o(s)* pronome (s) a função de objeto direto do infinitivo, é exclusivo o emprego da próclise. Num levantamento por amostragem, verifica-se que a ênclise do pronome ao infinitivo também não ocorre quando ele é regido das demais preposições, em diferentes contextos. A ênclise vem a ocorrer com outros pronomes pessoais em relação a formas verbais finitas, não regidas, pois, de preposição. Nas locuções verbais com infinitivo, registra-se a ênclise dos pronomes à forma verbal auxiliar.

Tudo isso se parece confirmar no levantamento por amostragem realizado na 2ª parte desta obra.

Concluimos que, na *Crônica*, não se registra a ênclise dos pronomes ao infinitivo, regido ou não de preposição, toda e qualquer.

Com referência a *Os Lusíadas*, predomina a ênclise dos pronomes pessoais átonos o(s), a(s) ao infinitivo regido de *PERA*, sendo exclusivo o emprego da próclise quando da ocorrência de *POR* e *PER*. Estas preposições sempre ocorrem combinadas ao pronome.

Na *Demanda do Santo Graal*, num levantamento por amostragem, registra-se a ênclise com *PERA* e a próclise com *POR*, no contexto em questão. Com relação a outros pronomes que não o(s), a(s), registra-se a coocorrência da próclise e da ênclise, em relação ao infinitivo regido de *POR*. *PER* não é registrado neste contexto, tal como ocorre na *Crônica*.

A próclise desses pronomes ao infinitivo regido de *POR*, comum no português antigo, vem a ser retomada, em alguns momentos e contextos, por escritores. Empregam eles ora as formas *polo(s) pola(s)*, ora as formas *pelo(s), pela(s)*. Na *Crônica*, é exclusivo o emprego das primeiras. Em *Os Lusíadas*, porém, já se registra uma ocorrência da combinação com *PER*, nesse contexto.

BIBLIOGRAFIA

- AULETE, Caldas - *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, vol.4, s/v *POR* e *PER*, 2ª ed. brasileira, com revisão, atualização e acréscimos de Halmicar de Garcia e estudos de Antenor Nascentes, Rio de Janeiro, Editora Delta S/A, 1964.
- CAMÕES, Luís de - *Os Lusíadas*, 3ª ed., comentada por Augusto Epifânio da Silva Dias, reprodução da 2ª ed., em 2 tomos - 1916/1918, por iniciativa da Comissão Brasileira designada pelo Ministério de Educação para o fim de preparar e organizar as comemorações do 4º centenário de publicação de *Os Lusíadas* (portaria 512-BSB de 19/08/1971) - prefácio de Artur César Ferreira Reis (pres. da comissão) e estudo prévio de Maximiano de Carvalho e Silva (membro da comissão), MEC, Dep. de Assuntos Culturais, 1972.
- _____*Lírica: Lírica de Camões*, edição crítica pelo Dr. José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira, Lisboa, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1932.
- CUNHA, A.G. - *Índice Analítico do Vocabulário de Os Lusíadas*, 2ª ed., Rio de Janeiro, edição em convênio com o INL/MEC, 1980.
- LAPA, M. Rodrigues - *Estilística da Língua Portuguesa*, 7ª ed., revista e aumentada, Biblioteca Brasileira de Filologia, vol. 15 Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1973.
- LOPES, Fernão - *Crônica delRei Dom João I da boa memória* - parte 1ª, (1915), preparada por Anselmo Braamcamp Freire, prefaciada por Lindley Cintra, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1977.
- _____*Crônica delRei Dom João I da boa memória* - parte 2ª, reprodução fiel dos melhores manuscritos por William Entwistle, com Nota Prévia de Lindley Cintra, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1977.

- MAGNE, A. - *A Demanda do Santo Graal* - vol.I, II e III (Glossário), Ministério da Educação e Saúde/INL, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944.
- NUNES, J.J. - *Crestomatia Arcaica*, 6ª ed., Porto, Livraria Clássica Editora, 1967.
- RANAURO, Hilma P. - *Contribuição ao Estudo Semântico da Preposição - POR e PERA Na Crônica de D. João I (1ª parte) de Fernão Lopes*, Tese de Doutorado em Língua Portuguesa apresentada à Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Orientador: Prof. Sylvio Edmundo Elia (Sílvio Elia), Rio de Janeiro, 1990, 452 p..
- SILVEIRA, Sousa da - *Lições de Português*, Coleção Brasileira de Filologia Portuguesa, 7ª., ed., melhorada, revisão crítica em consulta com o autor pelo Prof. Maximiano de Carvalho e Silva, Rio de Janeiro, Livros de Portugal.

DUAS NOTAS DE LINGUAGEM À FEIRA DOS ANEXINS

Marlit Bechara
UERJ

Ao trabalhar na preparação de uma edição comentada da 1ª parte da *Feira de Anexins* de D. Francisco Manuel de Melo, tive de enfrentar alguns problemas de linguagem que, a meu ver, não foram bem resolvidos pelo primeiro editor da obra, o bibliógrafo Inocêncio Francisco da Silva, em 1875, que teve à sua disposição, servindo-lhe de guia, segundo conclusão a que pude chegar, a cópia manuscrita do século XVIII, com indicação de códice 11186, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa. Trabalhando com mais quatro cópias, também do século XVIII, entre as quais a da Biblioteca de Évora (de que Inocêncio teve a notícia, mas não pôde utilizar), porque não se tem até hoje notícia de autógrafo, consegui decidir com mais segurança a fixação textual de determinadas passagens que envolviam particularidades da língua do século XVII e, mais particularmente às vezes, do *usus scribendi* do polígrafo português.

Neste pequeno artigo, procuro examinar dois motivos de ordem lingüística que me levaram a tomar decisões diferentes das de Inocêncio na fixação textual de algumas passagens da *Feira dos Anexins*.

Em sua edição, página 24, Inocêncio adota, em contradição com a lição de todos os cinco manuscritos que consultei, a forma verbal *dai* em *dai-lhos*, de:

Homem, ali o amigo está caindo com lazeira: não tem mais que *barbas* no rosto, se tendes alguns guisadinhos em casa, *dai-lh'os* (p.24).

A lição de todos os manuscritos é *dá-lhos*, donde se conclui que Inocêncio, ou por não perceber a possível particularidade lingüística que justifica a forma *dá(r)*, ou por tentar esclarecer ao leitor menos arguto o sentido da passagem, interferiu na lição que tinha diante de si e procedeu à modificação *dai-lhos* por *dá-lhos*.

Na realidade, a emenda é perfeitamente dispensável se levarmos em conta que temos aqui o emprego do infinitivo com valor contextual de imperativo, um fato comuníssimo na língua de todos os tempos. Resta apenas explicar a queda ou apócope do *-r* final do infinitivo em ambiente fonético desta natureza. Sabemos que o fenômeno não passou em silêncio na lição de muitos mestres, entre os quais, lembro, em primeiro lugar, o Dr. José Maria Rodrigues nos *Estudos sobre Os Lusíadas*, ao discordar da opção do Dr. Epifânio Dias que, na sua muito bem comentada edição do Poema, aceita a emenda “já antiga” de mostra da 1ª ed. para mostrar em IX, 26, 6:

*E por castigo quer doce e severo
Mostrar-lhe a fermosura de Diana.*

A esta opção junta o Dr. J. M. Rodrigues o comentário discordante:

Trata-se, porém, de um caso de fonética sintática, que não há o direito de fazer desaparecer. “Nõ era galardão *aveelhas* asy de tirar” (*Cronica do Condestabre*, f. 50). “O escudo que tomastes a donzella devies *tornalho*.” (*Palmeirim*, I, p.84). “A elle *nega lhe* seu merecimento nã seria *razã*” (*Ibid.*, p.426). “Começou *dizelhe*” (*Ibid.*, p.413). “Quisesse *segura lhe* as vidas” (*Ibid.*, p.150).

É interessante observar que as duas edições com data de 1572 trazem *mostra lhe* e que a de 1584 também não procedeu a nenhuma emenda como fez em relação ao mesmo fenômeno existente em VII, 86, 2:

Nem quem acha que é justo e que é direito
guarda-se a lei do Rei severamente.

A emenda para *guardar-se* ocorre, como disse, em 1584 e por ela assim procede o Dr. Epifânio Dias, apesar da oposição do Dr. José Maria Rodrigues, com o argumento igual ao acima exposto e com exemplos da citada fonética sintática retirados do *Cancioneiro Geral*, de Gil Vicente (em castelhano), de Jorge Ferreira de Vasconcelos, de Francisco de Moraes, além de dois do *Cantar de Mio Cid* ed. de Menéndez Pidal.

O *dá-lhos* por *dar-lhos* na *Feira dos Anexins* é um fato de língua perfeitamente explicável e que tem documentação na antiga literatura portuguesa a seu favor.

Este fato de língua também foi registrado na *Fonética Sintática* do Prof. Sousa da Silveira, que assim se pronuncia:

Quando uma palavra terminada por *r* (infinitivo) sucedia outra começada por *lh* (pronomes *lhe*) às vezes desaparecia o *r* na língua antiga, como nos *Lusíadas*, IX, 26 v.6:

E por castigo quer doce, e severo,
Mostra lhe a fermosura de Diana
(Camões, Lus., A e B)

[*mostra lhe* = *mostrá-lhe*: *mostrar-lhe*]

No parágrafo relativo a metáfora de orelhas, emprega D. Francisco Manuel de Melo, na lição dos cinco manuscritos, a locução *mas que* no trecho:

Isso que importa? Homem, diga você equívocos, *mas que* venham pelas orelhas, que esse é o empenho dos equivocantes da moda.

Na página 25 da sua edição, Inocêncio se afasta da lição dos manuscritos e altera o pensamento de D. Francisco, substituindo *mas que* por *mais que*.

Considerando que a expressão concessiva *mas que* (= ainda que) é frequentíssima no autor e de cunho perfeitamente português, podemos concluir que, por esta razão, não é cabível a emenda.

Na mesma página 25 da *Feira dos Anexins*, um pouco mais adiante, o escritor apresenta:

Afirmo-lhe que a poder que eu possa, nenhum me há de fazer ninho atrás da orelha; que em eu lhe ouvindo despropósitos, *mas que* me arranquem as orelhas, hei de cair-lhes.

A lição de quatro dos cinco manuscritos confirma o emprego de *mas que* como concessivo, mas Inocêncio opta outra vez por alterar para *mais que*, mudando o pensamento do autor. Naturalmente, em se tratando de uma locução concessiva menos frequente no séc. XIX, ou ela passou despercebida ao editor, ou este desejou modernizar o texto do grande polígrafo português.

SOBRE A CRÍTICA GENÉTICA

I – ANTECEDENTES

Sílvio Elia
UFF

1. A Crítica Textual é velha de muitos séculos; podemos datá-la dos gregos e do séc. III a.C. Os seus principais vultos pertencem à famosa Escola de Alexandria, no Egito, cuja biblioteca, sediada no Museu, dizia-se possuir mais de 400.000 volumes. Desgraçadamente, foi destruída por um incêndio, durante a guerra de César contra o Egito (47 a.C.). Os diretores dessa monumental biblioteca foram os grandes eruditos de então: Zenódoto, Calímaco, Eratóstenes, Aristófanes, Aristarco. A princípio chamaram-se *kritikós*, depois *grammatikós* e, finalmente, *philólogos*. Eratóstenes (295-214), informa-nos Suetônio (*De grammaticis et rhetoribus*), foi o primeiro a aplicar-se a si mesmo o epíteto de “filólogo”. O conceito de Filologia era muito amplo e, durante séculos, passou a abranger também a Crítica Textual.

2. É tradição (está também em Suetônio) que a Filologia foi introduzida em Roma pelo filólogo Crates de Malos (séc. II a.C.), de formação estoíca. Coube a Élio Estilão Preconino (séc. I a.C.) dar autonomia em Roma aos estudos de Filologia. Seu mais notável discípulo foi Marco Terêncio Varrão (116-27), o maior erudito das letras latinas. Varrão distinguia quatro fases nos estudos filológicos: *lectio*, ou leitura expressiva; *enarratio*, explicação de passagens obscuras; *emendatio*, revisão e correção do texto; *iudicium*, comentário literário. Tanto Gaetano Righi como Jean Collart identificam a *emendatio* com a Crítica Textual então praticada.

3. A Idade Média não produziu nenhum novo método para a edição de textos; ainda assim deixou poderosa contribuição, cujo valor os pósteros não souberam talvez bem avaliar: a preservação da tradição escrita da cultura antiga quer clássica, quer medieval. Depois da queda do Império Romano e da chamada invasão dos bárbaros, foi no recolhimento dos *scriptoria* dos mosteiros, como os de Bobbio e Monte Casino, ou das escolas anexas às catedrais, que se refugiaram a poesia e a prosa da Antigüidade. Aos rolos em papiro sucederam os pergaminhos membranáceos, que os escribas, com destreza e longa paciência, converteram em preciosos manuscritos, caligraficamente desenhados e artisticamente iluminados. A Idade Média apresentou também notáveis focos de cultura. De caráter religioso logo avultam os *mosteiros*, onde a *paciência beneditina* gravou em veneráveis

códices parte relevante do patrimônio cultural da velha Roma. O monaquismo nasceu e frutificou no séc. IV, logrando grandes êxitos na Igreja do Oriente. Coube a Bento de Núrsia (480-550) trazê-lo para o coração da Europa, fundando assim o monaquismo ocidental. Como se sabe, foram os mosteiros, na fase tumultuada que se segue à queda do Império Romano, os fiéis e escrupulosos guardiães da cultura clássica.

4. No séc. VIII, a Europa presenciou a chamada “Renascença Carolíngia”. Carlos Magno deu grande impulso à cultura ocidental, tendo fundado na corte a Escola Palatina. Rodeou-se de homens de grande saber: Eginardo, Paulo Diácono, Rábano Mouro e, notável entre os notáveis, Alcuíno, monge anglo-saxão, de York. Alcuíno introduziu como tarefa para os monges a cópia de textos e, para a difusão e multiplicação dos manuscritos, muito concorreu a renovada escrita carolíngia, minúscula arredondada, de mais fácil leitura.

As universidades vêm no séc. XII. São instituições culturais leigas, mas, na Idade Média, tudo respira espírito cristão e tem seu lado eclesiástico. As universidades se disseminaram pela Europa, onde ainda hoje se mantêm, vencendo séculos de tradição e renovando a criação do saber: Bolonha, Paris, Oxford, Montpellier, Cambridge, Orléans, Nápoles, Toulouse, Salamanca. Em Portugal se constitui em 1290, por bula papalina, a Universidade de Lisboa (que se desdobrou em Lisboa e Coimbra, obra d’el-rei D. Dinis).

Cumpra ainda pôr em relevo a excepcional participação medieval na área dos estudos lingüísticos. Quero referir-me aos *modistas* da segunda metade do séc. XIII e princípios do XIV que, com a *Grammatica Speculativa*, criaram a primeira teoria lingüística do Ocidente. Mas a decisiva contribuição cultural da Idade Média para toda a Humanidade teve um nome luminoso: cristianização.

5. O termo “Renascimento” é bem expressivo da nova mentalidade que iria marcar os albores dos Tempos Modernos. Alguma coisa estaria morta ou adormecida, e essa seria a Antigüidade Clássica, sepultada pela desconfiança e negação do espírito medieval. O alvo mais visado foi a filosofia aritotélico-tomista, que a Igreja adotara sob a forma de Escolástica. A Idade Média iria entrar na fôrma histórica de “período de trevas”, ofuscada que fôra à época pelo brilho e luminosidade do Renascimento. Como se poderá explicar a emergência desse novo paradigma cultural?

Houve uma descentralização do ângulo de visão das culturas, a *Weltanschauung* dos alemães, a alma das culturas de Spengler, a *episteme* de Foucault, o paradigma de Kuhn. Essas novas perspectivas têm de pressupor um esgotamento anterior. Em relação ao Renascimento, cumpre tomar em consideração dois fatos capitais: de um lado a crescente expansão de conhecimentos, o que ocorreu principalmente no âmbito das Universidades; de outro, as alterações que o latim falado ia sofrendo, abrindo cada vez mais o fosso entre o padrão culto e a língua corrente, dita *vulgar*. Manuscritos medievais iam-se tornando progressivamente mais co-

nhecidos, divulgando-se assim os textos clássicos e, em consequência, incrementando o gosto e o interesse pela leitura dos escritores gregos e latinos. Em contrapartida o latim medieval passou a ser sentido como de má qualidade, e o latim do Renascimento foi-se convertendo numa revivescência da língua literária dos romanos. Mais tarde, a imprensa, o papel, o livro tornaram-se o símbolo dos novos tempos. Tivemos então de um lado o latim culto, clássico e não medieval, ciceroniano, e, de outro, a língua usual, que todos praticavam, letrados ou não. Com o enfraquecimento do poder temporal do papado e a ascensão do monarquismo que sucedeu ao feudalismo, haviam-se criado na Idade Média novos reinos, com a conseqüente institucionalização e regionalização de vulgares politicamente privilegiados e oficializados pelas diferentes chancelarias. O latim continuava padrão culto universal (ainda no séc. XVII era o latim a língua da ciência e da Filologia, diz Meillet, e, somente a partir do séc. XVIII é que foi deixando de ser a língua sábia do Ocidente), mas as línguas vulgares, agora línguas nacionais, as autênticas línguas vivas, é que viriam ocupar os espaços que se foram abrindo com a progressiva retirada do venerando idioma latino, logo apodado de “língua morta”.

6. Os primeiros sinais dessa basilar clivagem histórica se manifestaram na Itália, convertida em pátria do Renascimento. A primeira grande obra literária escrita em *volgare illustre* foi a *Comedia*, de Dante Alighieri (séc. XIII). Dante aliava à potencialidade criativa de sua mente o amor flamante do estudo e da pesquisa. As suas incansáveis indagações em busca de um *volgare illustre*, p. ex., permitiram informações valiosas sobre os falares italianos. Seguiram-se-lhe Petrarca e Boccaccio (séc. XIV), completando-se assim “as três coroas”. Podemos considerar essa época, o séc. XIV, como um pré-renascimento.

Intensifica-se a busca febril de manuscritos. *Petrarca* foi dos que mais se distinguiram nesse afã. Aos vinte anos já havia copiado vários livros da *História Romana (ab Urbe condita)*, de Tito Lívio. Mas a sua grande paixão foi Cícero, de quem descobriu importantes manuscritos, como o *Pro Archia* e as *Epistulae ad Atticum, ad Quintum Fratrem e ad Brutum*. O interesse pelos clássicos latinos alargou-se naturalmente até os autores gregos, mestres dos romanos. Petrarca lançou-se ao estudo do idioma helênico, no que, dizem, logrou apenas alguns êxitos. Leitor obstinado, formou uma biblioteca que, no gênero, suplantou a todas então existentes.

Boccaccio, contemporâneo um pouco mais jovem que Petrarca, distinguiu-se antes como humanista do que como filólogo. Rebuscou muitos manuscritos, particularmente no tesouro bibliográfico de Monte Casino, mas não concorreu com novos achados para o progresso da Crítica Textual.

Também nesse período cabe incluir *Poggio Bracciolini* (1380-1459), havido como o mais afortunado descobridor de textos antigos. Secretário papalino, encontrou tempo para algumas viagens exploratórias. No mosteiro de Cluny, na Borgonha, encontrou um manuscrito com vários discursos de Cícero; de Saint Gall, na Suíça, trouxe, de uma primeira viagem, as *Institutiones Oratoriae*, de Quintiliano e, numa segunda viagem a Saint Gall e Alemanha, descobriu manuscritos do *De rerum*

natura, de Lucrécio, das *Silvae*, de Estácio, das *Punica*, de Sílio Itálico. Da Inglaterra trouxe um manuscrito de Petrônio (*excerpta vulgaria*) e, de Colônia, um segundo manuscrito, com o texto completo da famosa *Cena Trimalchionis*.

7. O Renascimento ppte. dito é o do século XV e, mais representativamente, do XVI. Do séc. XV destacaremos Nicolau V, Lourenço Valla e Ângelo Poliziano.

Nicolau V (1447-1455) foi dos mais entusiastas cultores do humanismo clássico. Coligiu grande cópia de manuscritos, fundou a Biblioteca Vaticana, criou uma escola de tradutores versados na língua grega, de onde nasceram os textos latinos de Tucídides, Heródoto, Xenofonte, Platão, Aristóteles, Teofrasto, Ptolomeu, Estrabão.

Lourenço Valla (1407-1457) chegou a ser considerado o fundador da crítica histórica, quando denunciou a falsidade da *Donatio constantiniana*, segundo a qual o Estado Pontifício seria uma doação do imperador Constantino. Um de seus argumentos foi o de que a linguagem do documento apresentava características próprias de época posterior. Confrontou a tradução latina da Bíblia por São Jerônimo com o original grego, apontando discordâncias que chamou erros. Muito importante como contribuição ao desenvolvimento da Crítica Textual são as suas *Emendationes sex librorum Titi Livi* (livros 21-26), trabalho que Reynolds & Wilson declaram obra capital da Filologia.

Ângelo Poliziano (1454-1494) revelou-se o mais importante filólogo do período, além de grande poeta. Leitor insaciável, acumulou enorme erudição, de que é expressivo exemplo a sua *Miscellanea*, de que só tivemos a primeira parte e *centuria prima* (a segunda *centuria* só veio a lume em 1972, impressão de um rascunho autografado); o trabalho já foi comparado às *Noctes Atticae*, de Aulo Gélío. Em seu tempo começaram a aparecer os primeiros textos impressos.

8. No séc. XVI, a figura de humanista que mais se distinguiu foi a de *Erasmus de Roterdão* (1469-1536). Nasceu na Holanda, mas, diz Victor José Herero, culturalmente não se lhe pode designar pátria definida. Em certo momento sentiu-se identificado com a causa reformista, tendo combatido a Escolástica e satirizado as instituições monásticas no *Elogio da Loucura*; mais tarde, reaproximou-se do Catolicismo (de início fizera-se ele próprio monge). Sua importância para a Crítica Textual foi notável, não só como editor de textos, mas também como pertinaz farejador das melhores fontes manuscritas. Dentre os gregos, editou a Aristóteles e preparou um texto do *Novo Testamento*. Dentre os clássicos, a sua edição de Tito Lívio é havida como a mais importante, pois incluiu, pela primeira vez, os livros XL a XLV. Ganhou fama o seu tratado *De recta latini graecique sermonis pronuntiatione dialogus*, no qual procurou restituir a pronúncia grega às suas origens clássicas, o que desde então, passou a ser conhecido como “pronúncia erasmiana”.

Guilherme Budé (1468-1540), contemporâneo de Erasmo, é havido como o primeiro grande filólogo clássico francês e, segundo Righi, fez com que o primado

da Filologia passasse da Itália para a França. A suas instâncias, Francisco I fundou o *Collège des Lecteurs Royaux*, mais tarde *Collège de France*. Em França, a justamente reputada edição de textos clássicos gregos e latinos, integrada na *Collection des Universités de France*, e conhecida como “Les Belles Lettres”, é publicada sob o patrocínio da *Association Guillaume Budé*.

Roberto Etienne ou *Robert Estienne* (1503-1559) pertenceu a uma famosa família de editores, os Stephani. Ele próprio se fez autor, impressor, revisor e editor. A obra que o celebrou foi o *Thesaurus Linguae Latinae* (1531), só ofuscado em 1771 com o *Totius Lexicon Latinatis*, de A. Forcellini.

Petrus Ramus ou *Pierre de la Ramée* (1515-1572) revelou-se encarniçado antiaristotélico. Talvez a sua mais positiva contribuição seja a *Grammatica* de 1559, que alguns vêem como uma espécie de antecipação do estruturalismo. As suas posições protestantes tornaram-no vítima mortal da tristemente célebre “noite de São Bartolomeu”.

José Justo Escalígero (1540-1609) teve maior importância para a Crítica Textual. De extraordinária erudição, lançou-se ao estudo do grego, que conhecia como poucos, e fez numerosas versões de autores helênicos para o latim e vice-versa. Atraído pelo estudo do latim arcaico, preparou uma edição de *Festo*, com base num manuscrito defeituoso cujas falhas procurou suprir. Editou também Tibulo, Propércio e Manílio. Segundo Pfeiffer, chegou a alcançar a noção de arquétipo medieval. É tido como fundador da Epigrafia, mas talvez a sua maior façanha tenha sido a de editar, por conjectura e recolha fragmentária de dados, o primeiro livro da *Crônica*, de Eusébio, que ele próprio dava como perdido; pois bem, dois séculos mais tarde, precioso achado confirmou a sua hipotética reconstrução.

Hugo Grócio (1583-1645) editou Lucano e Sílio Itálico. Contudo ficou mais conhecido como jurista, devido ao seu *De iure belli et pacis*, em que dissertou sobre os fundamentos do direito natural como base para o direito internacional.

Justo Lúpsio (1547-1606) foi professor de História na Universidade Católica de Lovaina, fundada em 1517, e de Latim no *Colégio Trilingüe*, que integrava o patrimônio da referida. No campo da Crítica Textual, sua principal contribuição foi a publicação das obras de Tácito e, com menor brilho, das *Tragédias* de Sêneca.

Joaquim Camerário (1500-1574) já foi havido como o maior filólogo do séc. XVI. Talvez porque, de todos os alemães, era quem melhor conhecia o grego. Editou Teofrasto, o *Tetrabiblos* de Ptolomeu, o *Almagesto*. Dentre os latinos, a sua principal contribuição foi a edição das comédias de Plauto, para a qual se utilizou de dois novos manuscritos, conhecidos como palatinos.

9. Entre os humanistas espanhóis, três nomes se destacaram: *Luís Vives*, *Antônio de Nebrija* e *Francisco Sánchez de las Brozas* (o *Brocense*).

Luís Vives (1492-1540) foi um renovador dos métodos pedagógicos e o mais representativo dos humanistas espanhóis. Defendeu ardorosamente a primazia do

latim clássico sobre o medieval e, contra os modistas, antepunha o *usus* dos grandes autores da literatura romana às *causae* dos logicistas da *grammatica speculativa*.

Antônio de Nebrija (*Nebrissa*, *Nebrixa* ou *Lebrixa*) nasceu na província de Sevilha em 1444 e faleceu em Alcalá de Henares em 1522. Foi leitor e depois cate-drático na Universidade de Salamanca, e são dessa época as suas *Introductiones latinae*, que marcaram época na história do humanismo espanhol (Antônio Quilis). A sua obra mais conhecida é a *Gramática de la lengua castellana*, publicada em 1492, na verdade a primeira gramática de uma língua românica, escrita nessa mesma língua. A Gramática de Nebrija influenciou nas gramáticas portuguesas de Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540).

Francisco Sánchez de las Brozas, o *Brocense* (1523-1601) escreveu *Verae brevesque grammaticae latinae institutiones* e uma *Arte para saber latim*. Editou e comentou as *Bucólicas*, de Virgílio, o *Ibis*, de Ovídio e, o que se considera a sua melhor produção, a obra do geógrafo de Hispania, Pompônio Mela, autor de uma *Chorographia*. Contudo o trabalho que lhe deu fama duradoura foi *Minerva seu de causis linguae latinae*, livro cujo título repete o *De causis linguae latinae*, de Júlio César Escalígero.

10. Em Portugal, o Humanismo, diz-nos o Prof. Américo da Costa Ramalho, catedrático da Universidade de Coimbra, só entrou em 1485, com a chegada de Cataldo Parísio Sículo. Não houve edições de autores gregos ou latinos, mas não foram poucos os que escreveram na língua do velho Lácio.

Segundo Serafim da Silva Neto, em *Vida de Frei Pedro*, “Mestre André de Resende forma, com Damião de Góis e D. Jerônimo Osório, o trio dos grandes humanistas portugueses do século XVI”.

Damião de Góis (1502-1574) foi principalmente historiador. Escreveu a *Crônica de D. Manuel I* e a *Crônica do Príncipe D. João* (o futuro D. João II), na qualidade de Guarda-Mor da Torre do Tombo, além de outras obras, quase sempre em latim.

Mestre *André de Resende* (Lúcio André de Resende e não André Falcão de Resende) nasceu em Évora em 1500 (Silva Neto diz “por volta de 1493”) e faleceu em 1573. Em Lovaina manteve relações com o famoso humanista Nicolau Cle-nardo, que, a instâncias suas, viria a ser preceptor do infante D. Henrique, futuro rei de Portugal. A sua obra está praticamente toda em latim, podendo-se destacar o *De Antiquitatibus Lusitaniae* e o *Epitome rerum gestarum in India a Lusitanis*. Em português cabe citar a *História da antiguidade da cidade de Évora* e a *Santa Vida e religiosa conversação de Frei Pedro*, obra esta que mereceu cuidadosa edição fac-similada, com transcrição e notas pelo filólogo brasileiro Serafim da Silva Neto. Foi André de Resende o criador do neologismo *lusíadas*.

D. Jerônimo Osório (1506-1580) chegou a bispo de Silves e, em seus escritos, quase todos de cunho filosófico, manteve-se sempre dentro da mais estrita ortodoxia romana. Dentre as obras em latim, convém pôr de relevo *De rebus Emmanuelis gestis*, várias reedições, tradução francesa de 1581, versão portuguesa

de Filinto Elísio, em três volumes 1804-1806, texto inglês de Gibbs, em dois volumes, 1752. Em português deixou-nos numerosas *Cartas*, onde se mostra pensador arguto e mestre do estilo.

A esses nomes devemos acrescentar os dos dois primeiros gramáticos portugueses: Fernão de Oliveira e João de Barros.

Fernão de Oliveira (1507-1580/81) nasceu em Aveiro, passou a infância na Beira, entrou aos 13 anos como noviço no convento dos dominicanos, onde foi discípulo de André de Resende, passou-se à Espanha, foi secularizado por Paulo III, fez-se mestre dos meninos, dentre os quais um filho de João de Barros, esteve na Itália, frequentou a corte de Henrique VIII, na Inglaterra, voltou a Portugal, é denunciado e preso pela Santa Inquisição, que lhe devolve a liberdade um ano depois, parte para o norte da África na qualidade de capelão, regressa a Lisboa, fica em Portugal e volta ao cárcere de 1555 a 1557; daí em diante começam os tempos obscuros de sua vida.

A sua obra principal é a *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, que chamava “anotação”, publicada em 1536. É a primeira gramática da língua portuguesa, e o próprio F. de O. declara, no capítulo final da obra que a escreveu “sem ter outro exemplo antes de mim”. No entanto, como se sabe, João de Barros, em sua *Gramática* de 1540, ao exemplificar o uso do nome personativo sem artigo, formula este exemplo: “Joam de Barros foy o primeiro que pos a nossa linguagem em arte”. Tem-se entendido, para desfazer a contradição, que J. de B. compreendia *arte* no sentido de sistematização tradicional dos fatos da linguagem, pauta a que não obedeceu rigorosamente F. de O. O famoso lingüista romeno Eugenio Coseriu dedicou a essa gramática notável estudo (escrito em alemão, mas já traduzido para o português), no qual assim se expressa: “Ele é, depois de Nebrija, um dos gramáticos mais originais (em certo sentido o mais original) e, antes de Rhys e de G. Bartoli, o mais importante foneticista da Renascença na România. As suas idéias em Lexicologia e no que hoje se poderia chamar “Sociolingüística” são das mais notáveis, sua contribuição no campo de certas questões da lingüística descritiva, de grande lucidez”.

João de Barros (1496-1570) foi essencialmente historiador, mas estendeu a sua produção literária a outras áreas, como a ficção, na novela de cavalaria *Crônica do Imperador Clarimundo*, os escritos moralistas, a exemplo do *Diálogo da Viciosa Vergonha* e a gramatografia.

No âmbito da Filologia, a sua obra fundamental é a *Grammatica da Língua Portuguesa*, de 1540. Ao contrário de Fernão de Oliveira, Barros seguiu mais de perto o modelo de Nebrija, que era o do sistema tradicionalmente usado nas diferentes *artes* que, desde a Idade Média, se vinham publicando. João de Barros adotou um sistema ortográfico próprio, que mereceu excelente estudo do conhecido lusófilo francês, Paul Teyssier, inserto nos *Annali dell' Istituto Universitario Orientale*, de Nápoles, 1966.

A *Grammatica* é precedida de uma *Cartinha* (hoje diríamos *cartilha*), editada em 1539, como primeira parte do conjunto que é toda a *Grammatica*. Tinha por

fim levar aos meninos “o primeiro leite de sua criação”, acentua Maria Leonor Carvalho Buescu.

11. O século XVII representou, para falar com Foucault, uma viragem epistêmica na história do pensamento ocidental. Vindo da velha Grécia, não há senão como bipartir o nosso mundo cultural em dois blocos fundamentais: o do *paganismo* e o do *cristianismo*. Não são impermeáveis, pois o que no paganismo não era “essencialmente pagão” veio sendo decantado através dos tempos pelo filtro da consciência cristã. Há, portanto, que contar, e de forma relevante, no plasma de nossa civilização, com a herança greco-latina.

Se designarmos genericamente *Crítica Textual* o tipo de pesquisa que tem por meta a edição da obra escrita, e denominarmos englobadamente como “Crítica Filológica” o período em que se veio desenvolvendo até o séc. XVI, veremos que o processo se desdobrou cronologicamente em Antiguidade, Idade Média, Renascimento.

Começa a Antiguidade Clássica com os gregos, e os romanos os seguem sem maior originalidade. A preocupação é recolher os textos antigos, muitos deles ecoando na tradição oral, como os homéricos. Os papiros mais remotos datam do séc. IV a.C., e é com papiros e pergaminhos que os filólogos gregos têm de trabalhar. Como é fácil de supor, há muitas dúvidas quanto à redação do que devia ser o “mesmo texto”. Dai o afã de buscar novos testemunhos, compará-los, corrigi-los e até completá-los, valendo para isso os conhecimentos e o faro lingüístico-literário do editor. Prática idêntica efeturam os romanos, e a esse momento do período filológico da Crítica Textual é o que passamos a denominar simplesmente “clássico”.

Na Idade Média intensificou-se a procura de manuscritos; não propriamente para editá-los e sim para preservá-los e difundi-los em cópias. Essa a tarefa benemérita dos “copistas”, graças aos quais salvou-se a melhor parte do tesouro intelectual greco-latino. Instalam-se nos conventos os *scriptoria*, onde os monges exercitam pacientemente o seu labor diurno e mais freqüentemente noturno. “Aí se transcrevem e copiam”, diz Antônio Houaiss, “os melhores exemplares das obras da Antiguidade, bem como a dos Padres da Igreja” (1967: II, 73). A propósito do mosteiro de Monte Casino, realça Gaetano Righi que “São Bento instituiu como tarefa ascética e purificadora a penosa cópia dos códices antigos e não porque visse propriamente neles um valor cultural autônomo para a cultura cristã. A proverbial atividade dos monges beneditinos também neste ofício de copistas de códices passou a ser sinônima de paciência, diligência e exatidão” (1967: 79-80). Todavia convém não esquecer que a Idade Média nos legou uma obra basilar no domínio da Crítica Filológica: o texto da Bíblia mandado preparar pelo papa Dâmaso a S. Jerônimo (séc. IV), texto que se tornou conhecido como *Vulgata*, designação devida a Rogério Bacon.

12. A crítica humanista representou aparentemente um regresso, pois viria fazer “renascer” a Antiguidade greco-romana. É verdade, mas dentro de um outro espírito: o do humanismo *cristão* e não *pagão*. O espírito humanista do Renas-

cimento, porém, de natureza autonomamente antropocêntrica, é que iria caminhar no sentido de um novo ciclo cultural. E o percurso desse desdobramento já não é difícil de fazer. Começou com a Reforma de Lutero e o seu princípio do “livre exame”. O livro exame marca o momento em que o homem antepõe o seu verbo ao Verbum divino.

13. Mas essa sobreposição do juízo humano à palavra bíblica trazia em seu núcleo indissociável geminação: a razão elevada a lei suprema do saber. Não tardaria, pois, que a Razão – *a déesse Raison* – reivindicasse o seu direito de senhora absoluta da Verdade. O século seguinte, o XVII, verá isso: o triunfo do racionalismo. Surgirá então um novo *mito* (no sentido de força subjacente e modeladora da forma de uma cultura), o da Ciência como a única fonte possível do Saber. O impulso inicial surgiu no séc. XVI, com a descoberta de *Copérnico*, de que era a Terra que girava em torno do Sol e não o contrário, como antes se pensava (geocentrismo e não heliocentrismo). Eis a chamada “revolução copernicana”, de que nasceram alguns filhotes menos ilustres. Adormecida durante algum tempo, em virtude da confusão de alguns teólogos de prestígio, entre conhecimento leigo e conhecimento transcendental, a tese foi revigorada nas primeiras décadas do séc. XVII pelo físico e matemático Galileu Galilei, que confirmou, por meio de cálculos fundados na observação, o movimento da Terra. Isso, contudo, lhe valeu condenação pelo Vaticano (já anulada pelo papa João Paulo II, dado que ficou definitivamente comprovado estar a verdade do lado de Galileu) e o levou a inútil retratação. *Isaac Newton* (segunda metade do séc. XVII e princípios do XVIII) foi o grande teórico (ele que rejeitava hipóteses e se apegava unicamente aos fatos) do método indutivo como a forma legítima de aquisição do saber. Passou à história como o formulador da lei da gravitação universal. Os notáveis êxitos da física matemática na revelação do que parecia até então segredos da natureza levou a nova concepção do mundo, regido por leis imutáveis a que teremos infalivelmente de obedecer, se quisermos pô-las a nosso serviço. Portanto a Física não e mais a Metafísica é que irá ocupar o lugar de *scientia reatrix*.

14. Enfim *Descartes* chegou. Trouxe o complemento filosófico que faltava ao experimentalismo newtoniano. Seu ponto de partida é o *cogito*, o pensamento. Pensar o mundo é criar o mundo. O mundo é um mecanismo, extensão e movimento, verdadeira máquina cujo funcionamento resultaria de uma série de ações e reações. Extensão e movimento entregues à racionalização do cálculo matemático. Tudo se passa, portanto, ao nível da razão especulativa, o *homo cogitans*, que analisa e formaliza o mundo criado por Deus. A razão soberana, seguindo um método escalonado de encadeamentos lógicos, permitirá ao homem o conhecimento certo das coisas, observando a relação de causa a efeito: *cognitio certa per causas*. Prosseguia triunfante a revolução científica.

A nova cosmovisão não podia deixar de refletir-se no campo até então arado pelos filólogos. E um nome passou a ser representativo dessa metempsicose cul-

tural, por assim dizer, o do inglês *Richard Bentley* (1662-1742). A maioria dos seus escritos pertencem ao séc. XVIII., que apreciaremos juntamente com o XVII.

Bentley não criou um novo método que já se pudesse chamar “científico”. Mas respirava a atmosfera dos novos tempos, admirava Isaac Newton, de quem se fez amigo e cujos princípios aceitava, e aos livros sagrados antepunha “os grandiosos volumes da natureza visível e as tábuas perenes da reta razão”. De grande erudição e agudeza intelectual, usava de um estilo ríspido e contundente. Dedicou-se particularmente ao estudo dos textos gregos, mas a literatura latina não lhe foi alheia. A sua *Dissertação sobre as Epístolas de Fálaris* são de 1697; contudo foi a segunda edição, aumentada, de 1699 que lhe deu fama em toda a Europa. Nos últimos anos de vida foi que projetou dois trabalhos de fôlego: as edições de Homero e do *Novo Testamento*, as quais, infelizmente, não se efetivaram. Quanto ao *Novo Testamento*, Bentley já havia recolhido, durante mais de vinte anos, vários manuscritos; a sua intenção era substituir o *textus receptus* por uma “Carta Magna para toda a Igreja Cristã”. Como salienta Pfeiffer, ainda que não tivesse concretizado a edição, o projeto de Bentley se antecipou de um século à obra de Lachmann.

Bentley foi incansável pesquisador e farejador de manuscritos. Contudo não logrou criar um método objetivo para a Crítica Textual, o que foi o mérito de Lachmann. Ao contrário, fazia predominar a *divinatio na restitutio textus*. As seguintes palavras, extraídas das notas a um texto de Horácio, soam como uma profissão de fé, malgrado as restrições de Pfeiffer: “nobis et ratio et res ipsa centum codicibus potiores sunt”. Sublinhe-se que, em sua edição de Horácio, Bentley, aplicando o método conjectural (e aqui lembra o nosso Faria e Sousa ao editar a lírica de Camões), fez mais de seiscentas correções, quase todas infelizes.

15. O embate entre as duas cosmovisões deu-se principalmente nos solos da França e da Inglaterra. Na França revestiu-se da forma de uma *Querelle entre anciens et modernes* e, na Inglaterra, produziu a famosa *Battle of the Books* para falar como Swift. Na terra gaulesa, arregimentaram-se, ao lado dos modernos, Desmarests, Fontenelle e principalmente Perrault; no lado oposto, acima de todos Boileau, que, afinal, veio a reconciliar-se com Perrault. Nas ilhas britânicas, Sir William Temple tomou a dianteira com um pequeno livro escrito em 1690, *An essay upon the ancient and modern learning*, onde advogou o primado do Classicismo. Não tardou que, pouco depois, surgisse um contendor brilhante, William Wotto, em suas *Reflections upon ancient and modern learning*, 1694. O tempo porém iria pender para o lado dos modernos, dentre os quais sem dúvida Richard Bentley, apesar de seu amor declarado aos clássicos. Highet a ele se refere como “a mais alta cultura não só em Cambridge mas em toda a Inglaterra, e não apenas na Inglaterra mas no mundo inteiro” (1959: 283). Afirmação que, obviamente, devemos limitar à sua época.

16. Novo período se abre no século XIX, com a Crítica Textual considerada “científica” e que poderemos qualificar como *Crítica Lingüística*, em oposição ao período anterior dito por nós *filológico*. O nome de Bentley representa

a transição. Neste século, Cerquigliani vê três momentos (chama-os “períodos”): o primeiro vai de 1830 a 1860, o segundo, de 1860 a 1913 e o terceiro, dominado pela figura de Joseph Bédier, de 1864 a 1938. No primeiro período, Cerquigliani pretende resgatar a contribuição que julga ter sido injustamente marginalizada, de uma “geração de sábios”, mas reconhece que não puderam ir além de “edições empíricas”. Valeriam, contudo, como “pioneiros”, e, em seus trabalhos, as suas intervenções são cautelosas e apreciáveis, corrigem pontos de linguagem onde o texto se mostra incompreensível, quase não calafetam um manuscrito, em caso de divergência entre as fontes ou selecionam um manuscrito preferido, pondo em notas as variantes, ou apresentam as diferentes versões. A conclusão de Cerquigliani é a de que: “De ces travaux estimables, plus d’un peut toujours être utilisé.”

17. O segundo período Cerquigliani preenche-o com a figura do filólogo e linguista *Karl Lachmann* (1793-1851). É o grande momento da Filologia e da Lingüística alemãs. Cerquigliani viu a Lachmann como “figura mítica”, “professor político e mundano”, “sábio prussiano”.

A primeira metade da passada centúria assiste ao surgimento do método histórico-comparativo, fundamento da Lingüística Histórica. Em 1876, Sir William Jones lê perante a Royal Asiatic Society, de Calcutá, uma comunicação em que demonstra o parentesco do sânscrito, língua da Índia, com o grego, o latim e o germânico. Na mesma linha de pesquisa, em 1808, Frederico von Schlegel publica *Über die Sprache und die Weisheit der Indier* e teve como continuador a seu irmão Guilherme, professor de sânscrito em Bonn. Mas cabe ao Alemão Franz Bopp (1791-1861) a glória de ter passado à história como o fundador do método histórico-comparativo, com a sua obra (vai o título em português) *Sobre Sistema de Conjugação do Sânscrito em Comparação com o do Grego, Latim, Persa e Germânico* (1816). Na verdade o dinamarquês Rasmus Rask havia redigido anteriormente para um concurso aberto pela Academia Dinamarquesa um trabalho sobre *A origem da língua nórdica ou islandesa* (1811); mas o trabalho só veio a lume, e em dinamarquês, em 1818, portanto dois anos depois do de Bopp. Para determinar a origem do islandês, Rask empreendeu um estudo mais amplo, que o levou a comparar o germânico, o eslavo, o báltico, o grego, o latim, o armênio, apontando-lhes as afinidades. Mas, como se vê, Rask não incluiu o sânscrito na comparação e, além disso, excluiu o céltico.

O método foi acertadamente designado como histórico-comparativo. Histórico, porque investiga as línguas através dos tempos, e comparativo, porque as compara para descobrir-lhes o possível “parentesco”, isto é, o serem descendentes de um tronco comum, constituindo-se assim numa “família lingüística”. As línguas foram então classificadas genealógicamente, ou seja, em função de uma língua primitiva, normalmente desaparecida nos tempos. Uma língua como o latim, historicamente conhecida, que está na origem de várias outras línguas, da maior presença cultural, como o português, o espanhol, o francês ou o italiano, na qualidade de “língua-mãe”, é fato raríssimo na História. Daí o lugar privilegiado que ocupa a Lingüística Românica, no campo da Lingüística Histórica. Mas, como se depreende

do que acima se disse, a meta científica dessa forma de Lingüística era a reconstrução, através principalmente do recurso às chamadas “leis fonéticas”, que o próprio método conseguira formular, dessa língua comum primitiva, dita *Ursprache*. Ora, foi exatamente esse o caminho que visava percorrer o método *lachmanniano*: por meio da comparação dos manuscritos de uma mesma obra, alcançar o original perdido (o que se dá com textos medievais e clássicos). Cerquiglioni é muito claro a esse respeito:

Fica-se impressionado com a unidade epistemológica desses anos; enquanto os lingüistas classificavam e forma afinal acertada as línguas indo-europeias e se atribuíam a tarefa de reconstruir, a exemplo dos paleontólogos, a *Ursprache* primordial e perfeita, os filólogos adotavam um método racional de classificação dos manuscritos que favorecia a reconstrução do *Urtext* arquetipo. (1989: 75)

Lachmann, que respirava o clima positivista da época, sonhava com um método puramente objetivo, que pudesse ser aplicado quase que mecanicamente para atingir a sua finalidade: a produção do arquetipo. A esse respeito são pertinentes estas palavras de Alberto Blecua:

Até o séc. XVIII, os humanistas praticavam basicamente a *emendatio*, quer dizer, a correção do *textus receptus* ou da *editio vulgata* sem estabelecer uma *recensio* – análise das variantes de todos os testemunhos e da filiação destes – de tipo exaustivo. Limitam-se a realizar uma *selectio* de lições e corrigem bem com ajuda de outros testemunhos (*emendatio ope codicum*), bem por conjetura (*emendatio ope ingenii, ex coniectura, divinatio*). Praticam, pois, mais uma simples *recognitio* dos códices que uma *recensio* completa. A grande novidade na filologia do séc. XIX – ... – é a fundação científica da *recensio*. (1988: 31)

E’ também a lição do Prof. Segismundo Spina:

Em suma, o grande mérito do método lachmanniano constituiu, não só na refutação dos hábitos editoriais anteriores, na sistematização das normas fundamentais da crítica textual, mas sobretudo na distinção metódica entre os procedimentos da *recensio* e os da *emendatio*. (1994: 73-74)

E, para terminar estas pertinentes considerações sobre Lachmann de Armando Balduino:

... Em 1831, com a edição do Novo Testamento, leva Lachmann finalmente a uma primeira realização o antigo projeto de Bentley e nesta altura pode-se ter como definitivamente fixados os critérios metodológicos que ulteriores confirmações e esclarecimentos encontrarão na edição moderna lucreciana (1850), que é

havida, não de todo com razão, a sua obra-prima: mérito principal o de ter não só sepultado o fetichismo culto da vulgata e anteposto a *recensio à emendatio*, mas também de haver definido – ainda que ... com a excessiva confiança e mecanicidade demasiadamanete rígida – critérios não subjetivos para a seleção das variantes e a reconstrução do arquétipo. (op. cit.: 21)

18. A figura maior do terceiro período é a de *Joseph Bédier*. Bédier não pode ser tido a rigor como um antilachmanniano, melhor será considerá-lo como um revisor da posição do colega germânico. As suas idéias revisoras da metodologia lachmanniana se encontram em longo artigo publicado em *Romania*, 54, 1928, sob o título “La tradition manuscrite du *Lai de L’Ombre*; réflexions sur l’art d’éditer les anciens textes”.

Bédier se contrapõe ao que julga o mecanicismo do método lachmanniano. Em 1890 publicara uma edição crítica da *Lai de l’Ombre* (poema de pouco menos de mil versos, composto na primeira metade do séc. XII), seguindo a metodologia lachmanniana introduzida na França por Gastão Paris. Acompanhando o binarismo conatural ao método de Lachmann, chegava Bédier a um *stemma codicum* bifido. Todavia, em artigo vindo a lume em *Romania*, 19, 1890, G. Paris, aplicando o mesmo método de seu antigo discípulo à *collatio codicum*, passou a um *stemma* tripartido. Retomando posteriormente o assunto, concluiu Bédier ser o binarismo uma imposição do lachmannismo, em conseqüência da técnica da distribuição em ramos na busca do texto único final, o arquétipo. Esse arquétipo, mecanicamente reconstruído, não passaria de um ente fantasmagórico, jamais existente. Conviria, pois, tomar uma atitude mais realista, trabalhar com os manuscritos de fato existentes e selecionar o melhor – *codex optimus* – como base para a edição crítica. Posição “humanista” e não positivista, sem dúvida, porém sem regredir ao subjetivismo ecdótico dos séculos anteriores, porque arrimado numa técnica que a Filologia científica do séc. XIX vinha desenvolvendo. “Nessa teoria”, comenta Cerquigliani, “o mais novo sem dúvida, e o mais importante para nós, é o propósito de abrir aos escribas o mais largo crédito. Bédier dedica uma atenção positiva aos dados da Filologia, a esses manuscritos que o olhar do editor atravessava e que importa considerar” (op.cit.: 99).

19. Não se pense, contudo, que o lachmannismo desapareceu. Continua vivo sob forma de neolachmannismo, especialmente entre os filólogos italianos. A tendência é procurar praticá-lo com outro espírito, que não o do mecanicismo oitocentista. O texto original ou aquele que dele mais se aproximar (particularmente quando se trata de manuscritos medievais) não há de ser visto como algo de abstrato, matematicamente reconstruído. Pois diz Tavani:

... para ler corretamente um texto – ... –, para interpretá-lo bem, para dele tirar a essência de sua contribuição ao saber e introduzir essa contribuição no circuito da cultura universal, cumpre restabelecê-lo por um lado em sua forma ar-

quetípica e, por outro, em seu contexto histórico (individual, social, político, filosófico, religioso, estético-cultural: e cronológico também. (1988: 35)

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de (1987) *Iniciação em Crítica Textual*, São Paulo, Presença / EDUSP.
- BALDUINO, Armando (1992). *Manuale di Filologia Italiana*², Florença, Sansoni.
- BARROS, João de (1971). *Gramática da Língua Portuguesa*, reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- BLECUA, Alberto (1987). *Manual de Crítica Textual*, Madrid, Editorial Castalia.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1975). *Gramática da Linguagem Portuguesa de Fernão de Oliveira*, introdução, leitura atualizada e notas por —, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- CERQUIGLINI, Bernard (1989). *Éloge de la Variante*. Histoire critique de la philologie, Paris, Du Seuil.
- GUDEMAN, Alfred (1940). *Historia de la Antigua Literatura Latino-cristiana*², Barcelona, Labor.
- HIGHET, Gilbert (1959). *The Classical Tradition*⁴. Greek and Roman influences on Western Literature, Oxford University Press.
- HIGOUNET, Charles (1964). *L'Écriture*, Paris, PUF.
- HOUAISS, Antônio (1967). *Elementos de Bibliologia II*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.
- KROLL, Wilhelm (1941). *Historia de la Filología Clásica*², Barcelona, Labor.
- MAAS, Paul (1958). *Textual Criticism*, Oxford, Claredon Press. Tradução de orig. al. de 1927, 1ª ed.
- MEILLET, Antoine (1918). *Les Langues dans l'Europe Nouvelle*, Paris, Payot.
- NEBRIJA, A. de (1980). *Gramática de la Lengua Catellana*, edição preparada por Antonio Quilis, Madrid, Editora Nacional.
- PFEIFFER, Rudolf (1981). *Historia de la Filología Clásica I*, desde os começos até o final da época helenística; II, de 1300 a 1850, Madrid, Gredos. Trad. de orig. ingl. I 1968; II 1976.
- QUENTIN, Dom Henri (1926). *Essais de Critique Textuelle*, Paris, Auguste Picard.
- RAMALHO, Américo Costa (1969). *Estudos sobre a Época do Renascimento*, Coimbra, Instituto de Alta Cultura.

- (1980). *Estudos sobre o Século XVI*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian.
- RESENDE, Mestre André de (s. d., mas provavelmente 1947). *A Santa Vida e Religiosa Conversação de Frei Pedro*, ed. facsimilada, transcrição, introdução e notas de Serafim da Silva Neto, Rio de Janeiro, Dois Mundos.
- REYNOLDS, Leighton D. & WILSON, Nigel D. (1986). *Copistas y Filólogos*, Madrid, Gredos. Trad. de orig. ingl. da 2ª ed. 1974, revista, aumentada e atualizada.
- RIGHI, Gaetano (1967). *Historia de la Filología Clásica*, Barcelona, Labor. Trad. de orig. it.
- SILVA, Maximiano de Carvalho e (1994). “Crítica Textual. Conceito, Objeto, Finalidade”. *Confluência*, revista do Instituto de Língua Portuguesa, do Liceu Literário Português, n° 7, 1º semestre de 1994, p. 57-63.
- SPINA, Segismundo (1994). *Introdução à Crítica Textual²*, São Paulo, Ars Poetica / EDUSP.
- TAVANI, Giuseppe (1988). “Teoría y metodología de la edición crítica”, *Litterature Latino-Américaine et Caraïbes du XXº Siècle, Théorie et Pratique de l’Édition*, a cura di Amos Segala, p. 35-51, Université de Paris, Bulzoni.

TRANSCRIÇÃO

Mas, e os novíssimos, atual geração? É inegável que há romancistas e ensaístas de valor. Procura-se reagir contra os modelos e recriar a arte, o que é excelente sintoma. Auspiciosamente, os novos abandonam o feiticismo dos clássicos, o colete de ferro da imitação, e anseiam por novas formas e novos processos emotivos.

Deve, apenas, lamentar-se que lavre certa confusão no tocante ao conceito de correção da língua. Alguns autores pensarão que tudo o que o povo diz está certo, e que o podem transpor para a sua língua escrita.

Ora, correção é acatamento social, prestígio social. Corretas são, justamente, as maneiras usadas pelo grupo dirigente da vida cultural e boas são, sem dúvida, as formas empregadas pelas pessoas de educação fina.

Eles ressentem-se da atual deficiência no ensino da língua portuguesa. São, em verdade, pobres vítimas dos métodos defeituosos com que se divulga a linguagem adquirida.

Dá-se um fenômeno curiosíssimo: as pessoas que falam corretamente o francês e o inglês mas que pouco sabem a língua materna, cujo emprego, nas suas mãos inexperatas, é, por assim dizer, trivial.

Ao lado dessa falha cultural, aditam alguns uma preocupação artificial de fotografar a língua falada e transpor para a língua escrita alguns giros de linguagem popular.

Não percebem que estão perpetrando uma clamorosa inversão de valores. E, no torvo desespero que lhes dá a consciência do pouco preparo do português, enveredam pela senda fácil e enganadora da “língua brasileira.”

Língua brasileira é, assim, desculpa de insuficiência e bandeira de cômodo nacionalismo. Ela torna-se, em verdade, o “surrão amplo, onde cabem à larga, desde que (a) inventaram para sossego dos que não sabem a sua língua todas as escórias da preguiça, de ignorância e do mau gosto americano daquilo que o grande escritor lusitano tratara por um nome angolês. Lá encontrará o ouvido vernáculo todos os estigmas dessa degeneração, em estado coliquativo, do idioma em que escreveram no Brasil Gonçalves Dias, Francisco Lisboa e Machado de Assis.”¹

Há brasileirismos e brasileirismos. Há-os respeitáveis que, pouco a pouco se vão infiltrando na própria língua literária, como produtos refinados, e há-os relegados à plebe das cidades e aos tabaréus do interior.

Estes últimos, na língua escrita só podem figurar na boca de personagens rudes ou regionais, e nunca os deve o escritor alçar à expressão do próprio pensamento. Fazê-lo seria uma lastimável inversão de papéis, já que a linguagem des-

polida e bronca se colocaria acima da língua comum, resultado superior e superfino dos esforços de várias gerações de artistas.

Quero reforçar estas magras considerações com a palavra do grande filólogo venezuelano Rufino José Cuervo, que escreveu, com meridiana clareza:

“Necesario es distinguir entre el uso, que hace ley, y el abuso, que debe extirparse. Son notas del primero el ser respetable, general y actual. Nadie revoca a duda que en materia de lenguaje jamás puede el vulgo disputar la preeminencia a las personas cultas; pero también es cierto que a la esfera de las ultimas puede trascender algo del primero, en circunstancias y lugares especiales. Así, el aislamiento de los demás pueblos hermanos, origen del olvido de muchos vocablos puros y del consiguiente desnivel del idioma, el roce con gente zafia, como, por ejemplo, el de los niños con los criados, y los trastornos y dislocaciones de las capas sociales por los solevantamientos revolucionarios, que encumbran aun hasta los primeros puestos a los ignorantes inciviles, pueden aplebeyar el lenguaje generalizando giros antigramaticales y términos bajos.”²

Bem ao contrário do que parecem crer os ingênuos inimigos da “língua dos doutores”, nós já temos, no Brasil, uma brilhante tradição de português culto.

Apesar da pobreza econômica dos primeiros grupos de habitantes, e da míngua do ambiente cultural, os membros do governo e da administração procuraram fazer o possível pelo progresso intelectual da Colônia.

Se não tivemos, desde logo, uma tipografia, como se fez em Macau, em Goa e no Japão, onde os Portugueses se defrontaram com antigas civilizações, o certo é que foi muito fecundo, entre nós, o ensino jesuítico. Ainda no século XVI dessas escolas saíram Bento Teixeira Pinto, autor da *Prosopopéia*, frei Vicente do Salvador, que escreveu a nossa primeira história, Jerônimo Albuquerque Maranhão. No século seguinte é deles que sai a grande luz do Padre Antônio Vieira, sem contar Eusébio e Gregório de Matos. Ainda no século XVIII, às portas da decadência e do fim, elas ainda entregam à terra brasileira os grandes espíritos de Santa Rita Durão, Basílio de Gama e Alvarenga Peixoto.

No primeiro quartel do século XVIII já um autor, entre outras loas à boa linguagem falada na Colônia, podia dizer que o Brasil era a academia onde se aprendia o bom falar ...³

De certo que a língua literária deve estar intimamente ligada à fala corrente contemporânea, mas à linguagem familiar, “santuário del idioma”, e não às expressões plebéias.

É sobre essa matéria prima que os ourives da Poesia e os escultores da Prosa hão de trabalhar. A língua literária deve ter feição nacional, refletir algo da sensibilidade brasileira.

Isso, porém, só se pode conseguir com o sólido instrumento que é a língua comum e não com as muletas da linguagem popular ou das falas regionais.

Se estamos, enfim, livres do purismo de Calisto Elói e dos galicismos de Laudelino, descambamos às vezes para excessos condenáveis.

Há, no Brasil, na boca de pessoas semi-instruídas, solecismos, más traduções do francês, mazelas idiomáticas? Sem nenhuma dúvida.

Mas também as há em Portugal, e não poucas, como se vê, pelo vigor que põem no combatê-las os esforçados vernaculistas d' além-mar.

A nossa tarefa, cá e lá, consiste em elevar o nível lingüístico, divulgando, incessante e sensatamente, as boas formas, e alijando aquelas inovações incompatíveis com o gênio da língua.

O essencial é que os professores – sal da terra filológica – não esmoreçam no bom combate. Não no combate cego e desatinado, preso à servil imitação de antanho, surdo às realidades da evolução – mas no combate bem orientado, que leva em conta os fatos da língua e não esquece a distinção entre a língua escrita, que é escolha e disciplina, e as línguas faladas, livres ao sabor das paixões.

Agora, portanto, já estamos em tempo de reformar o ensino, apresentando aos estudantes não as opiniões dos gramáticos, mas sim os fatos da língua.

Estes não de ser julgados e interpretados com raciocínio filológico e não sob o deformante prisma da gramatiquice.

E' necessário acatar e prestigiar os brasileirismos respeitáveis – e deixar estar em seu ambiente próprio os fenômenos das linguagens vulgar, ou regional.

Nunca, porém, subverter os valores.

E' necessário e imperioso elevar o nível lingüístico, estabelecendo uma norma culta brasileira, índice da sociedade mais educada. Assim poderemos criar um ideal de língua literária, capaz de proporcionar prosadores e poetas do mais alto quilate.

Para consegui-lo devemos principalmente desenvolver e aprimorar:

a) o ensino primário e secundário. Sobretudo ao último é preciso dedicar-se carinhosa atenção. O ensino há de fazer-se objetivamente: o mínimo de sanções e o máximo de fatos da língua.

Será preciso ensinar aos jovens a nossa opulenta fraseologia e desenvolver-lhes o vocabulário. Conseguindo-o, teremos evitado que a língua portuguesa se trivialize, empobrecendo-se na América.

b) a imprensa, cujo efeito disseminador da língua comum é enorme e aumenta de dia para dia, há de policiar-se. Creio que se criará, breve, a Escola de Jornalismo ...

c) o rádio, poderoso agente de cultura, deixará de ser lança bigúmea e, mediante locutores instruídos, acompanhados de bons programas, cumprirá o seu grande papel de educador das massas.

d) o esforço editorial, que já tem crescido consideravelmente, progredirá ainda mais, não só na quantidade, mas principalmente na qualidade ... Esse é ponto capital, pois as edições (sobre tudo as traduções!) em geral deixam muito a desejar...

e) o cinema e o teatro, devidamente orientados, representarão lugar de relevo na manutenção da norma literária. Deve considerar-se que lhes cabe uma grande tarefa educativa.

f) finalmente não pode esquecer-se a Academia, poderosa força de cultura e de nivelção.

A ela compete, não só manter o gosto literário, como opor um dique a toda e qualquer corrupção da língua. Compete-lhe estar sempre de sobreaviso, sentinela contra o abastardamento da literatura e da linguagem.

NOTAS

- 1- *Réplica* nº 22. Passos igualmente expressivos ler-se-ão em os números 423 e 425.
- 2- *Apuntaciones Críticas sobre el Lenguaje Bogotano*, 3ª ed. 1881, pg. XV.
- 3- Vj. os meus *Capítulos de História da Língua Portuguesa no Brasil*, 1946.

ADVERTÊNCIA

O texto supra é fragmento do “Prefácio da Edição Brasileira” do livro *Futuro da Língua Portuguesa no Brasil*, do Prof. Agostinho de Campos, de Portugal, Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 1948, págs. 18-22. Escrito há cinquenta anos, o texto contém marcas do seu tempo, mas – e isso é o que importa – não só as supera no conjunto, mas também recobra plena atualidade. Com efeito, Serafim Neto distingue claramente, na dialectologia vertical, os níveis socioletais, em particular o familiar do vulgar; e, no plano horizontal, sabe como extremar o regional do comum. O que neste excerto se defende é a legitimidade da função social do padrão culto; “pessoas há”, salienta, “que falam corretamente o francês e o inglês mas que pouco sabem a língua materna”. E que continuarão a não sabê-la, acrescentamos, e até a desconheçê-la cada vez mais, se persistirem os métodos ideológicos de a condenarem como forma de opressão da classe dominante. A língua culta não é uma forma de opressão, como superficialmente se vem apregoando, e sim uma forma de libertação.

Muito se deblatera, e com razão, contra a má distribuição da renda nacional. Não se vê, no entanto, que existe também uma renda cultural que compete à Escola distribuir. Há que lutar, sem dúvida, contra a miséria econômica, mas também, e *pari passu*, contra a miséria cultural. Essa a missão da Escola. Nessa perspectiva é que se coloca a contribuição científica de Serafim Silva Neto. As suas lições continuam, por isso mesmo, vivas e indispensáveis às novas gerações que se estão formando no campo das Letras. A leitura integral do presente “Prefácio” seria excelente introdução ao conhecimento do pensamento filológico e lingüístico de Serafim Silva Neto.

Silvio Elia

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

ACTAS DO CONGRESSO INTERNACIONAL COMEMORATIVO DO IV CENTENÁRIO DA MORTE DE D. FREI BARTOLOMEU DOS MÁRTIRES, Fátima, Movimento Bartoloeano, 1994.

O Congresso realizou-se de 15 a 20 de abril de 1991, sucessivamente nas cidades de Braga, Guimarães e Viana do Castelo. Presidiu a sessão solene de abertura o Senhor Arcebispo Primaz de Portugal, tendo proferido a conferência de abertura o Prof. Dr. Aníbal Pinto de Castro, catedrático da Universidade de Coimbra, que dissertou sobre o tema “A personalidade de D. Frei Bartolomeu dos Mártires”. Muitos outros conferencistas se fizeram ouvir, tendo sido o temário do Congresso dividido nas seguintes partes: O Contexto Cultural e Religioso Tridentino, O Arcebispo e o Concílio de Trento, O Arcebispo de Braga no tempo de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, D. Frei Bartolomeu dos Mártires Reformador Conciliar, Atualidade de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, Biografias, Iconografias. Processo de Canonização. Na sessão de encerramento falou D. Armínio Lopes Coelho, Bispo de Viana do Castelo.

*

Revista da ANPOLL, 1, Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística.

Este número inaugural foi lançado durante a realização do X Encontro Nacional da ANPOLL, decorrido em João Pessoa, PB, no período de 4 a 8 de junho do ano em curso. Trata-se de uma espécie de prestação de contas dos trabalhos que os diferentes GT vêm produzindo desde a fundação da ANPOLL, em 1984. Colaboraram no presente número: Sônia van Dijck, atual Presidente da ANPOLL, UFPB, “Uma Revista para Letras e Linguística”; Carlos Mioto, UFSC, “O GT da Teoria da Gramática”; Constância Lima Duarte, UFRN, “GT: A Mulher na Literatura: história e perspectiva; Diléa Zanotto Manfio, UNESP-ASSIS, “GT de Crítica Genética: histórico”; Doralice X. Alcoforado, UFPB, “Literatura Oral e Popular”; Eloá di Pierro Heise, USP, “GT de Literatura Estrangeira”; Freda Indursky, UFRGS, “GT de Análise do Discurso: sete anos de atividades”; Luiz Antônio Marcuschi, UFPE, “GT: Linguística de Texto e Análise da Conversação”; Luiz Roberto Velloso Cairo, UNESP-ASSIS, “GT de Literatura Comparada: memória dispersa”; Maria Aparecida Barbosa, USP, “O Grupo de Trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL: formação e desenvolvimento”; Maria da Graça Cretton, UFRJ, “A história do Grupo de Trabalho *Teoria do Texto Poético*”. Maria Paula Frota, PUC-RJ, Márcia do Amaral Peixoto Martins, PUC-RJ, Cristina Carneiro Rodrigues, UNESP-RIO PRETO, “Um breve histórico do GT de

Tradução e sua importância para o desenvolvimento da área em nosso país”; Paulino Vandresen, UFSC, “ANPOLL - um pouco de sua história”; Regina Célia Pagliuchi da Silveira, PUC-SP, “GT de Fonética e Fonologia da ANPOLL: um breve histórico”; Regina Zilbermann e Maria Eunice Moreira, PUC-RS, “GT História da Literatura”; Roxane Helena Rodrigues Rojo, LAEL/PUC-SP, “Pesquisas em Lingüística Aplicada em Língua Materna”; Sílvia Figueiredo Brandão, UFRJ, “GT de Sociolingüística”; Zélia de Almeida Cardoso, USP, “GT Latim e Grego na Universidade Brasileira”.

À ANPOLL, parabéns pelo novo rebento, ao qual desejamos vida longa e brilhante.

*

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Índice do Vocabulário do Português Medieval*, 3:D, Fundação da Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 1994.

Prossegue o Prof. A. G. Cunha em seu benemérito ofício de dotar a Filologia Luso-Brasileira de um instrumento de trabalho que tanta falta lhe faz, ou seja, um vocabulário do léxico medieval português. Para o período clássico já nos dera o *Índice Analítico do Vocabulário dos Lustadas*, MEC/INL, 1966, de excepcional utilidade para os lusófilos disseminados por este mundo de Deus. Este novo *Índice* é um trabalho de equipe, cujos nomes constituintes estão arrolados em página introdutória do trabalho, sob sua segura direção. A estrutura dos verbetes se deixa ver claramente no seguinte exemplo: “DALGUÉM contr. da prep. *de* com o pron. *alguém*. *dalguẽ* sXIII FUER IV 526. *dalguen* sXIII CJB 828.”. FUER e CJB são siglas das obras de onde foram extraídos os vocábulos, as quais se encontram explicitadas no segundo volume e agora aqui reproduzidas, corrigidas e ampliadas, juntamente com abreviaturas e sinais convencionais.

Da importância do trabalho é desnecessário insistir. O que desejamos é que a Fundação Casa de Rui Barbosa, o nosso Instituto de Alta Cultura, continue a dar todo o apoio e estímulo indispensável ao professor Antônio Geraldo da Cunha, para que possa prosseguir, com a sua conhecida capacidade e competência, numa obra que tanto honra a cultura brasileira, hoje quase restrita a atividades de arte popular.

*

VIANA, Chico. *O Evangelho da Podridão*, João Pessoa, Editora Universidade da UFPB, 1994.

O livro traz o subtítulo “culpa e melancolia em Augusto dos Anjos”. Surgiu como tese de doutoramento orientada pela Prof^a Helena Parente Cunha e apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo logrado aprovação por unanimidade. O texto sai com ligeiras alterações, mais no tocante à forma que ao fundo, que permaneceu inalterado. Há uma Apresentação de Antônio Carlos Vilaça e um Prefácio de Antônio Carlos Secchin. O volume de que o A. se utilizou foi o da 30ª edição de *Eu e outras Poesias*, com o estabelecimento do texto por Antônio Houaiss. Quanto à interpretação da obra poética, envereda o A. pelas trilhas da Psicanálise, embora advirta que não pretende fazer “uma leitura psicanalítica de

Augusto dos Anjos”. No entanto, dos 93 títulos arrolados em sua Bibliografia, 20 pertencem a Freud, 4 ao psicanalista brasileiro Garcia Rosa, 1 a Jung, 1 a Lacan. Cita-se ainda uma tradução de trabalho de Paul Ricoeur, *Da Interpretação*, com o subtítulo “ensaio sobre Freud”. Deve tratar-se de parte de um livro de Ricoeur, *Le Conflit des Interprétations*, em que a Hermenêutica é posta sucessivamente em confronto com o Estruturalismo, a Psicanálise e a Fenomenologia. Neste caso, o subtítulo “ensaio sobre Freud” é enganoso. Convém ainda corrigir *et alii* (p. 179) para *et alii*, principalmente porque se trata de erro que, por infelicidade, se está espalhando.

Augusto dos Anjos era paraiano, formou-se em Direito e deixou-nos um só livro, *Eu e outras Poesias*, 1912, que vem fascinando milhares de leitores pela morbidez do tema e linguagem povoada de termos técnicos, virulentamente “antipoéticos”. Cfr. o título do presente livro.

Este trabalho texto, diz-nos A. C. Secchin, “se tornará referência obrigatória para os leitores e exegetas da poesia de Augusto”.

S.E.

*

GLOTTA, revista de estudos lingüísticos, nº 15, 1993, publicação da Universidade Estadual Paulista, Campus de São José do Rio Preto.

Este é o mais recente número número de *Glotta*, o que revela as dificuldades quase intransponíveis com que lutam publicações do gênero. Resultado da concepção vesga de cultura, que se vai implantando em nosso meio, que identifica *cultura* pura e simplesmente com *cultura popular*, empurrando para a margem, por “elitista”, a cultura ppte. dita. Consta o presente número dos seguintes artigos: *As relações entre língua e religião*, por José Guimarães Mello; *Discurso alegórico nos Mastins: poder e decadência*, por Carmen Lúcia Zambon Firmino; *Tipologia da ambigüidade no texto publicitário*, por Cláudia Fernandes Conter, Elaine Cristina Pereira e Maria Luiza S. Teixeira; *Uma novela exemplar*, por Valdemar Munhoz Rodrigues, e *Dicionário de neologismos do português*, por Ermínio Rodrigues.

O artigo do Prof. Guimarães Mello tem título mais abrangente do que a matéria nele contida. De fato o A. limita-se a tecer considerações de ordem geral sobre a influência do latim cristão nas línguas do Ocidente e, nas últimas linhas, arroja alguns exemplos tirados à língua portuguesa. Aflora, sem dúvida, questões da mais alta importância (a cosmovisão cristã, p. ex., em face da cosmovisão pagã), mas a natureza do trabalho não lhe permite o necessário tratamento. Convém ainda cuidado maior na revisão. Na bibliografia, p. ex., ora aparece *Morhman* ora *Mohrmann* (correto); ora *Josepf* ora *Joseph* (correto), as *Confissões*, de Sto. Agostinho, aparecem em francês como *Confissions*.

O *Dicionário de neologismos*, do Prof. Ermínio Rodrigues, é meritório, mas padece da extensão própria do significado de “contemporâneo”, que o leva, p. ex., a incluir *antiqüíssimo* na lista dos neologismos pesquisados, embora *antiqüíssimo*

deva ser mais antigo. O Dicionário continua na letra A e, neste número, só figuram verbetes com o prefixo *anti*.

*

ALFA, revista de Lingüística, v. 37, São Paulo, Universidade Estadual de Paulista/UNESP, 1993.

São os seguintes os artigos do presente volume: Rogério Chociay: *Uma estratégia para o ensino da ordem dos elementos na frase*; Maria do Rosário Valencise Gregolin: *Lingüística textual e ensino de língua: construindo a textualidade*; Sebastião Expedito Ignácio: *Por exemplo, o ensino da análise sintática*; Lourenço Chacon Jurado Filho: *Tradição narrativa e ação cotidiana na explicitação de atos de fala em narrativas escolares*; Ângela B. Kleiman: *Diálogos truncados e papéis trocados: o estudo da interação no ensino da língua materna*; Antonieta Laface: *Perífrases lexicais: fonte produtiva para definições e designações*; Olympio Correa de Mendonça: *A exclusão da didática na alfabetização: um equívoco de aplicação da psicogênese da língua escrita*; Maria Helena de Moura Neves: *Reflexões sobre o estudo da gramática nas escolas de 1º e 2º graus*.

Sob. a rubrica *Tema livre*, enumeram-se os seguintes artigos: Roberto Gomes Camacho: *Aspectos funcionais da concordância verbal no português falado*; Mary Francisca do Careno: *Processos formais de produção da negativa em discurso oral*; Sandra Aparecida Ferreira: *Quem conta um conto entrelaça os pontos: elementos de coesão textual em um conto de Machado de Assis*; Carlos Alexandre V. Gonçalves: *Falara-se mais-que-perfeito: estudo presente do tempo pretérito*; Wilma Patrícia Marzari Dinardo Maas: *As formas hesitantes: a alomorfia na formação do plural dos substantivos em alemão*; Erotilde Goreti Pezatti: *A ordem das palavras e o caráter nominativo/ergativo do português falado*; Cristina Carneiro Rodrigues: *Linguística Aplicada e tradução: algumas relações*; Giampaolo Salvi: *Ordine delle parole e struttura della frase nelle lingue romanze antiche*. Como Documento, apresenta-se *Sobre o estilo e modo de falar e escrever*, de Pedro Caruso. Seguem-se os índices de assuntos e de autores.

*

LETRAS, revista do Instituto de Letras da Pontifícia Universidade Católica de Campinas vol. 13, nºs 1 e 2, dezembro de 1994.

São os seguintes os artigos do presente volume: Maria Inês Ghilardi: *A informatividade no discurso jornalístico*; André Camlong: *L'incipit dans le conte*; Astrid Nilsson Sgabieri: *Língua Inglesa e Poder*, Tânia Pelegrini: *A narrativa brasileira contemporânea: emergência do pós-modernismo*; Eunice R. Henrique: *Language Acquisition. Learning and teaching*; José Lemos Monteiro: *O problema editorial da última intenção do autor*; Ashley Pereira: *A brief survey of the major pronunciation problems by brazilian students*; Maria de Fátima Silva Amarante: *O aspecto interpessoal e o aspecto pedagógico na fala do professor em entrevistas orais utilizadas para fins da avaliação formal*; Maria Auxiliadora Bezerra: *O uso de tu/você em interações infantis*; Pedro Fonseca: *O cancionero de Fernando Pessoa e a poética*

do conhecimento; Dulce Adélia Adorno M. de Toledo: *A narrativa nos critérios de correção do vestibular*; Cleonice Furtado de Mendonça van Raij: *Fedra-me táforas textuais: abismo, fogo, monstro*. Maria Marcelita Pereira Alves: “O estranho Evangelho: uma leitura crítica”.

*

CADERNOS DE LETRAS DA UFF, nº 8, v. I e II, A mulher na literatura, Niterói, Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, 1993. Colaboraram: Lídia Santos, Vera Lúcia Soares, Vera Lúcia dos Reis, Eurídice Figueiredo, Bernadette Velloso Porto, Nélia Bastos, Tereza Marques de Oliveira Lima. Magnólia Brasil Barbosa do Nascimento, Lívia Maria de Feitas Reis, Lilian Pestre de Almeida, Maria Elizabeth Chaves de Melo, Lúcia Helena Viana, Luís Filipe Ribeiro, Carolina Maia Gouvêa, Maria do Amparo Tavares Maleval, Fernanda Moraes Laddaluno, Laura Cavalcante Padilha, Simone Caputo Gomes, Sônia Regina Rebel de Araújo, Jacqueline Herrman e Maria do Carmo Pandolfo.

*

RE-UNIR, revista semestral do Curso de Letras da Universidade Federal de Rondônia, UNIR, nº 3, dezembro de 1993.

Da Universidade de Rondônia só agora nos chega este nº de sua revista de Letras, *Re-unir*, que não queremos deixar passar em branco, pois mostra como, em todos os quadrantes do país, continua vivo o interesse pelos estudos humanísticos, particularmente no campo da língua portuguesa. Aproveitamos a oportunidade para duas observações respeitantes ao vernáculo. A primeira (p. 06) se refere ao uso do verbo reprovar com sentido passivo: “A.C. afirma ter reprovado (= ter sido reprovado) ... por não gostar de Português”. Apenas para justificar a estranheza: Aurélio, em REPROVAR1 só conhece o verbo como transitivo direto. A segunda observação vai quanto ao uso de mais pequeno por menor. Não é o que ocorre normalmente no Brasil, pelo menos no padrão culto. Em Portugal, com se sabe, é corrente, embora não se encontre mais grande por maior, à maneira espanhola. E, no tocante à ortografia, *Re-unir* já teria abolido o trema ?

S.E.

*

Lênia Márcia de Medeiros Mongelli, Maria do Amparo Tavares Maleval e Yara Frateschi Vieira. *Vozes do Trovadorismo Galego - Português*. Cotia (SP), Editora Ibis, 1995, 190 p.

Trata-se de excelente antologia de composições dos Trovadores Marin Moxa, Pero da Ponte e Joam Soares Coelho, precedida cada parte de largo e bem atualizado comentário relativo a cada um dos poetas, em que as autoras procuram, dentro da rigidez dos aspectos formais da época e da repetitividade temática, sur-

preender e trazer à luz do dia, para apreciação cabal e segura, suas “individualidades poéticas”. Se se nota nas introduções a cada trovador cuidado especial na análise e discussão de problemas a ele atinentes, não menos é o cuidado na fixação do texto, segundo a lição dos melhores editores. Termina o volume uma *Bibliografia geral* e um *glossário* elaborados por Paulo Roberto Sodré. O trabalho sério das autoras e a boa apresentação tipográfica com que se houve a Editora Ibis permitem-nos augurar a boa aceitação de quantos se interessam ou venham a se interessar pela nossa rica literatura medieval, especialmente pela lírica galego-portuguesa.

E.B.

*

Lênia Márcia Mongelli. *Do Cancioneiro de D. Dinis*. São Paulo, Editora FTD, 1995, 167 p.

São Paulo continua numa velha tradição de estudos medievalísticos, alicerçada por uma produção científica de muito bom nível que começa com Oskar Nobiling, e Nella Aita, estrangeiros radicados nessa cidade vizinha, ele alemão e ela italiana, e chega até nós sob a segura orientação de Antonio Soares Amorosa, Segismundo Spina e Massaud Moisés. Agora surge a geração de seus discípulos, em cuja galeria ocupa lugar definitivo a autora da presente antologia do rei trovador. Trata-se de uma seleção do melhor da produção poética de D. Dinis, precedida de um estudo, “O plantador de naus e de versos” (p.9-16). As fontes para fixação dos textos se repartem entre a obra editorial de José Joaquim Nunes e Manuel Rodrigues Lupa, sem prescindir do cotejo da já clássica edição crítica de Henry R. Lang *Das Liederbuch des Königs Denis von Portugal* (Halle, 1894). Terminam o volume o *Glossário*, a cargo de Paulo Roberto Sodré, uma *Biografia em datas* e um prestante *Roteiro de leitura* que muito ajuda a que o leitor moderno penetre na compreensão das cantigas, além de instigá-lo a proceder a comparações e a aprofundar seus conhecimentos com a leitura de artigos e livros indicados.

Pela boa qualidade científica e editorial estão de parabéns a autora e a Editora FTD, com a certeza, também, de que o livro servirá de guia indispensável a um melhor conhecimento da lírica galego-portuguesa e, em particular, da obra de D. Dinis.

E.B.

RESENHAS CRÍTICAS

Adolfo Coelho. *Obra Etnográfica. Volume II. Cultura Popular e Educação*. Organização e prefácio de João Leal. Publicações Dom Quixote. Lisboa, 1993.

Complementando o volume anterior da obra etnológica dispersa de Adolfo Coelho, a coleção “Portugal de Perto” das Publicações Dom Quixote – o qual resenhamos no nº 6 desta revista, sai agora um segundo volume dedicado aos estudos de temas antropológicos e pedagógicos. O preparador dos textos e prefaciador do volume continua sendo o Sr. João Leal, que conduz o seu trabalho não só de estudioso desses assuntos, mas também – o que é muito importante em tarefa desta natureza – com uma entranhada admiração e respeito à figura do notável e irrequeto erudito que foi Adolfo Coelho. Apesar da menor extensão com que este segundo volume se apresenta – 304 páginas contra as 748 do primeiro –, acham-se republicados importantes e, alguns, ainda hoje, de excepcionalíssima oportunidade, artigos e opúsculos: Contos Nacionais para Crianças, inicialmente publicados em 1882 (p.29-69), Jogos e Rimas Infantis, saídos em 1883 (p.73-128), *Os Elementos Tradicionais da Educação*. Estudo Pedagógico, originalmente saído em 1883 (p.131-170), *A Pedagogia do Povo Português*, ensaio incompleto publicado na revista Portugália, 1898, vol. I, p.57-78; 201-226 e 475-496 (p.175-250) e *Cultura e Analfabetismo*, dois artigos originalmente publicados no *Boletim da Assistência Nacional aos Tuberculosos*, 1910, vol. V e depois reunidos em volume em 1916 (p.253-299).

Remata este volume um *Índice de Autores* que, em alguns lugares, necessitaria da complementação de nomes incompletos e, às vezes, truncados, falhas todas devidas à responsabilidade de A. Coelho, como veremos mais adiante.

Além da oportunidade desta recolha e da justa homenagem que se presta ao notável erudito português – importante em tantos ramos do saber –, cabe ressaltar o lúcido prefácio do Sr. João Leal, onde se põem de relevo as investigações de A. Coelho no campo da antropologia, da educação e da pedagogia. Acompanha o Sr. Leal a evolução do conceito de antropologia e de pedagogia, dentro de uma visão algo limitada e de alcance prático, orientada “para a exploração do potencial pedagógico da literatura e das tradições populares” (p.14). Já em *A Pedagogia do Povo Português* e nas pegadas de autoridades como Wundt, Ploss, Waitz, Letourneau, parte para o que chama “estudo desenvolvido da pedagogia tradicional de um povo”, agora entendida como a “educação do povo pelo povo (...), educação na família popular”.

Em *Cultura e Analfabetismo* – questão viva nos dias de hoje em vários quadrantes desta nossa aldeia global –, enfrenta A. Coelho a consagrada idéia que faz

da alfabetização estratégia central da instrução popular, chegando à tese, reforçada pela experiência na Alemanha da época, de que embora analfabeto, “o povo (...) tem as suas artes, indústrias, saber, a sua educação e até a sua pedagogia reduzida a preceitos”. Por outro lado, ressalta nosso autor o atraso da cultura em não analfabetos, ou, como se expressou o Sr. Leal, esse ensaio “é uma tentativa de demonstração, apoiada sobretudo na experiência alemã, do modo como a alfabetização por si só, não seria forçosamente sinônimo de progresso cultural do povo”. Conclui A. Coelho seu ensaio com essas palavras que valem para os nossos dias, pelo que podemos ver diante de nossos olhos:

A julgar pelo que se dá na Alemanha [A. C. se baseava nas informações constantes no livro de E. Hugo Meyer *Deutsche Volkskunde*, Strassburg, 1894], conclui-se:

que não só é insuficiente o conhecimento da leitura e da escrita, mas até uma instrução escolar bastante desenvolvida, ainda que generalizada de modo completo a um povo, para arrancar uma parte muito considerável dele a condições de grande atraso moral e intelectual.

No estudo seguinte *A Escola e o Crime* veremos como essa instrução escolar nem na Alemanha nem em geral fora da Alemanha é obstáculo ao aumento da criminalidade (p.299).

Está claro que o critério de seleção é exclusividade do organizador do volume e das condições impostas pela editora; mas sentimos falta da presença de alguns ensaios de A. Coelho sobre antropologia e pedagogia, a começar pelos que cita em notas de rodapé de páginas do presente volume, pelo menos uns nove, todos respeitantes ao tema central da obra.

A revisão e a apresentação material do volume continuam os méritos do anterior, ressalvadas as gralhas naturais em empresa de tão grande porte; até enganos dos textos primitivos foram neste conservados, como, por exemplo, o autor do importante trabalho *Arbeit und Rythmus* é Karl Bühler, e não Karle Bücher, como está no texto de 1916 (p.40) e na presente edição (p.267). Neste mesmo trabalho (*Cultura e Analfabetismo*) se deu uma pequena gralha que A. Coelho, no exemplar que possuo autografado a um amigo, corrigiu; ocorre na p.96 onde se lê “E isso até um dos motivos ...”, emendado nesta nova edição para “E isso é até um dos motivos ...” (p.294). A emenda de Coelho foi de *E* para *É*.

Continuamos não concordando com as alterações que não se limitam a questões de grafia, mas envolvem particularidades da língua de A. Coelho: é o costume do organizador ou do revisor de desfazer ligações do tipo *d’alienados* para *de alienados* (p. 290), *d’algum* para *de algum* (ibid.), *d’uma* para *de uma* (p.291), *d’esta* para *de esta* (sic,ibid. mas conservou delas na p.292), *d’outrem* alterado para *de outrém* (sic,p.294), *em a nossa literatura* para *na nossa literatura* (p.296), ou então o ditongo *oi* do Autor é mudado para *ou*, como, por exemplo, *repouso* passa a *repouso* (p.291), *tesoira* a *tesoura* (p.294).

Estas nemigalhas não empanam a importância do evento editorial, a homenagem prestada a esse notável vulto da cultura portuguesa. Só nos resta o sincero

agradecimento ao consciencioso e competente organizador Sr. João Leal e ao esforço das Publicações Dom Quixote de reviver importantes lições de Adolfo Coelho.

E.B.

*

O Mês Modernista. Organização e notas de Homero Senna. Fundação Casa de Rui Barbosa. Ministério da Cultura. Rio de Janeiro, 1994

Ficamos a dever ao investigador infatigável Homero Senna mais esta contribuição no sentido de oferecer ao público interessado e estudioso da cultura brasileira. Trata-se da reedição de colaboradores do jornal *A Noite*, a convite de Viriato Correia, no período que vai de dezembro de 1925 a janeiro de 1926, coluna intitulada *O Mês Modernista* (a rigor, seria *O Mês Futurista*), colaborações, dizíamos, de Carlos Drummond de Andrade, Sérgio Milliet, Manuel Bandeira, Martins de Almeida, Mário de Andrade e Prudente de Moraes Neto.

O Mês Modernista havia saído das colunas de *A Noite* para publicação em livro, em 1972, sob o título *Brasil: 1º Tempo Modernista*, patrocinado pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, organizado por Marta Rossetti Batista, Telê Porto Ancona Lopes e Yone Soares de Lima.

Volta agora Homero Senna a nos oferecer nova edição do importante documento estético-literário e nitidamente provocador dos ideais parnasianos reinantes àquela quadra, pelas razões a que alude:

E tomamos essa decisão pelos seguintes motivos: a) pelo caráter de importante documentário, (...) que tem hoje essa matéria; b) por se encontrar esgotado o livro em que no ano acima citado, foi reproduzido; c) pelos vários lapsos de leitura dos originais, e de revisão tipográfica, que lamentavelmente se insinuaram nessa publicação; d) pela possibilidade de incluir notas e comentários sobre as colaborações, indicando aquelas que, modificadas ou não, foram aproveitadas pelos autores em livros que depois vieram a publicar, o que naturalmente deixou de ser feito pelos organizadores do citado volume, dado o seu caráter de “documentação”, apenas; e) pela oportunidade de trazer para esta edição citações de obras que aludem ao “Mês Modernista”; f) pela iniciativa de agrupar e resumir as colaborações por autor, o que possibilita uma visão de conjunto da contribuição que cada um deu à série; g) pela conveniência de restabelecer a iconografia original, uma vez que reproduzimos apenas as ilustrações que saíram em *A Noite*, e não algumas dessas, além de outras, estranhas à coluna, como fez a referida publicação (p.11).

Por todas estas razões, podemos dizer que estamos com a melhor reprodução do “Mês Modernista”, acrescida de notas e comentários que, como nos revela o organizador, muito ajudam o entendimento mais amplo das colaborações e o ras-trear a fortuna editorial dessas produções dos seis modernistas convidados.

Além da notícia informativa dos motivos que levaram *A Noite* a contratar seis escritores “futuristas” [que passou a *modernistas*] para escreverem durante um mês, datada de 11/12/1925 (p.29-31), e da entrevista de Mário de Andrade ao mesmo jornal em 12/12/25 (p.33-38), inicia-se a coluna a 14/12 com uma crônica de Carlos Drummond acerca de *O Homem do Pau-Brasil* (p.39-41).

A segunda colaboração, intitulada *Tendências* e saída em 15/12, é de Sérgio Milliet, (p.43-45); a terceira, *Duas Traduções para Moderno Acompanhadas de Comentários*, em 16/12, vem assinada por Manuel Bandeira, (p.47-51), a quarta, *Pau-Brasil*, em 17/12, foi escrita por Martins de Almeida (p.53-54); a quinta, *Monólogo dum Elefante do Circo Sarrasani*, em 18/12, devida a Mário de Andrade (p.55-56); a sexta, *Historinha do Brasil – do Diário de um Tupiniquim*, em 19/12, de autoria de Prudente de Moraes Neto (p.57-58).

Drummond voltaria a escrever *Poemas*, em 21/12 (p.59-61), Taí, em 29/12 (p.77-79) e *Bucólica no Caminho do Pontal – Política – Itabira*, em 5/1/1926 (p.99-101).

Sérgio Milliet escreveria *Dois Poemas Brasileiros*, em 22/12 (p.63/64), *Olho-de-Boi*, em 30/12 (p.81-84) e *Prefácio para um Livro Futurista*, em 6/1/26 (p.103-105).

Manuel Bandeira colaboraria ainda com *Cidade Nova*, em 23/12 (p.65-67), *Bife à Moda da Casa*, em 31/12 (p.85-87) e *Tradução pra Caçanje Precedida de Comentários*, em 7/1/26 (p.107-109).

Martins de Almeida compareceria também com *Meus Pontos de Vista*, em 24/12 (p.69-70), *Capítulo Antigo*, em 1/1/26 (p.89-91), *Sobre Belo Horizonte*, em 8.1 (p.111-113).

Mário de Andrade estaria presente ainda com *Amostra de Romance*, em 26/12 (p.71-73), *Losangos Arlequinais*, em 2/1/26 (p.93-95), *Cartaz*, em 9/1 (p.115-116).

Prudente de Moraes Neto, enfim, escreveria mais *Sinal de Alarma*, em 28/12 (p.75-76), *O Indiferente*, em 4/1/26 (p.97-98), *Copacabana, O Verão e Outras Coisas – História de Chopin*, em 12/1 (p.117-118).

Já vimos o empenho de H. Senna em nos oferecer uma reprodução fiel do *Mês Modernista* tal como apareceu aos leitores de *A Noite*, ressaltadas as gralhas existentes no periódico; tomamos a liberdade de nos afastar do ilustre organizador num único ponto, aquele que altera certos cacoetes lingüísticos de Mário de Andrade:

Com exceção das de Mário de Andrade, as demais colaborações não ofereceram dificuldades quanto à preparação dos respectivos textos, tendo sido adotado o critério geral de atualizar a ortografia. No que se refere às do autor de *Macu-*

naíma, à semelhança do que, talvez com pouca Ecdótica, mas com muito bom-senso, fez Moacir Werneck de Castro no seu primoroso volume sobre o “exílio” de Mário de Andrade no Rio, deixaram de ser respeitadas certas preferências do escritor, como as formas “milhor”, “si” (em lugar do pronome e da conjunção “se”), “lião”, “alumeando”, “dezanove, etc. (p.12).

Pondo de lado a questão de que nas formas apontadas como regularizações *ortográficas* nem sempre se trata de ortografia, como o caso de “dezanove”, o critério de uniformização deveria abrir exceção para essas “preferências” de Mário, tendo em vista o empenho com que as defendia contra quem nele as reprovasse, conforme se pode ver em algumas de suas cartas. Com este “critério geral de atualizar a ortografia”, priva-se o leitor de algumas das mais constantes decisões de Mário no que toca à essência e à periferia da sua língua literária.

Resta-nos agradecer a Homero Senna este bom serviço a mais em prol da divulgação da cultura entre nós.

E.B.

*

Antônio Geraldo da Cunha. *Os Verbos Dar, Dizer, Estar e Fazer no Vocabulário do Português Medieval*. Ministério da Cultura. Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 1995.

Poucos hoje estarão no Brasil tão preparados e com tal volume de material recolhido para fazer obras de lexicografia portuguesa como Antônio Geraldo da Cunha. De há muito o operoso investigador do nosso léxico vem-nos brindando com excelentes instrumentos de trabalho, como o *Índice Analítico do Vocabulário de Os Lusíadas* e, mais recentemente, os três volumes até agora saídos do *Índice do Vocabulário do Português Medieval*, gérmen do futuro *Vocabulário do Português Medieval*, se forem oferecidos ao investigador as ajudas financeiras para o empreendimento de tão útil quanto importante empresa. Está pronto e sairá dentro em breve o *Dicionário Histórico e Etimológico dos Verbos mais Freqüentes do Português Contemporâneo do Brasil*. Para que se possa avaliar a extensão e qualidade desse futuro *Vocabulário*, A. G. Cunha empreende uma amostra que é o opúsculo cujo título vem encimando esta breve e despretensiosa resenha. Para a elaboração dele contou com o concurso das professoras Ayla Pereira de Melo e Dylma Bezerra, que participaram também da elaboração do três volumes já vindos à luz do *Índice do Vocabulário* e do *Vocabulário histórico*.

No meio de uma rica floresta lexical, o A. explica por exemplo por que a escolha recaiu nos quatro aludidos verbos:

Não foi meramente casual a escolha dos verbos *dar, dizer, estar, e fazer* para ilustrar os critérios lexicográficos que, a nosso ver, se impõem para a

elaboração de um vocabulário do português medieval, baseado em princípios históricos. Duas razões justificam esta escolha: 1ª) a riqueza de opções documentadas nos numerosos textos medievais consultados, o que propicia ao lexicógrafo uma classificação semântica bastante rica e, por vezes, até mesmo bem complexa; 2ª) a extraordinária frequência com que estes verbos se documentam nos textos, não apenas nos medievais, mas também em textos de todos os períodos da história da língua, o que permite ao lexicógrafo abonar, com ampla margem de segurança, os numerosos significados que assumem estes verbos no curso de uma história (p.7).

Uma importante conclusão enfatiza o A. diante da investigação nesse opulento material de que dispõe – cento e setenta mil fichas datilografadas:

Confrontando a redação destes quatro verbos no vocabulário medieval e no vocabulário do português contemporâneo do Brasil, verificamos que, salvo uma ou outra particularidade, eles mantêm as mesmas acepções e as mesmas regências. Com efeito, a distância de tantos séculos não alterou substancialmente o seu emprego. Aliás, estas características de uniformidade também se verificam com outros verbos de elevada frequência na história do vocabulário português, como *ser*, *haver*, *querer*, etc. (Ibid.).

O que logo impressiona o consulente ao manusear o trabalho é o complexo desdobramento do significado principal do verbo, isto é, do conteúdo a que o filósofo Hillary Putnam chama “significado estereotípico” em significados secundários, quase sempre decorrentes do nosso saber sobre as coisas e dos elementos fornecidos pelo contexto, e não tão somente pelo significado de língua que encerra o lexema.

Como a lexicografia moderna está impregnada de orientação estruturalista, o princípio da funcionalidade tem como corolário, no que respeita ao significado, o significado *unitário*, e por unitário não se há de entender *único*, segundo nos avisa Eugenio Coseriu.

O que o linguista procura separar com cuidado – o conteúdo “de língua” e as variantes contextuais desse conteúdo –, o lexicógrafo às vezes trabalha concomitantemente com essas duas caras da questão e não poucas vezes, como assinala A. G. Cunha na Apresentação desta sua obra, “o que propicia ao lexicógrafo uma classificação semântica bastante rica e, por vezes, até mesmo *bem complexa*” (o grifo é nosso).

O escolher caminhos nesta encruzilhada não é tarefa simples; nesta e em outras encruzilhadas com que se defronta o autor de dicionários, pois, como bem comenta Luís Fernando Lara, num precioso livrinho (e aqui o diminutivo não se refere ao valor da obra, que é grande) intitulado *Dimensiones de la Lexicografía* (México, 1990):

Así resulta que el lexicógrafo es a la vez observador de la lengua que estudia y mediador entre esta lengua y la sociedad a la que pertenece; el diccionario que produce resulta ser, en último y definitivo análisis, no un simple

catálogo convencional de palabras y significados, sino un vehículo de la reflexión social sobre la lengua que llega a ocupar lugar privilegiado en la formación de la memoria social. De ahí deriva su carácter necesariamente normativo y su legitimidad (p.202-203).

Naturalmente um trabalho lexicográfico envereda ou pode enveredar pelo domínio da gramática; o A. preferiu optar por essa invasão ostensiva de áreas, com certeza alicerçado na experiência desenvolvida no seu *Dicionário Histórico e Etimológico dos Verbos*, de iminente publicação. E' a linha que adotaram também os redatores desse monumental documento lexicográfico do francês que é o *Trésor de la Langue Française*. Dai o presente volume tratar de aspectos que ultrapassam a tarefa do lexicógrafo, e aí se aplaude o A. pelo desejo de melhor informar o seu consulente.

Nesta relação entre gramática e léxico escreveu para o XIX Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas, realizado na Universidade de Santiago de Compostela, em 1989, Mário Vilela o sugestivo artigo *A gramática nos dicionários de língua: O verbo deixar*, saído no vol. II - *Lexicologia e Metalexicografia* das *Actas* (p. 111-131), publicadas por Ramón Lorenzo (A Coruña, 1992), que deve ser confrontado com o artigo de Michel Quereuil, *Le verbe mander dans la Mutation de Fortune de Christine de Pizan*, nas mesmas *Actas*, p. 625-630.

Ponho ao distinto A. algumas notas de leitura. A primeira, de ordem geral, diz respeito à economia na transcrição de uns tantos exemplos, pois que, como estão, não permitem ao leitor apanhar o sentido do contexto.

Nas páginas 26 e 27 separa semanticamente o verbo *dar* 7.6 “Permutar, trocar uma coisa por outra, oferecer em troca”, 7.d. “Oferecer uma soma ou quantia por, pagar” e 8. II. 9 “Vender ou comprar algo por preço vil”, onde aparece o verbo *dar* construído com a preposição *por* (*dar por*), em exemplos onde nem sempre as distinções semânticas são claramente testemunhadas.

Na página 31, referindo-se ao exemplo extraído dos *Diálogos de S. Gregório*: “E pola bõa façanha esta menõha noble de si deu, começaram as outras menõhas [...] tomar hábito de religion [...], comenta em observação:

Na abonação supra considerou-se como expletiva a expressão *de si*, que funciona na oração a modo de reforço.

Aqui está um dos casos em que a exemplificação por econômica não nos permite claramente entender a expressão objeto da nota. Creio, todavia, que *de si* não funciona, a rigor, “como expletiva (...) a modo de reforço”. Prefiro aproximá-la de um emprego absoluto do *si*, muito comum no português antigo. Ao velho e sempre prestimoso Moraes não passou despercebido esse emprego do *si* numa série de expressões, e no verbete ao pronome dedicado fala de *fazer as cousas de si mesmo*:

por seu motu próprio, sem mando, ou persuasão. Luc [ena]. 10.2. “o castigo (de disciplinar-se) que esta gente tomava de si mesmo”.

Assim, parece que “a façanha que esta menina noble deu de si” significa que ela, como diz Moraes no citado verbete, cometeu a façanha sem consentimento de outrem, nem preceito, isto é, cometeu-a de motu próprio. Hoje diríamos *por si*, *por*

si mesma. Pelos empregos antigos de *prep.* + *si*, acredito que a expressão com o reforço de *mesmo* (ou *próprio* é inovação posterior. Falta, naturalmente, estudo mais apurado para uma lição definitiva.

Parece-nos que temos esse emprego de *prep.* + *si* em “Ouvindo o instrumento inusitado, / Que tamanho terror *em si* mostrava” (*Lus.*, II, 107- 3-4), isto é, instrumento que por si só dava mostras de ser terrível. O mesmo em: “Uniforme, perfeito, *em si* sustido” (*Lus.*, X, 79, 1), isto é, sustentado por si mesmo.

Na p. 32 há um exemplo da *Vita Christi* onde ocorre a expressão *de si*; mas pela curteza da citação, apropriada quanto ao que diz o A. do verbo dar, fica o leitor sem poder concluir em que sentido está empregado *de si*, e se tem o mesmo valor do exemplo que discutimos acima:

[...] nem ha queirõ *de si* como cousa fastidiosa e insípida vomitar a penúria dos novos vocábulos a esso dão causa muy grãde [...]

Por fim vale acrescentar que, conforme em outros trabalhos tenho demonstrado, mais uma vez a 10ª ed. de Moraes, em doze volumes, subtrai ao leitor a informação sobre *de si* que foi oferecida nas edições em dois volumes.

Também pelo estado atual de conhecimento de nossa sintaxe e de nosso léxico antigos, ficamos em dúvida em acompanhar a lição do A. no que diz respeito à expressão *dar de conselho*, que ocorre em *História do mui Nobre Vespasiano*, texto do século XV:

Senhor pilato em vos *dou de conselho* que nõ evies o tributo ao emperador [10.2],

mas que já na p. 33. 2 nos oferece:

[...] mal aja que vos outro cõselho der.

Em razão do primeiro exemplo, declara o A:

Na abonação [...] considerou-se a preposição *de* como partícula expletiva (p.36).

Há já bons anos (*Primeiros Ensaios sobre Língua Portuguesa*, 1953, p.149-161), estudamos as expressões antigas *dar de vara* e *dar de couces* em que a preposição *de* apresenta interessante campo de indagação histórica. Quanto a esse *dar de conselho*, muito comum em textos até os séculos XVI e XVII, a presença da preposição está a exigir estudo, para sabermos se *dar de conselho* diferia semanticamente de *dar conselho* e, em caso afirmativo, que valor teria o *de* nesse contexto.

Ao redigir os verbetes do verbo *estar*, defrontou-se o A. com o problema de gramática de considerar dois casos separados ou um só, quando o verbo se apresenta seguido de participípio: ou estamos diante de um verbo de ligação (*estar* + adjetivo) ou de uma forma de voz passiva (*estar* + participípio). Isto porque a rigor a diferença só esteja no plano semântico, e não no morfossintático; por que se dirá, conforme procedeu o A., que exemplos do tipo “*estando ençarrado*” (p.56), “*estavam lançados*” (ibid.), documentam *estar* como verbo de ligação, enquanto exemplos como “a Espanha *estava ocupada*” (p.64) são dados como de voz passiva?

Outro ponto de gramática em que toca o A. diz respeito à construção dos chamados verbos causativos seguidos de infinitivo e acompanhados de formas nominais ou pronominais, do tipo *fi-lo* (ou *fiz-lhe*) *pagar a dívida*, *fiz o vizinho* (ou *ao vizinho*) *pagar a dívida*.

Numa observação referida ao exemplo extraído da versão portuguesa das *Flores de las Leyes* de Jácome Ruiz, documento do século XIII, “fazã le (= façam-lhe) pagar a dívida”, anota:

Segundo Mário Barreto, in *De Gramática e de Linguagem*, o emprego da forma pronominal objetiva indireta, em lugar de sua correspondente direta, pode explicar-se como sendo de uso arcaizante, por influência do latim. Esta forma indireta alternaria com a forma pronominal de uso corrente correspondente ao regime direto do verbo *fazer* (P.77).

Estas construções desde há muito atraíram a atenção de romanistas, germanistas e latinistas e até hoje se dividem as explicações, sem que se tenha chegado a uma unanimidade. Os argumentos de Tobler, Meyer-Lübke Richter, Henry F. Muller, E. Stimming, Dag Norberg e, mais recentemente, do saudoso Rocha Lima (“Um Cultismo Sintático Herdado do Latim Medieval in *Revista Brasileira de Língua Literária*, 1980, ano II, n° 5, p.30-35), representam boa contribuição para a resposta da origem deste fato sintático; mas há um ponto em que há certa unanimidade, pelo menos um ponto que foi com razão enfatizado pelo latinista sueco Dag Norberg (“Faire Faire Quelque Chose à Quelqu’un”, artigo publicado em 1945 e inserido no volume *Au Seuil du Moyen Age*, que reúne esparços do autor): nas línguas românicas, a forma pronominal objetiva direta ocorre com muito mais freqüência quando o infinitivo está usado intransitivamente, enquanto aparece a forma objetiva indireta, também com muito mais freqüência, quando o infinitivo está usado transitivamente. E aduz:

Sans aucun doute, c’est pour éviter la rencontre de deux régimes à l’accusatif (p. 48 de *Au Seuil*).

Esta explicação para o português já havia Said Ali dado na *Gramática Histórica* (1921):

Causa primordial de se substituir, em certos casos, o dativo ao acusativo foi a necessidade da clareza. Exprimindo-se pela mesma forma pronominal tanto a pessoa como a cousa, teríamos, a permanecer rigorosa a construção dos dous acusativos, a duplicação confusa do pronome em *perguntou - o - o* por *perguntou - lho*, *ensinou - o - os* por *ensinou - lhos*, etc., e pouco lúcidas deveriam parecer aos antigos portugueses dicções como *fê-lo crê-lo*, pela circunstância de atrair o verbo regente muitas vezes o objeto do verbo regido. Sem dúvida que nos exemplos *lhes fazia perder a vista*, *lhe fizeram crer que ...*, *quando lhe ouviu dizer que (...)* há outro fenômeno a considerar além da mudança da forma pronominal. Nas orações assim constituídas, *lhe*, *lhes* não se referem a um vocábulo isolado, mas ao conjunto da expressão predicativa (p.196-197 da 2ª ed.).

Por todos estes aspectos, torna-se, a nosso ver, muito tênue a afirmação de Mário Barreto de que nestas construções se trata de um uso arcaizante, por influência do latim.

Esperamos vivamente que esta suculenta amostra com que nos brinda AG-Cunha prossiga na concretização do futuro *Vocabulário do Português Medieval* que tanta falta faz aos estudos adiantados da nossa gramática e de nosso léxico históricos.

E.B.

*

Euclides da Cunha, *Krieg im Sertão*, aus dem brasilianischen Portugiesisch von Berthold Zilly, Frankfurt a.M.: Suhrkamp 1994

Não é necessário dar relevo à grande influência exercida pela obra magistral de Euclides da Cunha sobre a tradição escrita da língua portuguesa do Brasil no século XX. Tampouco precisa se lembrado o fato de a forma estilística pela qual o autor optou ser objeto de controvérsias, seja pela dificuldade de compreensão e análise que o livro apresenta, seja pela relação entre forma e conteúdo, não raro considerada como imprópria. Talvez tenha sido isto que dificultou a sua tradução para outras línguas e a razão pela qual, apenas agora, apareceu uma versão alemã a despeito do grande interesse que o Brasil tem despertado nos países germanófonos.

A tarefa inicial do tradutor consistia em interpretar o caráter específico deste livro. Era mister não apenas familiarizar-se com os conceitos científicos e a ideologia reinante da época do tratado euclidiano, mas também fazer-se uma análise dos seus aspectos literários, lingüísticos e estilísticos. As idéias expostas pelo tradutor num brilhante epílogo que, aliás, transpõe os limites de seu trabalho, mostram, de maneira exemplar, como o tradutor desta imensa obra, antes de começar a tradução propriamente dita, foi obrigado a assumir uma posição intelectual frente à sua incumbência.

Enquadra-se o estudo monumental euclidiano naquelas obras determinantes de uma cultura nacional que, para o tradutor, constituem um perigoso dilema de opção entre a fidelidade ao original, a forma adequada e a compreensibilidade, pois era preciso encontrar uma linguagem que, embora nem sempre podendo adequar-se ao original, deixasse transparecer certo ideal defendido pelo autor brasileiro. No caso da versão alemã, este problema foi resolvido pelo tradutor por meio de um aparato crítico composto de um ensaio, de notas e de um glossário. A explicação de termos desconhecidos a um leitor estrangeiro, um apêndice de notas que informam quase exaustivamente sobre pessoas, coisas e fatos brasileiros contidos no texto euclidiano e o epílogo já mencionado transformam o tradutor num verdadeiro editor do livro traduzido. Recorrendo a muitos elementos da retórica clássica, salientados no epílogo, assim como a uma linguagem tradicional ainda vigente no início do

nosso século e caracterizada, na sua morfossintaxe, pelo modelo dos autores clássicos portugueses, Euclides representa um ideal lingüístico-estético que convinha recriar na tradução.

Tanto no Brasil como em Portugal, a obra de Euclides da Cunha foi acessível, na época de sua publicação, apenas a minúsculos grupos da burguesia culta. As dificuldades com as quais depara um leitor brasileiro de hoje explicam-se justamente pelo fato de aqueles grupos terem elevado o autor de *Os Sertões*, durante as décadas seguintes, a um clássico nacional. Isto fez com que o tradutor se decidisse a apresentar uma versão que seguisse os moldes da cultura escrita clássica alemã. Berthold Zilly recorreu, com razão, a um alemão escrito tradicional para manter o princípio da lealdade para com o original. Destarte, a alta qualidade da tradução verifica-se sobretudo nos trechos cruciais de *Os Sertões* como, por exemplo, na famosa descrição do sertanejo (p. 131-134).

Ao designar a língua original na qual está escrito *Os Sertões*, o tradutor fez bem em chamá-la de *português do Brasil*. Traduzido do português talvez tivesse sido demasiado restrito; traduzido do brasileiro, como hoje em dia tanto se lê, seria um erro crasso. A linguagem euclidiana se distingue pelo uso rigoroso da morfossintaxe lusitana e um verdadeiro festival de termos eruditos, palavras técnicas, arcaísmos e brasileirismos. Esta mescla lexical é que dá à obra de Euclides da Cunha uma índole própria, criando numerosos problemas ao seu tradutor e exigindo dele um virtuosismo similar na sua própria língua.

Baseada nestes requisitos conteudísticos e formais, a tradução bem sucedida sob todos os aspectos constitui, juntamente com as notas, o glossário e um ensaio intitulado epílogo, uma importantíssima contribuição aos estudos brasileiros nos países de língua alemã. A forma ensaística em que está escrito o epílogo não compromete em nada a qualidade de seu conteúdo. Trata-se, apesar da sua brevidade, de uma exposição não só do autor e da obra, mas também da missão que o próprio Euclides se impôs e do quadro histórico e social em que ela se originou. O epílogo do tradutor é fruto de uma intensa dedicação às interpretações que se têm feito da obra euclidiana no decorrer destas últimas décadas e que, como se sabe, estão longe de ser unânimes. A discussão levada a cabo mais intensamente desde os anos 60 acerca de uma avaliação justa do movimento messiânico, que é o âmago do ponto de vista euclidiano, é tomada amplamente em consideração, sendo resultado de intensas pesquisas bibliográficas.

O tradutor recorda que Euclides considerou a sua obra como parte da literatura universal. Pode-se dizer que a tradução alemã recém-lançada satisfaz plenamente as ambições de Euclides da Cunha e terá, nos países de língua alemã, uma importância fundamental para o interesse pelo Brasil e os futuros estudos sobre este país.

Gerardo Guedes de Figueiredo
e Wolfgang Roth

NOTICIÁRIO

“E aqueles que por obras valerosas / Se vão da lei da morte libertando” (Camões, *Lusíadas*, I,2)

Perderam as letras luso-brasileiras, no passado 17 de janeiro, aos 87 anos de idade, um dos seus mais notáveis escritores: Miguel Torga, nome com que ganhou celebridade o médico Adolfo Correia da Rocha. Poeta, romancista, ensaísta, em sua vasta obra em prosa ou verso, latejava um coração português, cheio de ternura e comoção pelo seu rincão transmontano, como por todo o Portugal. No Brasil deixou as marcas do seu labor fecundo, trabalhando durante cinco anos no interior do Estado de Minas Gerais. Na verdade não nos deixou, pois aí estão os seus livros, para manter vivo o nosso diálogo com um dos mais robustos espíritos de sua geração.

*

De luto a família luso-brasileira, com o falecimento em 17 de fevereiro, de D. Cordélia Rodrigues Chaves de Melo, esposa de nosso companheiro de redação e membro da Diretoria do Instituto de Língua Portuguesa, Prof. Gladstone Chaves de Melo. Os nossos sentimentos não podiam ser mais bem expressos do que nestas palavras que *O Mundo Português* estampou em sua edição de 02 de março, coluna “Pêndulo”, assinada por Gonçalo Ramires:

“Também o Prof. Gladstone Chaves de Melo perdeu sua esposa e queremos daqui enviar-lhe a expressão do nosso pesar. Foi amiga e companheira dedicada durante muitos anos deste Homem, que é um verdadeiro sábio, amigo de Portugal, Doutor *honoris causa* da Universidade de Coimbra, membro do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, nosso colaborador da “Ponta da Língua” e, acima de tudo, um verdadeiro Santo. Sim, porque se existe alguém com que Deus conversa é com o Prof. Gladstone Chaves de Melo. Quando lemos o boletim *O bem comum* onde escreve sobre o catecismo, a alma e o império de Deus, sentimos-nos como se estivéssemos perante um Doutor da Igreja e um eleito do Senhor.”

*

Doeu muito entre nós a notícia do falecimento do eminente lusófilo espanhol Ernesto Guerra da Cal, no ano passado a 27 de julho. O seu pendor pelas letras portuguesas decorreu do acendrado amor por sua Galiza, onde viu a luz do dia. A Galiza e o norte de Portugal são pátrias gêmeas, e a língua portuguesa, nas suas origens, como sabemos, imerge no galego. A sua obra clássica, por assim dizer, é

Língua e Estilo de Eça de Queirós, já em duas edições portuguesas. Faleceu em Lisboa, onde se sentia perto de sua Galiza.

*

No passado 13 de abril último a Filologia Portuguesa perdeu um de seus mais assíduos cultores, o Prof. Dr. José Azevedo Ferreira, da Universidade de Braga. Notabilizou-se, entre outras produções no domínio da sua especialidade, pelas primorosas edições críticas *Alphonse X : "Primeyra Partida"* Edition et E'tude (Braga, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980, CLVI + 610 p.), *Afonso X: "Foro Real"*. 2 vols. Vol. I: Edição e Estudo Lingüístico; Vol. II: Glossário. Lisboa, INIC, 1987, XVII + 650 p. + 310 p.) e pela sua mais recente e utilíssima *Bibliografia Selectiva da Língua Portuguesa* (Lisboa, ICALP, Ministério da Educação, 1989, XVI + 332 p.).

À sua competência filológica aliava o saudoso amigo José de Azevedo Ferreira excelsas qualidades de coração e lhanza de trato, que faziam dele um espírito superior.

Confluência transmite à família Azevedo Ferreira seus sinceros pêsames.

*

Não pode passar sem um registro, ainda que breve, desaparecimento do jesuíta português, Pe. Manuel Simões. Foi um dedicado e sábio camilista. Professor de Literatura Portuguesa na Faculdade de Filosofia de Braga, dirigia a Casa-Museu de Camilo Castelo Branco, em S. Miguel de Ceide. Por ocasião do Congresso Internacional de Estudos Camilianos, realizado em Coimbra, de 24 a 29 de junho de 1991, orientou vários congressistas numa excursão rememorativa dos principais pontos da região que marcaram a trajetória da vida do imortal escritor. Faleceu em fevereiro último, aos 70 anos de idade.

*

Muito sentido o adeus de seus fiéis amigos ao editor Luís Franco. De trato lhano, discreto, atencioso, à frente da Gráfica Olímpica, que sempre dirigiu com esmero e cordialidade, contribuiu Luís Franco para enriquecer o patrimônio cultural brasileiro com obras valiosas, muito bem apresentadas e escrupulosamente impressas. Em particular queremos ressaltar a sua contribuição no campo da Filologia; foi, p. ex., um dos primeiros a imprimir estudos do nosso saudoso mestre Serafim da Silva Neto.

*

No ano passado tivemos a oportunidade de agradecer ao Prof. Jorge Mário Barreto, digníssimo filho de Mário Barreto, a doação ao Liceu Literário Português, de cadernos de leitura do extraordinário mestre da língua portuguesa que foi o seu pai. Hoje cumprimos o doloroso dever de comunicar aos nossos leitores o seu falecimento, ocorrido no dia 8 de junho passado. Jorge Mário Barreto, nascido no Rio de Janeiro aos 17 de julho de 1915, dedicou-se ao magistério, especializando-se

na educação lingüística dos surdos-mudos, tendo, na sua área de estudos, escrito vários artigos e trabalhado na confecção e aperfeiçoamento de aparelhos para melhor aprendizagem por parte desses deficientes. A família enlutada o Liceu Literário Português e o Instituto de Língua Portuguesa apresentam as mais sentidas condolências.

*

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA EM ÁFRICA E NO ORIENTE

O LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS, através do seu *Instituto de Língua Portuguesa*, fez realizar, no período de 24 a 28 de abril do ano em curso, um “Simpósio Internacional da Língua Portuguesa”, com pleno êxito. E’ a segunda reunião internacional, de que participaram portugueses e estrangeiros, além de, obviamente, brasileiros, que promove o *Instituto de Língua Portuguesa*, fundado em 1990. O primeiro congresso denominou-se “Colóquio Internacional da Língua Portuguesa Literária” e ocorreu no período de 05 a 10 de outubro de 1992. As respectivas Atas estão em processo final de organização e serão proximamente publicadas.

O presente *Simpósio* cumpriu a seguinte programação: a) Conferência: *Sobre o mundo da lusofonia*, pelo Prof. Dr. Antônio Houaiss, da Academia Brasileira de Letras; *O português de Angola e Moçambique*, pelo Prof. Dr. Eberhard Gärtner, da Universidade de Leipzig, Alemanha; *O português literário de Cabo Verde*, pelo Prof. Dr. Michel Laban, da Universidade de Paris; *O português de Moçambique*, pela Prof^a Fátima Ribeiro, licenciada pela Universidade de Coimbra, lecionando em Moçambique; *A língua portuguesa em Cabo Verde e na Guiné Bissau*, pela Prof^a Dr^a Benilde Justo Caniato; da Universidade de São Paulo; *A língua e a cultura portuguesa em Macau*, pelo Dr. Jorge A. H. Rangel, Secretário Adjunto do Governo de Macau; *Línguas africanas em contato com o português*, pelo Prof. Dr. Leodegário A. de Azevedo Filho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; *Português moçambicano e português do Brasil*, pela Prof^a Fátima Helena Azevedo de Oliveira, antiga professora de língua portuguesa em Moçambique; *A língua portuguesa e seus descendentes crioulos na Índia*, pelo Prof. Dr. Laurentiu Theban, da Universidade de Bucarete, Romênia; *Porque a Comunidade*, pelo Prof. Silvio Elia, do Instituto de Língua Portuguesa; *Influência dos falares africanos no português do Nordeste*, pela Prof^a Dr^a Maria do Socorro Silva Aragão, da Universidade Federal da Paraíba; *O português de Angola e sua feição escrita*, pelo Prof. Dr. Alvacyr Pedrinha, da Universidade Federal Fluminense; *Crioulos portugueses em África e no Oriente*, pelo Prof. Dr. Jorge Morais-Brabosa, da Universidade de Coimbra (encerramento); b) Mesas-redondas. Realizaram-se três, a saber: 1^a “O português de Angola e Moçambique”, 2^a “O português de Guiné-Bissau e Cabo Verde” e 3^a “O português no Oriente e em África”.

As palavras finais, no encerramento, couberam ao Dr. Antônio Gomes da Costa, que ressaltou a relevante significação do Simpósio (“dias de colheita e tam-

bém sementeira”), “no início de um novo tempo onde serão importantes os valores de uma cultura por cujo ecumenismo e universalidade havemos sempre de lutar”.

O *Simpósio* teve por objetivo central o estudo do papel que o mundo da lusofonia terá de assumir no próximo milênio, cujos alvares são mais brumosos que límpidos. O século XX se caracterizou por um extraordinário progresso tecnológico, mas paralelamente e infelizmente, por um descenso de ordem moral. Bergson já havia percebido com penetração o desconcerto, quando reclamava um suplemento de alma para equilibrar os pratos da balança. Terminamos o milênio como um gigante de longos braços e alma enfermeira. Daí a perplexidade e a tonteria que assomam aos espíritos quando se lhes antolham os bárbaros choques etno-culturais que inviabilizam a paz do mundo e para os quais não encontram solução. À falta de coisa melhor, criou-se o *pós-modernismo*.

Este o grande problema que os habitantes do terceiro milênio terão de enfrentar. Essa a grande questão da ordem do dia.

O Dr. Antônio Gomes da Costa, com a costumeira acuidade, feriu o ponto, em artigo publicado em *O Mundo Português*, de 11 de maio deste ano, sob o título “No limiar do milênio”, artigo que, como tantos outros, merecia maior divulgação. Transcrevemos um trecho que vai ao cerne da questão: “A nosso ver o perigo maior [aqui o Dr. Gomes da Costa refere-se à perda da identidade nacional] está nas “auto-estradas” da informação, nos sistemas tecnológicos, na integração em grandes redes continentais que de forma informatizada é serviço ao mesmo tempo via satélite, a milhões de criaturas, independentemente da sua nacionalidade, das raízes históricas, da Língua, dos credos religiosos ou dos regimes políticos”. E’ a conquista pelos ares, mais insidiosa porque se infiltra nos espíritos, que sucede à conquista por terra e pelos mares.

Na vanguarda dessa cruzada em defesa de nossa identidade nacional é que se situa o Instituto de Língua Portuguesa, que vê na *enérgeia* idiomática a força que une sem deformar o grupo étnico-cultural que a epopéia lusfada semeou nos quatro cantos do mundo, e é isso que permite manter o seu perfil histórico em face de outros grupos étnicos, mais poderosos ou não, contudo nunca superiores em grandeza à comunidade a que pertencemos.

O *Simpósio* pôde, pela via científica, destacar a presença e a vitalidade desses laços. Para isso contou com o apoio pronto e desprendido de toda a equipe de trabalho do Liceu Literário Português, que aqui concretizamos na pessoa do seu Presidente, Dr. Edison Chini, graças a cuja competência, dedicação e vivo idealismo, logrou o encontro atingir os fins colinados. Nem poderíamos deixar de registrar os nossos profundos agradecimentos ao Dr. Antônio Gomes da Costa, Presidente das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, que jamais negou apoio às iniciativas que visam realmente a projetar os altos valores da Comunidade, como, p. ex., o senso da fraternidade entre os povos. Desse apoio, de que nos nutrimos e nos retemperamos, temos mais um exemplo na presença grata e prestigiosa em nossos trabalhos da eminente Vice-Cônsul de Portugal no Rio de Janeiro, D. Líla Sarmento, a quem aproveitamos para expressar os nossos sensibilizados agradecimentos.

As atividades do Instituto, que este ano completou o seu primeiro quinquênio, irão continuar. A língua portuguesa é a nossa empresa. E a tripulação do barco que a conduz estará sempre a postos para novas navegações.



Um instante da abertura do Simpósio

*

Foi instalada no dia 13/03/95 a Comissão Diretora do Instituto Luso-Brasileiro de História, vinculado ao Centro de Estudos Luso-Brasileiros, do Liceu Literário Português.

A Diretoria do Instituto está constituída pelos membros natos Edison Chini, Presidente do Liceu Literário Português e Antonio Gomes da Costa, Coordenador do Centro de Estudos Luso-Brasileiros e ainda pelos professores Arno Wehling, Arivaldo Fontes, Carlos Francisco Moura e Marcos Ribeiro Correa.

A Comissão, que designará um Conselho Consultivo, está elaborando extensa programação cultural envolvendo a realização de cursos, concursos, simpósios e outras atividades no âmbito dos estudos históricos luso-brasileiros.

*

No dia 24 de março, a Federação das Academias de Letras do Brasil recebeu, em sessão solene, o acadêmico Prof. Leodegário A. de Azevedo Filho, Titular de Literatura Portuguesa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, para

proferir a palestra inaugural dos trabalhos acadêmicos do presente ano de 1995. Dissertou o eminente professor sobre o tema: “A expressão do tempo no romance de Machado de Assis”. Como era de esperar, os aplausos demorados disseram bem do alto nível da exposição.

*

No sábado, 25 de março, a Academia Brasileira de Filologia, em sessão conjunta com o Círculo Lingüístico do Rio de Janeiro, deu início às suas atividades culturais do presente ano. A sessão constou de duas partes, uma administrativa e outra de estudos. A parte administrativa foi dedicada ao preenchimento de três vagas do quadro efetivo, por falecimento dos professores Renato Mendonça, cadeira 19, patrono Rui Barbosa; José Carlos Lisboa, cadeira 28, patrono J. Vêntura Bôscoli, e Orlando Pires, cadeira 18, patrono Carlos de Laet. Foram eleitos respectivamente os seguintes candidatos: Paulo Silva de Araújo, Luís César Saraiva Feijó e Manoel Pinto Ribeiro. Na parte reservada a estudos, usou da palavra o Presidente da Academia, Prof. Leodegário A. de Azevedo Filho que dissertou sobre os “Conceitos de Sócio- e Etnolingüística aplicados a línguas em contato”.

*

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística (ANPOLL) realizou, de 04 a 08 de junho do ano em curso, em João Pessoa, Estado da Paraíba, o seu X Encontro Nacional. A conferência de abertura foi proferida pelo Dr. Carlos Franchi, da UNICAMP, que versou o tema “A formação em Letras e Lingüística para o profissional do século XXI”. Seguiu-se animado coquetel. Da pauta dos trabalhos constaram quatro mesas-redondas: as duas primeiras sobre “Políticas de pós graduação e pesquisa” e as duas últimas sobre “O ensino e a pesquisa no cotidiano da pós-graduação no Brasil”. Foram participantes das mesas-redondas os seguintes professores: da 1ª: Renato Janine (USP), Regina Zilbermann (PUC-RS), Jair Tadeu da Fonseca (UFMG), Aparecida Negri Isquendo (UNESP); da 2ª: Luiz Antônio Marcuschi (UFPE), Ângela Vaz Leão (PUC-MG), Maria Carmem Guimarães Passato (UNESP); da 3ª: Antônio Dimas (USP), Célia Marques Telles (UFBA), Sebastião Josué Votre (UFRJ), Inácio Assis da Silva (UNESP), Benito Martínez Rodrigues (USP); da 4ª: Flávio Loureiro Chaves (UFRGS), Alice Maria Teixeira de Sabóia (UFMT), Maria do Perpétuo S. G. Simões (UFPA), Raquel F. A. Teixeira (UFG), Milton Marques Júnior (UFPB). Coordenaram as mesas-redondas as professoras: Rosa Godoy Silveira, Maria do Socorro Silva Aragão, Sônia van Dijck e Maria Alice Serrano de Andrade, todas da UFPB. Após as exposições, seguiram-se debates. Em outras sessões, tratou-se de questões de ordem administrativa. Fato auspicioso foi o lançamento do primeiro número da *Revista da ANPOLL*. Sempre muito concorridas as reuniões, manteve-se alto o nível dos trabalhos, decorridos em ambiente de cordial; e produtiva colaboração, o que garantiu o pleno êxito do evento. Preside a ANPOLL a Profª Sônia van Dijck, da UFPB, que, pelo excelente transcurso dos trabalhos, foi muito cumprimentada.

*

O Prof. Jean-Michel Massa, da Universidade de Rennes 2, França, é um dos mais conspícuos machadinos da atualidade. Quando esteve no Brasil, deixou valiosa contribuição para o melhor conhecimento da obra de nosso primus inter pares, com o seu volume *Dispersos de Machado de Assis*, Rio de Janeiro, MEC/INL (bons tempos do INL!), 1965, a qual, de certo modo, completa a edição Aguilar *Obra Completa*, que J-M Massa diz antes se devesse chamar “Obras Escolhidas”. Em território francês, porém, Massa não se esquece do Brasil, nem de sua especial preferência literária. Daí o projeto de uma *Edition des ceuvres complètes* de Machado de Assis, que não será propriamente uma “edição crítica”, pelo menos nos moldes em que a expressão é entendida e praticada, mas uma obra acessível a um leitor do nosso século (aliás, já expirante), acompanhada de notas tanto quanto possível respeitantes aos lugares, fatos, nomes etc. O projeto conta com o interesse da ULBRA e o apoio da FULP (ULBRA é sigla da Universidade Luterana do Brasil, com sede em Canoas, RGS, e FULP, da Fundação Luteriana de Portugal). Declara o Prof. Jean-Michel Massa, na apresentação que faz do projeto, que se trata de iniciativa cujo investimento ultrapassa as possibilidades de uma só instituição, de onde a necessidade de a outros recorrer apoios. Avalia o custo da edição em R\$ 500.000,00. Que tão meritório empreendimento possa encontrar o caminho que leve ao seu almejado êxito são os desejos de Confluência.

*

Realizou-se, em São Paulo, de 4 a 6 deste julho, o I Encontro Internacional de Estudos Medievais, sob o patrocínio da USP, UNICAMP e UNESP, a que compareceram professores, investigadores e alunos de quase todo o país, interessados por essa área de estudo. Para proferir as comunicações centrais foram convidados os professores Dr. Armando Luís Carvalho Homem, da Universidade do Porto, (tema: “Ser historiador em Portugal, hoje”), Dr^a Cleonice Berardinelli, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (tema: “A permanência do teatro medieval no século XVI”), Dr^a. Elza Gonçalves, da Universidade de Lisboa (tema: “Tradição manuscrita e edição de texto: experiências ecdóticas no campo da poesia trovadoresca galego-portuguesa”), Dr. Evanildo Bechara, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (tema: “Um processo sinonímico no *Leal Conselheiro*”), Dr. Ruy Afonso da Costa Nunes, da Universidade de São Paulo (tema: “Da alegria de amor ao deus de amor”). Além das conferências plenárias, este I Encontro Internacional contou com 47 comunicações relativas a temas de Literatura, História, Filologia, Crítica Textual, História da Cultura e Teatro, não só de Portugal como do resto da Europa. A este I Encontro Internacional esteve presente o Liceu Literário Português, bem representado pelo Prof. Antônio Basílio Gomes Rodrigues. Durante o I Encontro foram lançados os livros *Vozes do Trovadorismo Galego-Português* (Lênia Marcia Mongelli, Maria do Amparo Tavares Maleval, Iara Frateschi Vieira, publicado pela Editora Ibis, São Paulo) e *Do Cancioneiro de D. Dinis* (organização de Lênia Marcia Mongelli (São Paulo, Editora FTD), ocasião em que foi oferecido coquetel aos presentes. No encerramento do I Encontro foram aprovadas importantes moções para a maior expansão dos estudos medievais no Brasil por meio da

criação de uma associação das pessoas interessadas e que atuam nas áreas de estudos que foram objeto de comunicações, bem como de outros domínios, como a Paleografia, a Música e a Dança; da criação de um centro de informação bibliográfica e de intercâmbio com as demais instituições congêneres espalhadas na Europa e na América. Ficou também assentado entre os dirigentes desse I Encontro e os presentes que o II Encontro Internacional se realizará dentro de dois anos, em cidade a ser decidida futuramente. *Confluência* congratula-se com a Comissão Organizadora do evento e formula os melhores votos de êxito à futura sociedade que muito trabalhará para o desenvolvimento e divulgação dos estudos medievais em nosso país.

COLABORADORES DESTES NÚMERO

ANTÔNIO GERALDO DA CUNHA. Lexicógrafo e pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa. Autor de dicionários histórico-etimológicos, vocabulários e índices vocabulares.

ANTÔNIO GOMES DA COSTA. Presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e Presidente do Real Gabinete Português de Leitura.

EVANILDO BECHARA. Professor Titular nos cursos de graduação e pós-graduação dos Institutos de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense. Professor *Emérito* pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

GERARDO GUEDES DE FIGUEIREDO. Mestre de Filologia Românica e Linguística Geral pela Universidade de Bochum e trabalha como encarregado de cursos de Romanística na Universidade de Siegen.

HEITOR MEGALE. Doutor em Letras, professor da área de Filologia e Língua Portuguesa nos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade de São Paulo e dos mais representativos pesquisadores da História da Língua no período arcaico. Autor de livros e artigos de sua especialidade.

HILMA PEREIRA RANAURO. Professora Doutora Adjunta de Língua Portuguesa da Universidade Federal Fluminense. Prepara longo estudo sobre a produção científica do Prof. Sílvio Elia.

HORÁCIO ROLIM DE FREITAS. Livre-docente pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul e professor adjunto da UERJ (aposentado). Entre outros trabalhos de filologia e linguística, escreveu *Princípios de Morfologia* (3ª ed., Presença).

MARGARIDA VIEIRA MENDES. Professora associada do Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dirigiu obras de Gil Vicente, de Sórora Violante do Céu, do Padre Antônio Vieira e Cesário Verde. Sua tese de Doutorado *A Oratória Barroca de Vieira* mereceu o Prêmio Pen Club Português.

MARLIT BECHARA. Mestre em Letras pela Universidade Federal Fluminense. Professora Assistente de Filologia Românica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

MAURIZIO PERUGI. Professor Catedrático de Filologia Românica da Universidade de Genebra (Suíça). Tem escrito artigos em revistas especializadas de análise de textos medievais, particularmente espanhóis e portugueses, nos quais segue as diretrizes em Crítica Textual do seu mestre Gianfranco Contini.

RITA MARQUILHAS. Assistente do Departamento de Lingüística Geral e Românica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, leciona nas cadeiras de História da Língua e História do Livro e da Escrita. Escreveu *Norma Gráfica Setecentista* (INIC, 1991). Tem trabalhos de divulgação em História da Língua e Grafemática. Doutorou-se com a tese *Alfabetização em Portugal no séc. XVII*.

SÍLVIO ELIA. Professor nos cursos de pós-graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. Antigo Catedrático de Latim no Colégio Pedro II e Titular de Lingüística da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

VALTER KEHDI. Doutor em Letras, professor da área de Filologia e Língua Portuguesa nos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade de São Paulo. Licenciado em Lingüística Geral pela Université de Provence, autor de livros e artigos de sua especialidade.

WOLFGANG ROTH. Professor de Filologia Românica na Universidade de Bochum, livre-docente pela Universidade de Osnabrück e trabalha atualmente também como encarregado de cursos de Lingüística Geral e Alemã na Universidade de Valenciennes (França).